

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

DIVINO MANOEL TEIXEIRA

**O USO DO CORPO SI NA ATIVIDADE PROFISSIONAL DE
CABELEIREIROS: UM ESTUDO ERGOLÓGICO**

VITÓRIA-ES

2020

DIVINO MANOEL TEIXEIRA

**O USO DO CORPO SI NA ATIVIDADE PROFISSIONAL DE
CABELEIREIROS: UM ESTUDO ERGOLÓGICO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Administração do Programa de Pós-Graduação em Administração, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para titulação de Mestre em Administração.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Mônica de Fátima Bianco

VITÓRIA-ES

2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

T266u Teixeira, Divino Manoel, 1972-
O USO DO CORPOS SI NA ATIVIDADE
PROFISSIONAL DE CABELEIREIROS : UM ESTUDO
ERGOLÓGICO / Divino Manoel Teixeira. - 2020.
143 f. : il.

Orientadora: Mônica de Fátima Bianco.
Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade
Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e
Econômicas.

1. Cabeleireiros. 2. Ambiente de trabalho. 3. Salões de beleza.
I. Bianco, Mônica de Fátima. II. Universidade Federal do
Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III.
Titulo.

CDU: 65



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

O USO DO CORPO SI NA ATIVIDADE PROFISSIONAL
DE CABELEIREIROS: UM ESTUDO ERGOLÓGICO

DIVINO MANOEL TEIXEIRA

Dissertação apresentada ao Curso de
Mestrado em Administração da
Universidade Federal do Espírito Santo
como requisito parcial para obtenção do
Grau de Mestre em Administração.

Aprovado em: 21/09/2020

COMISSÃO EXAMINADORA

Profa. Dra. Mônica de Fatima Bianco
Orientadora

Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza
Membro interno – PPGADM/UFES

Prof. Dr. Admardo Bonifácio Gomes Júnior
Membro externo – CEFET/MG

AGRADECIMENTOS

A Deus pelo dom da vida e por me permitir chegar até aqui.

À minha esposa, Gleiciane, que assumiu junto comigo este projeto, incentivou-me e apoiou-me em tudo, às vezes abrindo mão de si mesma para que eu pudesse concluir esta formação com êxito.

À minha filha, Maria Clara, que mesmo muito pequena vinha até mim todas as vezes em que me via estudando, beijava-me no rosto e dizia: “Vim te dar um beijinho de boa sorte”. E como isso me fortalecia em dias de angústias e alegrava o meu coração!

Aos professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGADM-UFES) que exercem com competência a missão de formar novos mestres e doutores. Sobretudo, agradeço à Professora Dr^a. Mônica de Fátima Bianco, minha orientadora, que, de maneira sutil e delicada, me reconduziu à direção correta quando, por vezes, eu me desviava do caminho traçado no meu projeto de pesquisa.

A todos os funcionários e funcionárias da secretaria do PPGADM-UFES, que desempenharam com esmero suas funções e sempre foram solícitos com as minhas necessidades durante este período.

A todos os cabeleireiros que se dispuseram a participar da pesquisa porque sem eles este trabalho não seria possível. A eles, que sempre atenderam as minhas solicitações e enriqueceram o meu trabalho, a minha eterna gratidão.

Por fim, agradeço a todas aquelas pessoas, clientes, amigos e equipe do Salão Divino, que durante este tempo de formação sempre me incentivaram a permanecer firme no meu propósito.

“Viver e não ter a vergonha de ser feliz,
Cantar e cantar e cantar a beleza de ser um eterno aprendiz”

(Gonzaguinha)

RESUMO

O objetivo desta dissertação foi compreender, pela lente ergológica, as dramáticas do uso do corpo si no exercício da profissão de cabeleireiro e os saberes construídos na atividade de trabalho destes profissionais. Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma discussão dos conceitos ergológicos no referencial teórico. No entanto, foi preciso abordar também o conceito de trabalho precário por exigência das descobertas da pesquisa envolvendo o trabalho de profissionais cabeleireiros. Além disso, fez-se uma breve discussão sobre a relação do homem com o corpo, a beleza e a estética e a importância do trabalho do cabeleireiro neste processo de transformação da beleza pessoal ao longo da história. A abordagem da pesquisa foi de natureza qualitativa descritiva e teve como instrumentos de produção de dados a observação direta, a entrevista com roteiro semiestruturado e a técnica de instrução ao sócia. Participaram da pesquisa 8 cabeleireiros que atuavam em dois salões de beleza na cidade de Vitória-ES, denominados no trabalho como Salão Belezura e Salão Belo. Os dados produzidos, no período de 24 de outubro de 2019 a 29 de janeiro de 2020, foram analisados utilizando-se a técnica de análise de conteúdo, a partir das categorias temáticas pré-determinadas “dramáticas”, “corpo si” e suas duas subcategorias “usos de si” e “renormalização” e das categorias e subcategorias temáticas que emergiram da pesquisa: “conflitos e dilemas”; “resultados inesperados: nem tudo é beleza”; “medo e insegurança”; “o lado precário da beleza”; “relações trabalhistas: nem empregado, nem patrão. Vivemos de comissão”; “as consequências da carga horária de trabalho”; “novos saberes” e “o domínio sobre o trabalho e os conhecimentos adquiridos na prática”, totalizando 4 categorias e 8 subcategorias a partir de disparadores da teoria. Os resultados encontrados mostram que a profissão dos cabeleireiros se encaixa na definição de trabalho precário, tendo em vista que, dentre as dramáticas do uso do corpo si encontradas, destacam-se as longas jornadas de trabalho, a falta de garantias trabalhistas mínimas e nenhuma segurança em relação ao futuro. Quanto aos saberes produzidos na profissão, pode-se destacar a habilidade dos cabeleireiros em adaptar os protocolos de produtos em busca de melhores resultados em seus serviços. Por fim, a pesquisa questiona se o uso de si por si acontece na atividade de trabalho, incluindo aí a primeira e segunda antecipação (DURRIVE, 2016; DURRIVE, 2019; SCHWARTZ, 2013; SCHWARTZ, 2017) ou se

começa antes mesmo da atividade acontecer, emergindo aí a ideia de contra-atividade de trabalho que seria o uso de si por si fazendo com que a atividade de trabalho não seja realizada pelo trabalhador, algo que abre caminho para novos estudos ergológicos.

Palavras-chave: Cabeleireiros. Ergologia. Trabalho. Beleza. Dramáticas. Corpo si.

ABSTRACT

The objective of this dissertation was to understand, through the ergological lens, the dramatics in the use of the body-self in the exercise of the hairdressing profession, and the knowledge produced in the work activity of these professionals. In order to achieve the proposed objective, a discussion of ergological concepts was carried out in the theoretical references. However, it was also necessary to address the concept of precarious work due to the demands of the research findings involving the work of professional hairdressers. In addition, a brief discussion was made about the relationship between person and body, beauty and aesthetics, and the importance of the hairdresser's work in the transformation process of personal beauty throughout history. The research approach was of qualitative descriptive nature and had as a means of data collection the direct observation, a semi-structured script interview, and the technique of instruction to a double. Eight hairdressers who worked in two beauty salons in the city of Vitória-ES participated in the research, named in this work as Salão Belezura and Salão Belo. Data were collected from October 24, 2019, to January 29, 2020, and analyzed using the content analysis technique, from the predetermined thematic categories "dramatics", "body-self" and its two subcategories "uses of self" and "renormalization" and from the categories and subcategories that emerged from the research "conflicts and dilemmas"; "unexpected results: not everything is beauty"; "fear and insecurity"; "the precarious side of beauty"; "Labor relations: neither an employee nor a boss. We live on commission"; "the consequences of the workload"; "new knowledge" and "the mastery of the work and knowledge acquired in practice", totaling 4 categories and 8 subcategories from theory triggers. The obtained results show that the hairdressing profession fits the definition of precarious work considering that, among the dramatics of the use of the body-self found, it stands out long working hours, lack of minimum work guarantees, and no future security. As for the knowledge produced in the profession, it can be highlighted the ability of hairdressers to adapt product protocols in search for better results in their services. Finally, this research questions whether the use of oneself by oneself happens in the work activity, including then the first and second anticipation (DURRIVE, 2016; DURRIVE, 2019; SCHWARTZ, 2013; SCHWARTZ, 2017) or if it starts even before the activity happens, emerging from there the idea of counteracting work activity, which would be the use of

oneself by oneself making the work activity not be performed by the worker, something that opens the way for new ergological studies.

Keywords: Hairdressers. Ergology. Job. Beauty. Dramatics. Body-self.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Tempo de pausa para aplicação de coloração conforme a diferença de tons do cabelo.....	68
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Categorias e subcategorias.....	77
Figura 2 – Layout do Salão Belezura.....	80
Figura 3 – Layout do Salão Belo.....	82

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Cabelos e maquiagens inspirados nas mulheres egípcias da época.....	60
Fotografia 2 – Cabelos inspirados nas mulheres romanas da época.....	61
Fotografia 3 – Imagens e foto inspiradas nas mulheres francesas da época.....	62
Fotografia 4 – Fotos ilustrativas dos primeiros salões femininos.....	63
Fotografia 5 – Cabelos de Hollywood.....	63

LISTA DE SIGLAS

ABIHPEC – Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos

AET – Análise Ergonômica do Trabalho

ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CEPSH – Comitê em Pesquisa com Seres Humanos

DD3P – Dispositivo Dinâmico de Três Polos

DORT – Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho

LER – Lesão por Esforços Repetitivos

MEI – Microempreendedor Individual

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

QVT – Qualidade de Vida no Trabalho

RDC – Resolução da Diretoria Colegiada

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA	20
1.2 OBJETIVO GERAL	21
1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA	21
2 CONCEITOS ERGOLÓGICOS	25
2.1 TRABALHO	25
2.1.1 Trabalho precário	29
2.2 ATIVIDADE E DUPLA ANTECIPAÇÃO.....	33
2.3 NORMAS, NORMAS ANTECEDENTES E RENORMALIZAÇÃO	39
2.4 O DISPOSITIVO DINÂMICO DE TRÊS POLOS (DD3P)	44
2.5 CORPO SI E DRAMÁTICAS	46
3 A PROFISSÃO DE CABELEIREIRO	54
3.1 A RELAÇÃO DO SER HUMANO COM O CORPO, A ESTÉTICA E A BELEZA: ONDE ENTRA O CABELEIREIRO NESTA HISTÓRIA?	54
3.2 A HISTÓRIA DA PROFISSÃO	58
3.3 DESCRIÇÕES PRESCRITIVAS: “COMPORTAMENTO É FUNDAMENTAL”	64
4 OS ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	70
4.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	70
4.2 A SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES E A PRODUÇÃO DE DADOS	71
4.2.1 A Observação direta	72
4.2.2 As Entrevistas semiestruturadas	72
4.2.3 As entrevistas de Instrução ao sócia	73
4.2.4 Aspectos éticos da pesquisa	74
4.3 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS	75

5 BELEZA DE TRABALHO OU TRABALHO DE BELEZA?	78
5.1 OS SALÕES.....	78
5.1.1 Salão Belezura	79
5.1.2 Salão Belo	81
5.2 AS ANÁLISES COM BASE EM CATEGORIAS	82
5.2.1 Dramáticas	83
5.2.1.1 OS CONFLITOS E DILEMAS.....	84
5.2.1.2 RESULTADOS INESPERADOS: NEM TUDO É BELEZA	87
5.2.1.3 MEDO E INSEGURANÇA	90
5.2.2 Corpo si	93
5.2.2.1 USOS DE SI.....	95
5.2.2.2 RENORMALIZAÇÃO.....	99
5.2.3 O lado precário da beleza	103
5.2.3.1 RELAÇÕES TRABALHISTAS: NEM EMPREGADO, NEM PATRÃO. VIVEMOS DE COMISSÃO.....	103
5.2.3.2 AS CONSEQUÊNCIAS DA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO	104
5.2.4 Novos saberes	111
5.2.4.1 O DOMÍNIO SOBRE O TRABALHO E OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NA PRÁTICA.....	111
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
REFERÊNCIAS	121
ANEXOS	138

PRÓLOGO

O que me levou a estudar a profissão de cabeleireiro à luz da Ergologia?

Primeiramente devo advertir que eu me tornei cabeleireiro por acaso. Nunca sonhei em trabalhar com beleza. Como a grande maioria das pessoas que possui uma ocupação profissional sem especialização, a vida me empurrou para uma profissão que eu jamais imaginaria exercer.

Comecei a trabalhar com apenas 8 anos de idade porque minha família passava dificuldades financeiras. Nesse tempo, morávamos em uma cidade do interior de Minas Gerais. Talvez o caminho mais fácil para alguém da periferia ter acesso a algum dinheiro para suprir parcialmente as suas necessidades seja a venda de alguma coisa na rua. Por isso, ainda criança, comecei a vender picolé e outras coisas que apareciam, como artesanato, roupas, doces, dentre outros, para que eu pudesse pelo menos ter pão para comer no café da manhã antes de ir para a escola.

Aos 29 anos, quando eu já estava casado, minha esposa decidiu fazer um curso de cabeleireiro no SENAC de nossa cidade e eu resolvi que iria acompanhá-la nesta empreitada. Ao terminar o curso, já estávamos com nosso pequeno salão montado em nossa casa. Afinal, eu já havia me tornado “empreendedor” devido à minha história de vida. Em 2002, mudei-me, juntamente com a minha esposa, para a cidade de Vitória-ES para montar meu salão de beleza por aqui. Vinha na esperança de conseguir dias melhores do que aqueles que vivíamos em nossa cidade de origem.

As coisas começaram a complicar quando o salão passou a demandar outros profissionais para atender às necessidades dos nossos clientes. Eu não tinha ferramentas adequadas de gestão e ficava intrigado com o fato de não conseguir fazer com que cada profissional seguisse o meu padrão de serviços. Na minha mente funcionalista, embora naquele momento eu nem soubesse o que era isso, se eu padronizasse o serviço não teria como “sair errado”.

Em 2013, entrei para o curso de Administração na UFES, incentivado por um grande amigo, e comecei a entender mais sobre os processos administrativos, mas ainda assim havia em mim uma inquietude sobre a profissão que exerço há tantos anos. No meu Trabalho de Conclusão de Curso, em 2016, optei por estudar a rotatividade de

manicures nos salões de beleza, algo muito comum que aflige esse tipo de negócio. Mais tarde, já como aluno do mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM-UFES) em 2018, tive contato com a professora Dr^a. Mônica de Fátima Bianco, que se tornou a minha orientadora. Como ela é pesquisadora da Ergologia, área até então desconhecida para mim, solicitei que me permitisse continuar pesquisando a minha área de atuação profissional e ela, prontamente, atendeu ao meu pedido. Para isso, eu precisava me inteirar de todos os conceitos ergológicos e, sobretudo, ter muito claro em minha mente a definição do conceito de dramáticas do uso de corpo si para utilizá-lo em minha pesquisa, tendo em vista que a partir de então, para cumprir minha missão, era preciso me afastar do funcionalismo e me aproximar mais dos aspectos subjetivos do mundo do trabalho, algo desafiador e de muito crescimento na minha vida acadêmica, profissional e pessoal.

Pesquisar o uso do corpo si no exercício da profissão de cabeleireiro foi bastante instigante, fonte de muito aprendizado. Conhecer o ponto de vista da atividade de trabalho desta profissão me fez olhar para ela com um novo olhar. Se antes eu a via apenas como cabeleireiro e como dono de salão, dentro de uma lógica produtivista, sem me importar com os saberes construídos na atividade de trabalho, a partir de então me foi imputada a responsabilidade de lançar sobre ela um novo olhar, o olhar ergológico que se exige do pesquisador desta nova área de conhecimento na qual eu iniciava os meus estudos. Portanto, para que isso fosse possível um longo caminho foi percorrido na busca pelo conhecimento deste novo mundo, o que exigiu muito estudo e dedicação para alcançar o resultado que você irá descobrir a partir de agora.

1 INTRODUÇÃO

As transformações do mundo do trabalho, desde a Revolução Industrial, passando pelo taylorismo, fordismo e toyotismo, bem como o crescimento do capitalismo como modelo econômico, trouxeram grandes mudanças nas relações de trabalho. Com isso, também o setor de serviços passou a incorporar a lógica industrial de produção, utilizando, por meio de suas tecnologias e organização social baseada na eficiência, os mesmos princípios aplicados nas grandes indústrias (ZARIFIAN, 2001).

No final dos anos 50 (séc. XX), nas organizações, começaram a surgir os primeiros estudos sobre a adaptação das diversas situações de trabalho ao homem, contribuindo para que mais tarde fossem introduzidos os estudos das Clínicas do trabalho com o objetivo de estudar os processos laborais e ajudar na transformação das situações de trabalho (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011). Dentre as concepções para análise do trabalho com foco na atividade humana, destaca-se a Ergologia. Esta analítica tem por objetivo conhecer as atividades de trabalho para melhor intervir e transformá-las (SCHWARTZ, 2010d). Assim, a Ergologia rompe com a lógica funcionalista tradicionalmente presente nos Estudos Organizacionais (HOLZ; BIANCO, 2014) e se debruça sobre os estudos relacionados às atividades do trabalho, valorizando o trabalhador e os saberes adquiridos no exercício da sua profissão.

Schwartz (2000), um dos precursores da Ergologia, criou o Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P) com o objetivo de integrar, por meio do diálogo, os saberes acadêmicos com os saberes da vida adquiridos na atividade do trabalho. O primeiro polo do DD3P se refere aos saberes constituídos, ou seja, são aqueles saberes que advêm dos conhecimentos acadêmicos, os quais estão presentes em artigos, capítulos de livros, pesquisas científicas, normas, regras, por exemplo; o segundo polo se refere aos saberes investidos, que são os saberes advindos da atividade de trabalho; já o terceiro polo busca o conhecimento integrado entre os saberes constituídos e os saberes investidos de forma a alcançar a compreensão das diferenças entre o trabalho prescrito e o trabalho real (TRINQUET, 2010), gerando mais saberes tanto para o trabalhador quanto para os pesquisadores de diferentes áreas de conhecimento, uma vez que a abordagem ergológica propõe que a análise seja pluridisciplinar.

Os conceitos de corpo si, uso de si por si, uso de si por outros e dramáticas do uso de si (MUNIZ; SANTORUM; FRANÇA, 2018; SCHWARTZ, 2014), próprios da Ergologia, ajudam a compreensão sobre a importância de se enxergar o trabalhador como um ser complexo que se vê obrigado a tomar decisões, muitas vezes contraditórias, no momento da realização de sua atividade de trabalho. Imprescindível adiantar que atividade se trata de um conceito também caro à Ergologia, como se pretende esclarecer ao longo da dissertação.

Chamam-se dramáticas dos usos de si todas as vantagens, as inconveniências e os dramas resultantes desse processo de escolha, tendo em vista que as escolhas sempre imputarão responsabilidades e precauções importantes àquele que escolhe (TRINQUET, 2010). Com o desenvolvimento da *démarche* ergológica, mais adiante, Schwartz (2014) apresenta esse conceito como as dramáticas do uso do corpo si argumentando ser esta uma expressão mais completa porque toda atividade de trabalho “[...] é sempre uma ‘dramática do uso do corpo si’” (SCHWARTZ, 2014, p. 251).

Estudar as dramáticas do uso do corpo si é estudar “[...] a parte constitutiva do ser e do viver dos seres humanos em suas diversas atividades” (BATISTTI, 2014, p. 22). Seja qual for o lugar ou a atividade a ser estudada, o importante é não perder de vista os três princípios fundamentais da Ergologia apontados por Trinquet (2010), a saber:

1. É preciso colocar no centro de nossas preocupações a atividade real do trabalho e não somente a atividade prescrita [...]
 2. É preciso colocar em prática uma estrutura que favoreça a expressão e a produção de conhecimentos novos [...]
 3. [...] É preciso ir, se possível, ao campo, aos locais de trabalho [...]
- (TRINQUET, 2010, p. 107-108).

A incipiência dos estudos ergológicos no Brasil (HOLZ; BIANCO, 2014) torna necessário o aprofundamento desses conhecimentos em diversas áreas de trabalho, gerando muitas oportunidades de pesquisas que poderão ser realizadas em diversos locais e setores, dentre eles o setor de serviços.

Tratando-se de serviços, um ramo de negócio que cresceu muito nos últimos anos no Brasil é o de salões de beleza. O número de estabelecimentos no país saltou de 309.000, em 2005, para 550.000 salões, em 2010, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2013). De acordo com a Associação

Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (ABIHPEC, 2018), o setor de salões de beleza teve um crescimento de 72,2% entre os anos de 2008 e 2017, com um crescimento médio de 5,6% nesses dez anos, saltando de 815,2 mil trabalhadores ocupados no primeiro ano, para mais de 1,333 milhão em 2017. É certo que este ano de 2020, ano de uma pandemia mundial, trará certo abalo nestas evidências que ainda não são possíveis de serem avaliadas.

1.1 TEMA E PROBLEMA DE PESQUISA

Esta pesquisa buscou estudar as dramáticas do uso do corpo si no exercício da profissão de cabeleireiro, na tentativa de contribuir para melhorar consideravelmente a concepção de trabalho e de vida do profissional a partir do momento em que a construção de novos saberes sobre suas atividades proporciona mais conhecimento, mais consciência de si mesmo e de seu importante papel no exercício da atividade, aumentando as potencialidades pessoais, entendendo o seu trabalho, gerando mais satisfação para o trabalhador e, por consequência, contribuindo para os resultados das organizações, embora este último não seja o foco da Ergologia.

Ao realizar um estudo desta natureza em salões de beleza, pretendeu-se focar em algo que seja ainda pouco estudado: estudar um ambiente novo e uma atividade de serviço, permeada pelas relações e pouca especificação, em contextos muitas vezes até de empregos precários com profissionais sem qualquer vínculo para além do espaço físico disponível para sua atuação como um “terceirizado”, além de tentar também contribuir para o avanço dos estudos ergológicos no Brasil e para o desenvolvimento da ciência em estudos sobre o trabalho.

Considerando que toda atividade de trabalho sempre será uma dramática do uso do corpo si porque ela continuamente irá exigir um debate de normas (SCHWARTZ, 2014), foi proposto o seguinte problema de pesquisa:

Como as dramáticas do uso do corpo si se fazem presentes e produzem saberes no exercício cotidiano da atividade profissional dos cabeleireiros?

1.2 OBJETIVO GERAL

Para responder a este problema de pesquisa foi definido o seguinte objetivo geral:

Compreender, pela lente ergológica, as dramáticas do uso do corpo si no exercício da profissão de cabeleireiro e os saberes construídos na atividade de trabalho desses profissionais.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

A partir do objetivo geral exposto, são apresentados os seguintes objetivos específicos:

- a) Descrever os aspectos das normas antecedentes para a atividade profissional de um cabeleireiro com base nos cursos de formação ou outras formas de aprendizado;
- b) Analisar as situações vividas pelos participantes da pesquisa para compreender as dramáticas envolvidas nas atividades de trabalho;
- c) Discutir com os participantes as dramáticas presentes nas microdecisões capturadas no processo de pesquisa, de forma a propiciar reflexão sobre a própria atividade e sobre os saberes produzidos pela vivência na profissão.

1.4 JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA

Embora os números do mercado de beleza sejam bastante expressivos, existem poucos estudos com foco exclusivo na profissão de cabeleireiro. A maior parte dos estudos ergológicos está centrada em atividades de trabalhadores do setor industrial; e isso é bastante compreensível, haja vista que desde o princípio a Ergologia se desenvolveu estudando o trabalho de operários nas indústrias francesas. Para um

estudo com foco na atividade, entende-se que a profissão de cabeleireiro também oferece uma rica oportunidade para o desenvolvimento do campo ergológico, já que no dia a dia esse profissional tem que lidar com diversas situações que exigem escolhas no exercício de sua profissão.

Essas escolhas envolvem dramáticas, por exemplo, a partir de decisões sobre qual a melhor técnica de se cortar determinado cabelo, o melhor corte para um perfil específico de rosto, que mistura de cores é a melhor opção para atender à necessidade da cliente. Além disso, se fizer um encaixe na agenda, vai resultar em atrasos e insatisfação ou mesmo comprometer o resultado final do serviço; se extrair um fio a mais na sobrancelha, vai deixar a cliente insatisfeita; se é viável pegar mais um cabelo para escovar no final do expediente, mesmo já estando sentindo o cansaço; ou até mesmo decidir se atende, por receio de perder o cliente, aquela pessoa que chegou sem marcar, justamente na hora de fechar o salão, aumentando a sua carga horária de trabalho.

Dessa forma, conhecendo um pouco mais sobre os desafios de se prestar os serviços de beleza e tomando como base os conceitos da Ergologia e os três princípios citados por Trinquet (2010), este estudo se propôs a contribuir para a produção de novos conhecimentos, partindo da importância da interação e do diálogo entre os saberes constituídos e os saberes investidos presentes nas atividades de trabalho de profissionais cabeleireiros. Para que isso fosse possível, buscou-se realizar um estudo sobre as atividades de trabalho de oito profissionais cabeleireiros que trabalham em dois salões de beleza na cidade de Vitória-ES.

O primeiro passo para desenvolver este trabalho foi obter conhecimento de como andam, a nível mundial, os estudos que têm como foco a profissão de cabeleireiro. Para tanto, uma pesquisa realizada nos sites acadêmicos Scopus, Web of Science e Scholar (Google Acadêmico), utilizando a *string* de busca (cabeleireiros OR *hairdressers* OR *coiffeurs*) AND (atividade OR *activity* OR *activité*), resultou inicialmente no encontro de 115 arquivos no primeiro buscador, 68 arquivos no segundo e 25 no terceiro buscador. A partir da leitura inicial dos títulos dos arquivos, foram selecionados apenas os trabalhos cujos títulos continham a palavra “cabeleireiros”, “*hairdressers*” ou “*coiffeurs*”, de modo que se pretendia analisar somente trabalhos que tinham como foco esse profissional e o seu local de trabalho,

o que resultou em um total de 45 artigos. Contudo, um artigo foi descartado por se tratar de caso de ensino, não de uma pesquisa empírica e/ou bibliográfica, restando 44 artigos para serem analisados. Desse total, apenas sete trabalhos não abordaram temas relacionados à saúde ocupacional, sendo que: Camara (2007) fez um estudo lexical sobre o vocabulário presente na linguagem dos cabeleireiros; Teles (2011) realizou um estudo antropológico sobre barbeiros e cabeleireiros em Sergipe; Lucena, Araújo e Santos (2010) desenvolveram um estudo sobre empreendedorismo; Capillé Júnior (2012), sobre administração estratégica; Ward, Campbell e Keady (2016), sobre a importância do cabeleireiro enquanto antigo prestador de serviços de senhoras idosas com demência e o seu papel no tratamento desta doença; Trüeb (2000) fala sobre a interação entre médico e cabeleireiro nos tratamentos contra queda de cabelo (calvície); e Murphy *et al.* (2017) fizeram um estudo sobre a beleza e os cuidados com a saúde dos homens afro-americanos, argumentando que é preciso aproveitar esse local de sociabilização desse público para orientá-los em relação à saúde.

Os outros 37 estudos estão relacionados à saúde ocupacional, sendo que 4 artigos eram especificamente sobre LER/DORT (CORREIA; FONTOURA, 2013; MEDEIROS; MEDEIROS, 2012; VALENTIM *et al.*, 2007; RAMOS; FREITAS, 2002), 12 artigos eram sobre problemas respiratórios (BELOTO; BERTOLINI, 2006; PEXE, 2018; LORENZINI, 2010; LORENZINI, 2012; MENDES *et al.*, 2011; ANA *et al.*, 2019; BLAINEY *et al.*, 1986; MOUNIER-GEYSSANT *et al.*, 2006; PIGNATTI *et al.*, 2013; PIAPAN; BALDO; FILON, 2019; DAHLGREN; TALBOTT, 2018; HASSAN; BAYOMY, 2015), sendo que destes, Mendes *et al.* (2011) e Piapan, Baldo e Filon (2019) também abordaram os problemas de dermatoses. Além destes dois últimos trabalhos, as dermatoses também são abordadas por Cervantès *et al.* (2004). Já as dermatites são abordadas por 3 estudos (KRALJ *et al.*, 2011; BICHARA *et al.*, 1999; LODDÉ *et al.*, 2001). Os problemas muscoesqueléticos são tratados por: Machado (2014); Nevala-Ouranen *et al.* (1998); Kitzig, Freitag e Nienhaus (2014); Mussi e Gouveia (2008) e Hassan e Bayomy (2015). A ergonomia é abordada por Kitzig *et al.* (2016); Rocha e Siminelli (2012); Raiser, Cantos e Machado (2011); Champarnaud *et al.* (2017); Mastrominico *et al.* (2007) e Chen, Chang e Chen (2010); e Veiersted *et al.* (2008). Ainda referente à saúde ocupacional, Watt (1987) fala sobre hepatite B; Kåredal *et al.* (2010), sobre a dependência de uso de fluidos nasais por problema de rinite causada

por persulfatos contidos em descolorantes capilares; e Horisawa *et al.* (2016), sobre um procedimento cirúrgico para distonia focal na mão, uma doença não muito comum que acomete profissionais cabeleireiros.

Embora diversos estudos tenham sido realizados em salões de beleza, até o momento não foi identificado algum que tenha feito menção à Ergologia ou com foco na atividade, para além dos aspectos relativos à saúde. Dessa forma, esta pesquisa pretendeu suprir esta lacuna, mesmo que parcialmente, e instituir um olhar ergológico sobre as atividades de trabalho dos profissionais que atuam como cabeleireiros no Brasil.

2 CONCEITOS ERGOLÓGICOS

Tendo em vista que a Ergologia é uma analítica recente, é importante que alguns de seus principais conceitos sejam abordados para a sua melhor compreensão. Portanto, este capítulo busca esclarecer os termos ergológicos mais utilizados, como: trabalho, atividade, atividade de trabalho, corpo si, usos de si, dramáticas do uso do corpo si, normas antecedentes, renormalização, dentre outros.

2.1 TRABALHO

O trabalho é um terreno fértil onde fecundam inúmeros estudos relacionados aos seus mais diferentes aspectos. Principalmente a partir da introdução do taylorismo e do fordismo, embora isso já tenha começado na chamada primeira Revolução Industrial, o trabalho humano ganhou novas dimensões em suas formas de compreensão, com concepções filosóficas e conceituais que tentavam dar aos gestores do trabalho possibilidades de criação de normas capazes de antecipar e prever a atividade (NASCIMENTO, 2016). Marx, ao propor a Antropologia do *homo faber*, apresenta o trabalho como “[...] o fundamento antropológico das relações econômicas e sociais em geral” e traz uma importante discussão argumentando que o homem se transforma ao transformar a natureza por meio do trabalho (MARX, 2013, p. 48). Sua concepção influencia os autores da linhagem francesa crítica, como Foucault e Schwartz, dentre outros. Em meados do século XX, começou-se a considerar o *sujeito* no trabalho, e os aspectos como os direitos trabalhistas conquistados pelos sindicatos passaram a centralizar o olhar no sujeito que realiza o trabalho, não mais no fazer laboral; surgindo, a partir de então, abordagens sobre o trabalho humano, dentre elas a Ergonomia e, posteriormente, a partir dela, a Ergologia (NASCIMENTO, 2016).

Na busca pela compreensão do trabalho, a Ergonomia é uma disciplina importante para a Ergologia porque foi por meio dela que a atividade do trabalhador ganhou expressão em relação aos conhecimentos dos trabalhadores (SALES, 2017). A Ergologia surge como uma nova corrente de pesquisa a partir das crises do trabalho e deslocalização do emprego, sobretudo a partir do fechamento da empresa de reparação naval de Marseille, na França, que mobilizou a Universidade de Provence a ajudar no processo de recolocação dos 6.000 trabalhadores demitidos pela

organização em 1980 (CAMPOS; ROSEMBERG, 2017). A partir daí, Schwartz propôs um estágio de formação contínua e diálogo entre os saberes que ajudassem na capacitação dos trabalhadores envolvidos neste processo de recolocação no mercado de trabalho (CAMPOS; ROSEMBERG, 2017).

O olhar da Ergologia está voltado para as ações dos trabalhadores em suas atividades laborais e tem como proposta observar o indivíduo em sua ação de trabalho, construindo com os sujeitos envolvidos no fazer, com suas histórias e seus saberes produzidos durante o trabalho, meios de transformar e melhorar as atividades humanas de trabalho, vistas aqui como atividades industriais, ou seja, como toda e qualquer atividade de trabalho, reconhecida ou não economicamente, podendo ser também as atividades que os indivíduos desenvolvem para si, como é o caso das atividades domésticas, esportivas, lúdicas, etc. (NASCIMENTO, 2016).

O trabalho *stricto sensu* é constantemente objeto de estudo do campo ergológico. Compreende-se como trabalho *stricto sensu* aquele exercido na sociedade mercantil e de direito pelo qual se recebe remuneração (SCHERER; PIRES; SCHWARTZ, 2009; SCHWARTZ, 2011; GOMES JÚNIOR; SCHWARTZ, 2014). Ou seja, é no ambiente de trabalho *stricto sensu*, local onde “[...] restrita e tradicionalmente, se exerce uma profissão” (MENEZES, 2015, p. 10) que a Ergologia se dedica a estudar os saberes que surgem nas atividades de trabalho.

A análise ergológica privilegia o ponto de vista da atividade de trabalho e evidencia o debate de normas e valores que renovam constantemente a atividade humana (PORTO; BIANCO, 2016; SCHWARTZ, 2010b), e é por meio da dialética entre a técnica e a ação humana que se constitui o trabalho humano, o que exige que se compreenda o trabalho real e, acima de tudo, aquilo que faz transparecer o seu poder de transformação quando se considera os usos de si, seja pelo uso de si por si ou pelo uso de si por outros nos coletivos de trabalho (SCHWARTZ, 2011; PORTO; BIANCO, 2016).

O que realmente importa para abordagem ergológica é a compreensão do debate entre seus dois níveis de análise, ou seja, o nível micro e o nível macro, mas sobretudo as minúcias do nível micro da atividade de trabalho, atividade esta que apresenta uma parte antecipável, devido ao fato de que sempre haverá aplicação de protocolos nas situações de trabalho, ao mesmo tempo em que haverá uma parte impossível de

antecipar devido à sua imprevisibilidade (SCHWARTZ, 2014b; PORTO; BIANCO, 2016).

A Ergologia é uma abordagem pluridisciplinar que utiliza fundamentos de diversas áreas de conhecimento, como a Sociologia, a Psicologia, a Linguística, dentre outras, não se apoiando em um campo particular, buscando entender os processos de renormalização das normas antecedentes e reconhecendo a importância dos saberes presentes na atividade de trabalho, tendo sempre o trabalhador como a figura central, já que, dentro dessa perspectiva, tudo deve ser pensado a partir das relações estabelecidas por ele consigo mesmo, com os seus colegas de trabalho, assim como a relação que ele estabelece com a sua atividade de trabalho (NASCIMENTO, 2016).

Enquanto a Ergonomia apresenta um olhar sobre a atividade de trabalho com foco na saúde do trabalhador, a Ergologia amplia o olhar também para a construção dos saberes e competências que o homem consegue desenvolver na sua experiência de trabalho, mantendo, ainda assim, o eixo da saúde no trabalho (SCHWARTZ; DURRIVE, 2010). Na perspectiva ergológica, todo trabalho é visto “[...] como o lugar de uma dramática singular, em que cada protagonista negociaria a articulação dos usos de si por ‘outros’ e ‘por si’” (SCHWARTZ, 2004, p. 41-42). Essa dramática se revela na “[...] distância entre o trabalho prescrito e o trabalho real que remete sempre a um debate de valores e à atividade do corpo si” (FÍGARO; GROHMANN, 2013, p. 28).

A organização científica do trabalho de Taylor tentou fazer desaparecer a unidade humana; no entanto, os ergonomistas da atividade e os estudiosos da psicologia do trabalho reconheceram a diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real, o que contribuiu para a renovação do conceito de atividade, levando à conclusão de que é impossível qualquer antecipação ou padronização dos processos de trabalho, e que “[...] a atividade humana, como um processo obscuro que se desenvolve entre o que é previsto, planejado e o que é realmente feito, é inevitável, um convidado em nossas vidas que jamais poderemos demitir” (SCHWARTZ, 2007, p. 130). Sendo assim, a atividade humana é um conceito transgressivo, sintético e não localizável que penetra todas as dimensões do ser humano, e não pode ser propriedade de uma única disciplina científica porque toda apropriação exclusiva seria uma mutilação em algum lugar (SCHWARTZ, 2007).

Os linguistas sugerem que se considere o *sujeito* em situação, o que para a Ergologia se torna o centro, o local onde acontece o debate de normas, ou seja, o corpo si (SCHWARTZ, 2016) que arbitra todo o tempo durante a atividade de trabalho. Para os ergonomistas, toda situação de trabalho é sempre em parte singular, não é repetível, ou seja, não se pode antecipar, porque a vida sempre acontece no aqui e agora, e os linguistas também reconhecem que o ato é irrepitível, havendo sempre uma renegociação entre o que foi estabelecido para ser feito e aquilo que não se esperava acontecer, o inantecipável (SCHWARTZ, 2016). A atividade compreende a presença humana na mediação entre o trabalho prescrito e o trabalho real, ou seja, aquilo que o trabalhador faz, engaja e mobiliza no processo de realização da tarefa, como o seu corpo, sua inteligência, a memória, suas ligações com o coletivo, etc. (ALVES, 2014). “[...] ‘A atividade’, e mais especialmente a atividade de trabalho, é um momento de mediação entre o individual e o coletivo, entre os níveis macroscópico e microscópico da vida social” (SCHWARTZ, 2007, p. 131, tradução nossa).

Considerando a centralidade do trabalho na constituição das relações sociais e a atividade de trabalho como sendo essencialmente humana, somente ao homem é dada a capacidade de trabalhar e construir a sua realidade social (REBECHI, 2015). A Ergologia considera a dialética entre o trabalho prescrito e o trabalho real e busca a compreensão de como o trabalho se desenvolve na sociedade, concebendo que toda atividade de trabalho é antecipada por normas prescritas que serão renormalizadas na hora da realização do trabalho de fato (SCHWARTZ, 2011a; REBECHI, 2015), ou seja, na verdade, é impossível antecipar o inesperado, a atividade de trabalho. Trabalhar não é simplesmente cumprir as tarefas que foram descritas para/como fazer, mas, sim, gerir o uso de si nesse debate contínuo entre o que se espera que seja feito e o que é realizado realmente, de modo que o trabalhador, que não é o objeto a ser descrito, realiza suas escolhas ao executar o seu trabalho, mobilizando seu corpo biologicamente, fisicamente e intelectualmente, sempre tentando se livrar dos enquadramentos que lhe são impostos (SCHWARTZ, 2011a; REBECHI, 2015). Pode-se considerar que não só a direção das organizações faz a gestão do trabalho, mas principalmente o trabalhador, e é por isso que se torna importante estudar o trabalho a partir de baixo, para podermos nos confrontar com as “[...] esferas essenciais em sua realização” (ALVES, 2014, p. 51).

A ergonomia francófona reconhece a diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real e compreende a atividade para além do simples comportamento do trabalhador, além de considerar também como parte da atividade as racionalidades operatórias dos trabalhadores, baseadas na experiência de cada indivíduo e solicitadas pelas deficiências que existem em qualquer sistema, assim como pelas deficiências presentes nas prescrições das tarefas (MORAES; SCHWARTZ, 2017). As condições técnicas e estruturais, assim como as condições econômicas e as normas de trabalho, juntamente com tudo aquilo que é exigido e esperado do trabalhador, são determinadas pelo trabalho prescrito (PETRUS, 2017).

O trabalho real é a própria atividade em si, é aquilo que de fato acontece na hora da execução do trabalho, de acordo com que o meio oferece em termos de condições concretas nas mais variadas situações de trabalho, onde os trabalhadores precisam criar estratégias de ação para administrar o vazio que existe entre a prescrição e a situação real de trabalho (DANIELLOU; LAVILLE; TEIGER, 1989; GUÉRIN *et al.*, 2001, *apud* PETRUS, 2017). O trabalhador, para cumprir as prescrições que lhe são apresentadas, faz suas adaptações, baseado nas suas experiências e visão de mundo, de forma que ele busca alcançar também seus objetivos pessoais e sociais que fazem com que ele possa refletir sobre o que deve ser feito e como deve ser feito o seu trabalho, avaliando a necessidade de alguma regulação da atividade (PETRUS, 2017).

Essas prescrições e limitações impostas aos trabalhadores, adaptadas por eles durante a atividade de trabalho, se fazem presentes também nas situações de trabalho precárias. Os estudos ergológicos tiveram seu início na década de 1970 coincidindo com o avanço dos processos de precarização do trabalho, que ocorre a partir da crise do fordismo, como se discute a seguir.

2.1.1 Trabalho precário

Com a decadência do fordismo, a partir da década de 1970, o capitalismo passou por uma nova mudança e tornou-se um capitalismo de acumulação flexível (DRUCK, 1996). Com esta nova etapa, a precarização do trabalho tornou-se ainda mais

evidente e vem avançando até os tempos atuais, em que o trabalhador sofre mais a cada dia com a desvalorização do seu trabalho e, além de tudo, esse indivíduo passou a ser visto como o responsável pelo seu próprio sucesso ou fracasso (DRUCK, 1996; FRANCO; DRUCK; SILVA, 2010).

As ideias neoliberais que começaram a ganhar força a partir da crise do fordismo e da social-democracia tornaram-se mais hegemônicas a partir da década de 1980 quando os países centrais, como Estados Unidos e Inglaterra, iniciaram a implantação de uma nova forma do capitalismo que impunha uma reestruturação do trabalho (DRUCK, 1996). Essa reestruturação teve como objetivo principal flexibilizar o trabalho para reduzir o valor da mão de obra, diminuindo os custos das grandes empresas transnacionais e, conseqüentemente, aumentando o lucro dessas organizações. Isso causou desemprego estrutural e precarização do trabalho no mundo todo e fragmentou os coletivos de trabalho, contribuindo para um aumento crescente de individualização e informalização do trabalho, além da precarização das ações coletivas como os sindicatos, por exemplo (DRUCK, 1996).

As novas políticas da reestruturação produtiva enfraqueceram os sindicatos e direcionaram as negociações do trabalho para acontecerem entre a empresa e o trabalhador, de modo que, sendo o trabalhador a parte mais fraca da negociação, sempre saiu perdendo em relação a seus direitos (DRUCK, 1996). Diante das dificuldades enfrentadas, dentre elas o desemprego, uma boa parte desses trabalhadores acabou se sujeitando ao trabalho informal por uma questão de sobrevivência.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) diz que a informalidade surge devido à mão de obra excedente no meio produtivo que fez com que os trabalhadores buscassem meios de sobrevivência em atividades de baixa produtividade, sem salário definido e sem nenhuma proteção social (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004). A partir da metade da década de 70, passou-se a considerar a informalidade como o conjunto de atividades chamadas de não capitalistas, onde não existe a separação nítida entre o capital e trabalho, e o produtor tem posse de todos os meios de produção, sendo o responsável por executar e administrar o seu trabalho com a ajuda de familiares e/ou outros ajudantes, como é o caso das atividades autônomas, do trabalho por conta própria, também chamado de autoemprego, onde a produção é

pequena, como a produção agrícola ou familiar, por exemplo (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004).

De acordo com Antunes (2011), os trabalhadores informais, nas suas mais diferentes atuações, contribuem para a circulação das mercadorias produzidas pelas empresas capitalistas. Esses indivíduos não possuem nenhum direito trabalhista ou social e podem perder completamente a sua renda se ficarem doentes e não poderem mais trabalhar (ANTUNES, 2011). Por isso, Franco, Druck e Silva (2010) descrevem a precarização do trabalho como um processo social que torna o trabalho instável, inseguro e volátil, fragiliza os vínculos e impõe perdas de diversos tipos de direitos, como o direito ao emprego, à saúde e à vida a todos os trabalhadores. É um processo em que a fragilização dos vínculos laborais produz problemas, como alta rotatividade, diminuição de salários, excessivas jornadas de trabalho, baixas condições de segurança e instabilidade tanto em relação ao presente quanto em relação ao futuro do trabalhador (OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016).

Dentre as várias formas de disfarce do trabalho precário, pode-se destacar o cooperativismo e o empreendedorismo (ANTUNES, 2011). Segundo o autor, o cooperativismo, inicialmente, surgiu como um instrumento de luta dos trabalhadores contra o desemprego para evitar o fechamento de indústrias e, posteriormente, foi apropriado como uma forma, às vezes fraudulenta, de precarização do trabalho, por fazer com que o trabalhador não mais tenha os seus direitos trabalhistas garantidos, tendo em vista que agora ele figura como cooperado e não mais como empregado da empresa na qual trabalha. O empreendedorismo, por sua vez, também é uma forma de tornar oculto o trabalho precário porque apresenta-se como uma das estratégias de flexibilização salarial e de horário de trabalho, já que esse empreendedor pode ser contratado pelas empresas como prestador de serviços, e não mais como empregado, obrigando-o a cumprir um contrato que, muitas vezes, não lhe permite ter o mínimo necessário de direitos garantidos (ANTUNES, 2011).

Do ponto de vista ideológico, o Estado encontrou no empreendedorismo uma forma de transferir para o indivíduo a obrigação de se autossustentar, eximindo-se de garantir-lhe, como está na constituição, o direito ao pleno emprego e aos direitos necessários a uma boa qualidade de vida, deixando-o em condição de extrema fragilidade e sem condições de competir no mercado capitalista (DAMIÃO; SANTOS;

OLIVEIRA, 2013).

A precarização vulnerabiliza a sociedade como um todo porque não abrange somente a dimensão econômica, mas também conduz a um processo de desfiliação e de despertencimento social, haja vista a desagregação que causa aos trabalhadores quando dificulta os processos de construção das identidades, exalta o individualismo e, conseqüentemente, impede o processo de criação de representatividade (FRANCO; DRUCK; SILVA, 2010).

Em sintonia com o processo de precarização do trabalho iniciado desde os anos 70, o Brasil, utilizando-se do argumento de que deveria tirar da informalidade milhões de brasileiros que estavam à margem dos processos de legalização do trabalho, criou o Microempreendedor Individual (MEI), por meio da Lei Complementar 128/2008. De acordo com Damião, Santos e Oliveira (2013, p. 198), esta lei

[...] foi criada com o propósito de simplificar o processo de legalização de empreendimentos e estimular a formalização daqueles que atuam na informalidade. Não obstante, a criação desses empreendimentos está associada a ausência do emprego formal, onde o “empreendedor”, na verdade um trabalhador comum, se vê obrigado a empregar o seu labor numa atividade que lhe garanta o próprio sustento.

Por essa lei, considera-se empreendedor individual o trabalhador que trabalha como autônomo e tem um faturamento de até R\$81.000,00 anuais, ou seja, uma média de R\$6.750,00 mensais (PORTAL DO EMPREENDEDOR, 2019). Esse trabalhador tem direito a trabalhar em sua residência, na hipótese de que sua atividade não gere grande circulação de pessoas, ou mesmo ser contratado por uma outra empresa de pequeno porte instalada em áreas desprovidas de regulação fundiária legal ou com regulamentação precária (PALÁCIO DO PLANALTO, 2008).

Esse é o caso dos salões de beleza, que, além de se encaixarem dentro do grupo de atividades econômicas em que as empresas possuem regulamentação precária, em 2016 passaram a contar com mais uma lei que institucionalizou oficialmente a precarização do trabalho nesse tipo de negócio. Trata-se da Lei nº 13.352/2016, conhecida como a Lei do Salão Parceiro, que permitiu aos salões de beleza exigirem que seus profissionais se registrassem como MEIs para que pudessem firmar o contrato de “parceria” entre as partes.

Por essa lei, o salão e o profissional são vistos como parceiros de trabalho e ambos têm suas obrigações nesta parceria. O salão parceiro precisa oferecer o local e equipamentos necessários para o profissional parceiro trabalhar e precisa zelar pela segurança e bem-estar desse profissional enquanto ele estiver dentro do estabelecimento. O salão se torna responsável por recolher os impostos que cabem a cada parte, repassar para o governo e descontar o valor do imposto do profissional parceiro na hora do acerto final. Mesmo que o faturamento seja unificado, a parte que caberá ao profissional parceiro será deduzida do valor total do faturamento do salão para efeito de pagamento de impostos. Dessa forma, a cota/parte que fica com o salão é considerada como valor de aluguel e/ou administração do negócio, enquanto que a parte que cabe ao trabalhador fica a título de atividades de prestação de serviços de beleza. Para ter validade, o contrato de parceria deverá ser celebrado com a assistência do sindicato da categoria ou do Ministério do Trabalho e assinado por duas testemunhas.

A partir dessa lei, os salões passaram a exigir que os cabeleireiros se registrem como microempreendedores individuais para firmarem o contrato de parceria, embora pela Lei do Salão Parceiro o contrato não necessariamente precise ser firmado entre duas pessoas jurídicas, ou seja, o salão também pode celebrar contrato com pessoas físicas. Essa foi uma forma encontrada pelos proprietários de salões para se protegerem de possíveis problemas trabalhistas com os seus funcionários e reduzirem os seus custos, seguindo a lógica da precarização do trabalho.

Contudo, independentemente da forma como o trabalho é realizado, seja em condição precária ou sob o amparo legal que dá suporte social ao trabalhador, “[...] trabalhar é ‘usar-se’ e não somente executar instruções, seguir protocolos, regras e normas” (PETRUS, 2017, p. 48). Isso fica mais claro a partir do momento que se tem maior compreensão sobre a complexidade da atividade humana no trabalho, algo que se busca fazer no próximo item.

2.2 ATIVIDADE E DUPLA ANTECIPAÇÃO

Estudar e compreender o conceito de atividade é importante para entender o trabalho, de modo que, sem o entendimento correto da atividade, pode-se dizer qualquer coisa sobre ele (SCHWARTZ, 2015).

A palavra “atividade” pode ser usada no dia a dia como um termo comum sem conteúdo conceitual preciso, de maneira cega, ou pode ser vista como o oposto à inércia (SCHWARTZ, 2007). Canguilhem (1966), citado por Schwartz (2007), define a vida por meio da atividade como a luta permanente contra a inércia e indiferença, o que daria condições filosóficas para a construção do conceito de atividade, levando Schwartz a afirmar que “[...] a noção ou ideia de ‘atividade’ sempre ocorre quando é necessário salvar a unidade do ser humano” (SCHWARTZ, 2007, p. 124, tradução nossa). A noção de atividade está propensa a permanecer parcialmente enigmática por parecer uma arte de transgressão de nossas faculdades (SCHWARTZ, 2007).

Schwartz (2007) também aborda o *fazer industrial*, ou de ação técnica, visto pelos estudos filosóficos como ausente de atividade intelectual, mas que coloca em diálogo a consciência humana, o conhecimento conceitual e o corpo de outro com o *aqui e o agora*, ligado às circunstâncias cujas singularidades jamais poderão ser antecipadas por quaisquer conceitos. Misteriosamente o homem consegue, com habilidade técnica, vincular as dimensões do conhecimento incorporado às dimensões do conhecimento metodológico, do corpo e a mente, da natureza e a cultura, do patrimônio espiritual e o legado da vida, buscando sempre desenvolver o seu trabalho de forma a promover a saúde, produzindo normalidade em confronto com o ambiente no qual está inserido, e esta disposição pode ser chamada de “atividade” (SCHWARTZ, 2007).

A atividade de trabalho é sempre singular, uma produção pessoal que acontece de acordo com a habilidade e traços individuais de quem produz, onde o trabalhador emprega todos os seus conhecimentos apreendidos em sua trajetória de vida, produzindo uma regulação por meio desses conhecimentos que lhe dão condições de operar de diversas formas diante das situações de trabalho (PETRUS, 2017).

O trabalho e a vida saudável não conseguem lidar com normas totalitárias, sejam por regimes políticos, sejam pelo modelo de organização científica do trabalho de Taylor, considerando que cada indivíduo está propenso a seguir os seus próprios padrões para exercer sua atividade de trabalho, o que passou a ser chamado como uso de si,

considerando a tensão existente entre o que é permitido e o que não é permitido dentro de um espaço de possibilidades, dando origem às expressões uso de si por si e uso de si por outros, circunscrevendo, então, a atividade como o próprio dinamismo da vida humana, de modo que a partir desta reconceitualização, as ciências sociais, sobretudo a sociologia, não podem desconsiderar esse conceito de atividade visto como uma reengenharia de normas em sua relação com o ambiente, e que agora torna-se o próprio sentido humano da vida em seu processo contínuo de debate e recriação de normas (SCHWARTZ, 2015). Durante o *fazer*, o indivíduo sempre buscará mudanças naquilo que foi antecipado, e essas transformações advêm dos esforços para se conciliar as exigências e normas antecedentes, por meio da atividade, com os desencontros e as incompatibilidades encontrados no meio onde ocorre a própria atividade (MORAES; SCHWARTZ, 2017).

A atividade também pode ser definida como "[...] sinergia problemática do heterogêneo em nós" (SCHWARTZ, 2015, p. 45, tradução nossa), porque o indivíduo não vive um debate de padrões por vez; ao contrário disso, a todo o momento há uma negociação de normas antecedentes específicas relacionadas à vida social e a diversos horizontes temporais (SCHWARTZ, 2015), ou seja, ele vive o desafio de confrontar e adaptar as normas vigentes no presente, porque elas foram concebidas no passado de acordo com as experiências de outros indivíduos, e podem não se encaixar na sua interpretação sobre o melhor caminho a seguir.

A inevitável confrontação da atividade de trabalho com a realidade realça a diferença entre o trabalho prescrito e o trabalho real e faz lembrar que é impossível antecipar a atividade humana, sobretudo a atividade de trabalho que é reinventada a cada momento pelo trabalhador (MEZADRE; BIANCO, 2014). As prescrições do trabalho se materializam por meio dos trabalhadores que as operam e as renormalizam, tendo em vista que a atividade de trabalho não é a mera execução das regras prescritas, pois é o trabalhador quem decide o que fazer e como fazer na hora da realização da atividade de trabalho fazendo o uso de si, o uso de suas capacidades, sempre negociando entre o que lhe é exigido e o que é possível fazer, de acordo com os seus valores, os valores sociais e os valores de classe (OLIVEIRA, 2014). Sendo assim, as renormalizações preenchem os vazios deixados pelas regras e normas revelando que existem modos próprios de se realizar a atividade de acordo com as experiências do coletivo de trabalho, como é o caso dos "[...] macetes, manhas, jeitinhos e gambiarras"

(OLIVEIRA, 2014, p. 44), que são expressões comuns que revelam a existência desses modos compartilhados de realizar o trabalho.

O trabalho é permeado por histórias, tanto dos trabalhadores, quanto pelas histórias do ambiente de trabalho e isso deve ser respeitado para que o trabalhador não sofra “mutilação” em suas atividades de trabalho; por isso, é importante estudar o trabalho como atividade humana, e não como uma tarefa, já que é o próprio trabalhador que gere suas atividades de trabalho (SCHWARTZ, 2003; MEZADRE; BIANCO, 2014).

A Ergologia sugere que as pesquisas abordem a atividade do trabalhador, buscando construir em seu local de trabalho um ambiente favorável para que o faça pensar, falar e refletir sobre os seus valores, saberes e atividades de trabalho, direcionando o olhar ergológico para as microdimensões que envolvem as ordens subjetiva e objetiva do trabalhador em sua atividade de trabalho, valorizando e criando diálogo entre o saber investido, aquele saber construído nas experiências do sujeito em suas atividades de trabalho, e o saber constituído que compreende o saber acadêmico, formalizado e exterior à atividade de trabalho (SALES, 2017).

Esclarece-se que Durrive (2019) embasará o trecho a partir daqui, permitindo-se ter maior compreensão sobre a atividade de trabalho com base na discussão feita pelo autor. Para Durrive (2019), de acordo com a abordagem ergológica, não se deve confundir o que se diz sobre a realidade com a realidade de fato porque sempre o que haverá é um ponto de vista da realidade, assim como não se pode falar de competência como se estivesse falando de uma qualidade própria da pessoa, porque o indivíduo pode ser competente em algo e não o ser em outro. Então, a Ergologia faz a distinção entre os dois registros de abordagem da realidade, os quais são o *discurso sobre a realidade e a atividade de fato*, em que o primeiro é encontrado nos planos, programas, sistemas de referência, dentre outros, e o segundo, a atividade real, analisada não somente no sentido de uma realidade observável, mas também no sentido do ser ativo, que é em grande parte invisível (DURRIVE, 2019).

Embora não se possa confundir essas duas abordagens sobre a realidade, de acordo com a Ergologia, é importante destacar que não é possível separar o trabalho real do trabalho prescrito porque ambos estão diretamente ligados um ao outro, já que um age sobre o outro e existe de acordo com o outro, de forma que a prescrição enquadrará a antecipação do trabalho real enquanto que o trabalho real irá além do

trabalho prescrito, sem nunca ser redundante, levando a uma dinâmica do movimento da vida e do pensamento cujo aquilo que foi pensado com antecedência no trabalho será sempre excedido pelos pensamentos dos trabalhadores durante a ação do trabalho (DURRIVE, 2019). Sendo assim, surge o que é chamado de dupla antecipação, onde o prescrito tenta antecipar o trabalho que será desenvolvido, ao mesmo tempo em que o trabalhador, no momento da implementação do prescrito, sempre se esforçará para tomar iniciativas para que possa dominar as restrições que lhe são impostas para, assim, ir além do prescrito, porque a ação não é simplesmente o entendimento do que foi prescrito, pois sempre haverá uma consideração da restrição e, depois, a tentativa de ser mais ativo do que passivo na busca pela recuperação de vantagem em relação ao prescrito, buscando o controle sobre a situação em que se está localizado (DURRIVE, 2019).

É preciso destacar que, para esse autor, a restrição não se dá apenas pelo prescrito, pois existem determinadas circunstâncias que acontecem no momento da ação que se somam à prescrição, o que demonstra que a restrição não é necessariamente negativa. Ao mesmo tempo em que o indivíduo se adapta à prescrição para executar o seu trabalho, deixando transparecer sua subjugação, ele também adapta a prescrição para conseguir executar o trabalho ao seu modo, de acordo com a sua percepção daquilo que acontece ao seu redor, sua visão de mundo; duas fases que compõem a dupla antecipação (DURRIVE, 2019).

Durante a sua atuação no trabalho, o trabalhador não se contentará em apenas aplicar o que lhe fora prescrito, mas antes disso, ele vai avaliar o problema ao seu nível, apreciar a situação encontrada e, depois, oferecer a solução que achar mais viável, de acordo com as suas considerações, tendo em vista que o ser humano jamais será neutro diante da vida, de forma que se pode afirmar que, se a tarefa precede a situação de trabalho, a vida precede a tarefa (DURRIVE, 2016). Isso se refere à dupla antecipação, ou seja, se por um lado o ser humano pode prever, de certa forma, aquilo que poderá acontecer e criar normas e regras que antecipem esses possíveis acontecimentos – primeira antecipação –, por outro lado, ele é impelido a agir indo além daquilo que lhe foi prescrito para fazer, devido à necessidade de gerenciamento da variabilidade – segunda antecipação – (DURRIVE, 2016).

Além disso, é preciso considerar as dimensões tripolares da atividade que, segundo Schwartz (2007), é permeada por um campo de força existente entre o polo das gestões (Polo I), o polo do mercado (Polo II) e o polo da Politeia (Polo III). O primeiro polo é o polo das gestões, onde acontece o debate de normas e, portanto, é o polo das dramáticas dos usos de si, o polo da atividade humana na qual acontece a decisão do indivíduo do “que”, “quando” e “como” realizar o seu trabalho; o segundo polo é o polo dos valores que são facilmente quantificáveis por ser o polo do mercado, do valor econômico, em que a lucratividade pode ser um norteador que vai impactar diretamente a vida das pessoas e das organizações; o terceiro polo é o polo da política no qual as leis, regras e normas, que são valores não dimensionáveis, são criadas em função do bem comum e que, portanto, irão pressionar o polo I e o polo II definindo onde e como o indivíduo pode exercer sua cidadania, bem como regulando e impactando o mercado em todos os níveis (SCHWARTZ, 2007; GUIMARÃES *et al.*, 2016).

Essas três dimensões da atividade não devem ser confundidas com o Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P). Embora a nomenclatura seja parecida, a dimensão tripolar da atividade está no campo das relações micro/macro e como uma interfere na outra no tocante ao debate de normas e valores e as decisões tomadas na atividade de trabalho. Já o DD3P se refere ao processo de aprendizagem e troca de conhecimentos, assunto que será tratado no item 2.4.

Conforme Durrive (2019), na visão simplificada da competência o ato é separado do ator, dando a entender que quem prescreve o trabalho consegue manter o controle sobre a definição e a solução do problema, transformando o trabalhador em um simples recurso a ser mobilizado, uma solução para o problema pré-definido, como se o indivíduo não tivesse condição de fazer as suas escolhas no momento da ação. Já na visão dinâmica da competência, o ator também se torna autor de suas ações, e não simplesmente um executor de atos pensados e definidos por outras pessoas, porque ele quer definir suas próprias normas, tomar suas decisões, romper com os padrões pré-estabelecidos, ir além do foi prescrito em um processo de renormalização contínuo. Nesse processo, segundo o autor, o trabalhador primeiro avalia a situação, o que foi prescrito para ser feito, e a partir daí decide o que realmente vai fazer, baseado nos seus valores, rompendo com a primeira antecipação e levando em consideração também o que os seus colegas de trabalho estão fazendo, como eles

se comportam no ambiente de trabalho, e age de acordo com a singularidade de cada situação deixando claro que a história local, muitas vezes inédita, influencia a sua decisão no aqui e agora. Portanto, se o trabalho prescrito corresponde à iniciativa da restrição, primeira antecipação, o trabalhador é o protagonista da situação de trabalho, que tem o poder de decidir no momento da ação, indo além e a partir da prescrição, segunda antecipação (DURRIVE, 2019).

É justamente o ponto de vista e as singularidades desse trabalhador que são ressaltados pela Ergologia (HOLZ, 2014). No entanto, falar do "ponto de vista da atividade" é diferente de falar do "ponto de vista do trabalhador" e de suas opiniões, embora atingir o ponto de vista da atividade seja uma tarefa demasiadamente difícil, porque o trabalhador, na maioria das vezes, terá que lidar com situações inesperadas e não conseguirá refletir sobre suas ações e, diante dessas circunstâncias, nem tomará consciência sobre elas, o que contribui com a impossibilidade de se expressar em palavras a grande riqueza presente em todas as atividades de trabalho (SOUSA; MUNIZ, 2017).

O ser humano é um ser de atividade que está em permanente debate de normas em seu meio de vida, sempre as atualizando e personalizando-as em um eterno processo de renormalização (SCHWARTZ, 2016). As normas antecedentes são próprias dos meios humanos, estão presentes em todos os ambientes e têm relação direta com o "[...] mundo histórico e social" (SCHWARTZ, 2016, p. 94), ou seja, as regras, normas, leis e prescrições formais ou informais são estabelecidas conforme as experiências de determinado grupo, de acordo com a sua história, e sempre serão pautadas por uma determinada ética social na qual os grupos estão inseridos.

2.3 NORMAS, NORMAS ANTECEDENTES E RENORMALIZAÇÃO

As normas são regras ou modelos criados por uma instância que avalia como deve ser o comportamento daqueles sobre os quais elas incidem (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008; DURRIVE; SCHWARTZ, 2018). Ao mesmo tempo em que o indivíduo está sob a imposição de normas criadas por instâncias externas, ele também se torna uma instância ao criar suas próprias normas que são instauradas na atividade (DURRIVE;

SCHWARTZ, 2008; DURRIVE; SCHWARTZ, 2018). Estas normas podem ser mais abrangentes como as normas jurídicas, o direito internacional, ou serem normas mais próximas do nosso dia a dia, por exemplo, as regras do trabalho, os manuais dos equipamentos elétricos, os organogramas das empresas etc. (SCHWARTZ, 2016).

A partir desse contexto, considera-se a importância da definição do que a Ergologia chama de “normas antecedentes”. As normas antecedentes são heterogêneas e precedem qualquer existência individual, pois elas variam em seu modo e grau de formulação e formalização, bem como varia a sua estabilidade, a sua antiguidade, o período de tempo em que surgiram, além das variações geográficas e culturais (SCHWARTZ, 2015). Essas normas antecedentes são necessárias ao exercício das atividades de trabalho e estão presentes nas regras de gestão, manuais e fichas técnicas, prescrições e procedimentos, dentre outros que, ao mesmo tempo em que constroem o trabalhador, também o permitem desenvolver sua atividade de trabalho por meio de sucessivas renormalizações (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008; DURRIVE; SCHWARTZ, 2018). Elas buscam orientar o trabalhador a realizar uma ação previamente concebida e oferecer um parâmetro de trabalho por meio de tecnologias, regras e procedimentos, abrangendo também os meios físicos, como materiais e equipamentos utilizados no exercício da atividade de trabalho (MEZADRE; BIANCO, 2014).

Schwartz (1995), citado por Telles e Alvarez (2004), descreve os três aspectos do caráter híbrido das normas antecedentes, sendo que o primeiro é o fato de as normas antecedentes abarcarem restrições de execução heterodeterminadas, podendo ser nelas identificado um dogmatismo científico amparado por um poder social; o segundo é o fato de elas serem construções históricas, já que a experiência acumulada ao longo do tempo pode ser considerada um patrimônio da humanidade e isso influenciará nas estratégias e escolhas em cada situação a ser analisada em um determinado momento; e, por fim, o fato de elas indicarem valores que não se referem somente a uma dimensão monetária e “[...] sim a elementos do bem comum, que são redimensionados nas organizações, nos ambientes de trabalho e na sua relação com o meio externo” (TELLES; ALVAREZ, 2004, p. 73).

Um bom exemplo de normas antecedentes são as sociedades comerciais e jurídicas, onde a normalidade legal e os seus derivados se cristalizaram e a troca do trabalho

pelo dinheiro permitiu a formação de uma sociedade salarial baseada na padronização, concentrando o maior espectro de normas antecedentes, embora a sociedade nem sempre tenha vivido dentro desses padrões de normalidade (SCHWARTZ, 2015). No entanto, “[...] é impossível e invivível conceber toda a vida humana como pura aplicação/execução dessas normas antecedentes” (SCHWARTZ, 2015, p. 46, tradução nossa). Impossível porque, mesmo no caso de uma norma antecedente parecer dar conta de cobrir todos possíveis padrões de ação, não haverá como repensar o trabalho prescrito; invivível porque o ser humano sempre estará buscando manter sua saúde, mesmo que para isso ele tenha que adaptar as normas antecedentes que mediam a sua relação com o meio ambiente, personalizando-as em um eterno processo de renormalização (SCHWARTZ, 2015; SCHWARTZ, 2017).

As normas antecedentes jamais conseguirão antecipar a atividade de trabalho, pois ela não é uma variável que se pode ajustar, não é previsível e acontecerá sempre no “aqui e agora” sem obedecer, necessariamente, a padrões anteriormente estabelecidos; e por mais que existam métodos e prescrições extremamente precisos e rígidos, a existência de o *fazer contrário* daquilo que foi prescrito é *inescapável* e sempre haverá a impossibilidade de seguir as normas da forma que elas foram criadas dada à sua incompletude, multiplicidade e heterogeneidade (SCHWARTZ, 2017).

Um debate de normas ocorre em função de valores, e as renormalizações são escolhas realizadas em todos os níveis do corpo si, que é um centro organizador que tenta o tempo todo hierarquizar esses valores, buscando a conciliação destes em um projeto de vida comum que seja “[...] capaz de mobilizar saberes e valores dos mais próximos da situação a saberes e valores os mais desconectados, os mais em *desaderência* em relação a ela” (SCHWARTZ, 2016, p. 102).

Durante o fazer, o indivíduo sempre buscará mudanças naquilo que foi antecipado, e estas transformações advêm dos esforços para se conciliar as exigências e normas antecedentes, por meio da atividade, com os desencontros e as incompatibilidades encontrados no meio onde ocorre a própria atividade (MORAES; SCHWARTZ, 2017).

“As normas antecedentes se definem em relação ao agir humano, a partir de duas características: a anterioridade e o anonimato” (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008, p. 26). Anterioridade porque só é possível a vida industriosa coletiva a partir destas normas preexistentes, e anonimato porque elas não consideram a singularidade das pessoas

encarregadas de agir e que ocuparão o posto de trabalho (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008; DURRIVE; SCHWARTZ, 2018). Sendo assim, é na atividade de trabalho que acontece uma configuração, no presente, das normas antecedentes renovadas por alguém único, garantindo sempre as características da anterioridade e do anonimato (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008; DURRIVE; SCHWARTZ, 2018).

Embora não se possa negar a importância das normas, necessárias para evitar o caos e balizar as ações dos sujeitos, elas carregam consigo o risco de se tornarem o fim em si mesmo e ignorar a vida que surge a todo instante, tornando, então, necessário o processo de renormalização devido ao vazio presente em sua concepção (NASCIMENTO, 2016), processo este que se refere às adaptações das normas antecedentes por parte dos trabalhadores durante o exercício de suas atividades laborais, em que os indivíduos fazem suas escolhas e considerações de como deve ser executado o seu trabalho (MEZADRE; BIANCO, 2014).

Ao abordar o debate de normas como um fabricante de história, como uma problematização do campo da epistemologia e como a convocação de um universo axiológico no coração de todo agir individual e coletivo, desloca-se o problema das relações micro/macro, determinações sociais/criatividades singulares, de modo que esses debates sejam tratados em diversos limites temporais e inúmeros níveis, nos quais eles se representam no seio do nosso corpo si (SCHWARTZ, 2015). Então, sendo a atividade de trabalho o local onde acontece esse debate de normas, o trabalhador, ao fazer uso do seu corpo si, produz a sua própria história ao se guiar pelas normas antecedentes mais ou menos socializadas, ao mesmo tempo em que busca personalizá-las, de modo que, mesmo que esta renormalização aparentemente seja mínima, o corpo si continua retrabalhando estas normas em seu processo de personalização permanente, ainda que os padrões estabelecidos se movam em direção aos objetivos a serem alcançados. Ou seja, os limites temporais e espaciais desaparecem à medida em que o corpo si mobiliza recursos, coordena e prioriza os seus próprios padrões para alcançar esses objetivos (SCHWARTZ, 2015).

O trabalhador é, então, um ser enigmático que vivencia o debate de normas e procura se hierarquizar e se coordenar entre todos os níveis do seu agir que, apesar de serem níveis heterogêneos, são todos necessários e encontram sua unidade no corpo si que serve de base para a atividade humana, vista aqui como a negociação permanente

das normas antecedentes, “[...] uma sucessão, ou melhor, um encaixamento de dramáticas de uso de um corpo si” (SCHWARTZ, 2016, p. 94), produzindo as renormalizações.

As renormalizações acontecem porque o trabalhador não está livre para fazer o que quer, mas acaba fazendo o que não deve fazer para conseguir fazer aquilo que se espera que seja feito (ROTH, 2018), não do jeito que foi estabelecido, mas do jeito que ele entendeu como a melhor forma de se fazer, respeitando as suas crenças, seus valores, sua visão e percepção do mundo. Durante sua ação de trabalho, o trabalhador arbitra entre o que os outros exigem dele e que ele exige de si mesmo, sendo que os outros podem ser seus superiores, colegas de trabalho, clientes etc. (ROTH, 2018). Esse debate de normas acontece porque o trabalhador necessita de alinhar esses padrões e normas não convergentes para preservar a sua saúde (SCHWARTZ, 2017; ROTH, 2018), abrigando em si valores de conhecimento e conhecimentos ordenados a projetos de vida, de modo que as renormalizações, além de adaptarem às normas antecedentes, funcionam como reservas de conhecimento e de alternativas para o dia a dia de trabalho (SCHWARTZ, 2017).

A renormalização é individual e singular e acontece em todas as situações de trabalho, porque o trabalhador tem a compreensão sobre as prescrições que lhe são impostas e quais padrões deveria seguir (CADET; MAHLAOU, 2018). No entanto, ele transgride estas normas e padrões, criando e recriando provisoriamente novas maneiras de desenvolver seu trabalho, a seu próprio jeito, e faz coisas que não eram esperadas que fizesse em um processo contínuo de transgressão das regras por sua própria vontade ou mesmo por necessidade de transgredi-las para manter sua saúde, de forma que sua ação se torna possível e ele possa escolher fazer aquilo que lhe faz mais sentido em cada situação de trabalho (CADET; MAHLAOU, 2018).

A renormalização é também um processo coletivo, pois a atividade de trabalho acontece em ambientes coletivos permeada por normas, ofensas e transgressões nas mais variadas situações, onde o indivíduo cria suas renormalizações individuais, mas tem necessidade de se socializar com os outros indivíduos e debater estas mudanças em seus coletivos ou grupos de trabalho e criar as novas renormalizações que sejam comuns a todo o coletivo de trabalho (CADET; MAHLAOU, 2018). A renormalização acontece porque sempre haverá um *fazer de outro modo* e será inevitável, mesmo

que parcialmente, uma adaptação das normas antecedentes, e ninguém conseguirá se opor a este fato: ela é um meio de exercício da atividade (SCHWARTZ, 2017).

A renormalização não deve ser confundida como uma volta às normas e sim como um processo de adaptação das normas existentes para a realização das atividades laborais. O homem tem necessidade de seguir suas próprias normas e isso ele consegue fazer por meio do processo de renormalização, ou seja, o seu próprio jeito de seguir o que foi prescrito pela organização para a realização de suas atividades (SCHWARTZ, 2000b), assim como pela historicidade das situações vividas. Schwartz (2011a) ainda diz que:

As 'renormalizações' são as múltiplas gestões de variabilidades, de furos das normas, de tessitura de redes humanas, de canais de transmissão que toda situação de trabalho requeira, sem, no entanto, jamais antecipar o que elas serão, na medida em que essas renormalizações são portadas por seres e grupos humanos sempre singulares, em situações de trabalho, elas mesmas, também sempre singulares. (SCHWARTZ, 2011a, p. 34)

O ser humano estará continuamente exposto às normas ou exigências do meio ao qual se encontra e, ao seu modo, ele estará reinterpretando-as e adaptando-as neste processo de reconfiguração do meio que ele deseja que seja seu, de modo que toda pessoa chega a transgredir e distorcer certas normas na tentativa de se apropriar delas, enquanto suporta outras imposições externas, por exemplo, a linguagem (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008; DURRIVE; SCHWARTZ, 2018).

Por mais antiga que seja a profissão, ela estará sempre sujeita aos processos de renormalização que vão transformando as atividades ao longo do tempo, já que esse processo de criação e recriação é inerente à existência humana. E foi a partir das ideias sobre a renormalização da atividade que surgiu o Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P), um importante instrumento de diálogo entre mundo acadêmico e o mundo do trabalho (SCHWARTZ, 2000a).

2.4 O DISPOSITIVO DINÂMICO DE TRÊS POLOS (DD3P)

Por volta de 1993, começavam as primeiras articulações para criação do DD3P, ainda chamado de dispositivo a três polos (SCHWARTZ, 2000a). O primeiro polo desse

dispositivo é o polo dos conceitos, no qual estão presentes prescrições e normas tanto sobre o trabalho, quanto sobre outros assuntos, por exemplo, a noção de mercado, o corpo humano, as práticas linguísticas etc.; o segundo polo é composto pelos saberes construídos nas atividades de trabalho, onde os trabalhadores são os protagonistas da atividade que, para “[...] valorizar seus saberes específicos e transformar sua situação de trabalho” (SCHWARTZ, 2000a, p. 44), se apropriam das normas e prescrições para tratá-las e (re)tratá-las.

Esses dois primeiros polos possuem saberes específicos que, de um lado, são pré-estocados por quem prescreve o trabalho (polo I); e, do outro lado, são os saberes investidos na atividade por quem detém os conhecimentos que só são possíveis a partir da experiência do trabalho (polo II). Diferentemente desses dois primeiros polos, o terceiro polo, o polo do diálogo entre os saberes constituídos e os saberes investidos na atividade de trabalho, não possui conhecimentos estocados ou mesmo saberes investidos (SCHWARTZ, 2000a). É neste polo que acontece a integração, por meio do diálogo, entre o polo I e o polo II, proporcionando o alcance da compreensão das diferenças entre o trabalho prescrito e o trabalho real (TRINQUET, 2010)

O terceiro polo impõe aos pesquisadores uma certa humildade para reconhecer que os protagonistas da atividade são dotados de certos conhecimentos que não são possíveis de aprender senão na experiência de trabalho (SCHWARTZ, 2000a) e que, portanto, não se aprende no meio acadêmico. Surge a partir daí o que a Ergologia chama de “[...] desconforto intelectual que consiste em admitir que generalidades e modelizações devem ser sempre reapreciadas” (SCHWARTZ, 2000a, p. 44) e que é preciso reconhecer o outro como semelhante, como uma fonte de conhecimento, saberes e valores que só ele possui. Este desconforto intelectual “[...] implica admitir que os ‘outros’, ainda que não estejam de acordo conosco, possuem, talvez, uma parte da verdade” (TRINQUET, 2010, p. 100), e que, portanto, é preciso

[...] admitir e aceitar que não sabemos tudo e que nunca poderemos sabê-lo, quando se trata de agir sobre e com os humanos; que não há verdade imutável e definitiva; que nunca há somente uma maneira certa para fazer as coisas. Mas isso quer dizer também que jamais estamos seguros para tentar compreender, analisar e, sobretudo, normalizar ou enquadrar as atividades humanas (TRINQUET, 2010, p. 100).

Sendo assim, para a Ergologia, todas as questões relacionadas ao trabalho, sejam elas pesquisas, estudos, saúde/segurança, formação, economia, gerência, dentre outros, não podem ser vistas e compreendidas inteiramente somente pelo exterior (TRINQUET, 2010). Daí a importância do DD3P, que consiste em uma ferramenta de análise da atividade de trabalho que alia os saberes acadêmicos com os saberes gerados pelas práticas do trabalho, levando a um debate que impõe aos pesquisadores acadêmicos a humildade de reconhecer a importância da atividade, assim como impõe aos trabalhadores que, de certa forma, aceitem os conceitos da disciplina (OLIVEIRA, 2014).

Foi a partir do DD3P que surgiu o conceito ergológico da atividade (SCHWARTZ, 2000a), vista pela Ergologia não como a ação, mas sim como “[...] um impulso de vida e de saúde que é próprio ao ser humano, cada vez que ele começa a fazer alguma coisa” (DURRIVE; SCHWARTZ, 2018, p. 12). A atividade passa a ser vista como “[...] fonte da história humana” (MORAES; SCHWARTZ, 2017, p. 1600), tendo por base todas as experiências presentes no corpo si (DURRIVE; SCHWARTZ, 2018).

2.5 CORPO SI E DRAMÁTICAS

O trabalhador procura estabelecer uma relação de saúde com o seu meio de trabalho, saturado pela grande quantidade de normas, tornando impossível a produção sem a existência da renormalização das normas antecedentes, tornando seu patrimônio os procedimentos e as novas formas de se comunicar, assim como as sinergias locais, o tempo de ajustamentos e as concordâncias internas de tempo, as sequências lógicas operacionais, além do tempo das dimensões históricas das situações (SCHWARTZ, 2015a).

Então a pessoa, aqui chamada de corpo si, sempre participa da tentativa permanente de renormalização, e, mesmo nas relações de serviço, consideradas como trabalho imaterial, esse corpo si incorpora saberes, valores sedimentados em posturas, palavras e disponibilidades, enfrentando e renormalizando as pressões e os constrangimentos, de maneira que a temporalidade ergológica se torna também a temporalidade do corpo, a história da pessoa em todas as suas dimensões (SCHWARTZ, 2015a).

Lembrar que este corpo si é o lugar que dá suporte ao debate e ao processo de recriação de normas, e ainda indicar a vulnerabilidade e sensibilidade da temporalidade ergológica em relação às circunstâncias da vida social, considerando que somos uma única pessoa que vive ao mesmo tempo diversas dimensões da vida (ou seja, o indivíduo que trabalha é o mesmo indivíduo que tem uma família, amigos, etc., com os seus próprios valores em constante comunicação), ultrapassa as dimensões consideradas como situações de trabalho e fazem do corpo si o lugar onde se misturam os saberes, as colocações em patrimônio, os debates de normas, fazendo pensar as diversas formas de circulações entre a temporalidade ergológica e as temporalidades da vida social, sendo que dentro da temporalidade ergológica encontra-se presente a temporalidade dos valores e instituições do bem comum (SCHWARTZ, 2015a).

O conceito de corpo si foi criado por Schwartz para explicar que não há uma dissociabilidade entre corpo e mente, e que a historicidade do trabalhador, seus conhecimentos, crenças e valores estão o tempo todo juntos, influenciando as microdecisões durante o exercício de suas atividades, motivo pelo qual as regras e normas prescritas não dão conta de prever o que o indivíduo de fato fará na hora de realizar o seu trabalho, tendo em vista que ele estará por inteiro, de corpo e alma, envolvido no seu ofício na hora em que tiver de decidir o que fazer. Ao criar esse conceito, Schwartz encontra uma alternativa para não tomar de empréstimo recursos teóricos de outros quadros já estabilizados no meio científico (SCHWARTZ, 2014), como sujeito e subjetividade, por exemplo, que poderiam não resistir às tentativas de objetivação, algo que não acontece com o corpo si, tendo em vista que não se consegue delimitá-lo ou defini-lo, sendo ele um árbitro no mais íntimo da atividade, mantendo sua característica de entidade enigmática (SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010).

Já o conceito de uso de si se estabelece adequadamente no encontro entre o trabalho e o trabalhador, em que este busca o recentramento do meio de trabalho em torno de suas próprias normas (SCHWARTZ, 2014). Schwartz criou a expressão uso de si para definir a capacidade humana de reinvenção, onde o trabalhador busca a adaptação do meio onde trabalha, provocando uma evolução do trabalho e transformando esse meio para torná-lo um pouco seu, buscando sempre o melhor para si (SALES, 2017). Dessa forma, embora haja uma tentativa, por parte das organizações, de impor

normas e regras rígidas para o trabalhador, este, por sua vez, sempre buscará transformá-las, alinhando-as às suas necessidades de acordo com as reflexões que faz da tarefa e da forma com a qual enxerga o seu campo de trabalho, tornando-se, assim, um protagonista no exercício das atividades de trabalho e deixando para trás aquela imagem de mero executor de tarefas (SALES, 2017).

Ao fazer o uso de si, o trabalhador torna a atividade de trabalho bastante complexa, o que a faz inédita e singular porque o trabalho será sempre realizado de forma diferente do que foi planejado, já que o uso de si é único de cada pessoa; ele é o uso da inteligência, do corpo e de tudo mais que é mobilizado pelo homem, em sua existência como um ser social, para realizar a atividade de trabalho (REBECHI, 2015; SCHWARTZ, 2000). O uso de si se refere ao fato de que o trabalhador experimentará situações de confronto entre as normas antecedentes e a renormalização, o que faz com que a aplicação de normas prescritas não seja tão simples porque, durante o trabalho, o trabalhador se vê obrigado a fazer e gerir escolhas que são sempre baseadas em valores e impõem riscos ao trabalhador que procura opções para preencher as lacunas e deficiências das normas e orientações preestabelecidas, interligando sempre as normas antecedentes, o uso de si e as renormalizações (SCHWARTZ, 2010; MEZADRE; BIANCO, 2014).

Tendo em vista a necessidade do corpo para o exercício do trabalho, pode-se afirmar que este corpo vivo “[...] é ao mesmo tempo corpo de um ser psíquico e histórico” (SCHWARTZ, 2014, p. 261) chamado então de corpo si. Esse corpo si transgredir todas as fronteiras entre o biológico e o histórico, onde o “si” é um sábio desconhecido que traz consigo uma tríplice ancoragem: a) a ancoragem biológica, pela qual o corpo dado em nascimento possui limites e potencialidades e está sempre em busca de saúde; b) a ancoragem histórica, pela qual as dramáticas produzidas pelo debate das normas “por si” ou “por outros” só adquirem sentido em um dado momento particular da história; e c) a ancoragem singular, onde o corpo si se faz presente na experiência individual de cada pessoa e na forma como ela negocia e vivencia as suas dramáticas em relação ao “mundo de valores” presentes à sua volta (SCHWARTZ, 2014). Trabalhar é, então, tentar estabelecer uma sinergia entre estas três ancoragens indissociáveis no tratamento dos debates das normas que estão sempre presentes em todos os trabalhos industriais (SCHWARTZ, 2014).

Para que a atividade se torne possível o trabalhador fará *uso do corpo si*, transgredindo normas e regras e eliminando os elementos contraditórios à execução do trabalho (MORAES; PINTO, 2011).

Durrive e Schwartz (2018) explicam que o *corpo si* é a individualidade considerada como uma história. Os autores ainda argumentam que

[...] o *corpo si* ultrapassa a separação entre o biológico, o psíquico e o cultural. Trata-se da pessoa enquanto ela está em atividade: um centro de arbitragem que incorpora o social, o psíquico, o institucional, as normas, os valores (presentes e retrabalhados), a relação com o tempo, a relação com os níveis de racionalização, etc. Cada um funciona com um certo número de “normas endógenas” que são aquelas do seu *corpo si*, que as constituiu no histórico das renormalizações sucessivas. (DURRIVE; SCHWARTZ, 2018, p. 14).

Esse *corpo si* é, então, “[...] o elemento que cria e se cria em cada experiência singular que os limites da prescrição lhe colocam” (MORAES; PINTO, 2011, p. 284). Ele é um elemento que transgredir as normas e não se afirma simplesmente por esta desobediência, mas, principalmente porque afirma, por meio da potência de produção do mundo, a capacidade de criação e recriação de normas, podendo fazer as coisas de um outro jeito e, assim, poder viver a vida de uma outra forma (SCHWARTZ, 2000a; MORAES; PINTO, 2011).

O *corpo si* é o *lócus* de toda atividade humana identificada como um contínuo debate de normas (SCHWARTZ, 2014), é nele e por meio dele que todas as coisas acontecem. Ele é uma entidade enigmática que acumula inúmeras experiências e saberes de formas extremamente diversas e “[...] que articula patrimônio epistêmico e sensibilidade axiológica, sem deixar de estar disponível para ou restrita por microescolhas e reajustamentos que a vida não cessa de lhe propor ou impor” (SCHWARTZ, 2014, p. 259).

Ao abordar o trabalho como *uso de si*, este deve ser considerado como um lugar de conflitos onde há espaço para negociações, já que é o indivíduo no seu ser que é convocado para o trabalho e, ao mesmo tempo em que outros fazem *uso desse trabalhador*, ele também faz *uso de si mesmo*, buscando o “[...] recentramento do meio de trabalho” (SCHWARTZ, 2000a, p. 42). A atividade de trabalho será sempre gerida pelo trabalhador e, portanto, entrará frequentemente em confronto com os modelos gerenciais funcionalistas que tentam gerir, com suas prescrições, o mundo do

trabalho. Então, o trabalho é uma atividade humana sempre gerida por quem trabalha, fazendo o uso de si por si, ao mesmo tempo em que é também gerida por outras pessoas, de forma que o uso de si por outros se faz presente no dia a dia do trabalhador (REBECHI, 2015) que, para suprir suas necessidades, permite que as organizações usem sua força de trabalho para que atinjam os seus objetivos, fazendo com que o uso de si pelos outros sempre exista nas organizações.

Os outros podem ser quaisquer pessoas que prescrevam o trabalho, formal ou informalmente, estando longe ou perto do trabalhador, sejam os colegas de trabalho ou os que pagam por ele, enfim, aqueles definem as normas para exercer o trabalho, sejam elas de qualquer natureza, como as normas técnicas, científicas, organizacionais, hierárquicas ou normas de gestão (DURAFFOURG; DUC; DURRIVE, 2010; SCHWARTZ, 2004a; SCHWARTZ; DUC; DURRIVE, 2010d).

Schwartz (2000a) apresenta o conceito do uso de si pelos outros pautando-se no fato de que nas organizações as normas, as regras e prescrições, além dos valores constituídos historicamente são impostas aos trabalhadores. O uso de si por outros sempre existirá quando o indivíduo estiver trabalhando sob a orientação de técnicas, métodos e regras definidas por outras pessoas (SCHWARTZ, 2017). No entanto, os gestos profissionais podem ser alterados ou reinventados conforme a decisão do indivíduo quando este faz o uso de si por si (SCHWARTZ, 2017).

O uso de si por si se refere ao fato de os trabalhadores adaptarem as prescrições que lhe são impostas, criando suas estratégias de renormalização e instituindo novas normas e regras para melhor executarem o seu trabalho. Essa renormalização não deve ser confundida como uma volta às normas e sim como um processo de adaptação das normas existentes para a realização das atividades laborais. O uso de si é a liberdade que o ser humano tem de usar de si mesmo para fazer o que julgar ser a melhor opção durante sua atividade de trabalho. Embora haja coerções, ainda assim o profissional encontra alguma forma de fazer do seu jeito, transformando a atividade e a si mesmo por meio da aprendizagem e, assim, fazendo história.

O homem tem necessidade de seguir suas próprias normas, de forma que não há controle possível que possa suprimir o uso de si por si, pois ele sempre existirá por mais que se tente organizar cientificamente o trabalho.

Esse processo produz dramas que são chamados pela Ergologia de dramáticas de uso do corpo si, conceito que leva em conta os problemas e conflitos inerentes à atividade de trabalho e que permite a observação, a análise e a compreensão de tudo o que a atravessa (NASCIMENTO, 2016). Essas dramáticas revelam a bipolaridade existente entre o uso de si por si, através do protagonismo do sujeito no autogerenciamento de suas escolhas e ações, e o uso de si por outros que, embora esteja sempre relacionado diretamente ao uso de si por si, está ligado ao fato das ações do sujeito serem guiadas, de certa forma, pelas normas antecedentes (NASCIMENTO, 2016) que tentam antecipar a atividade de trabalho.

As escolhas envolvem responsabilidade e responsabilização do trabalhador que, ao assumir posicionamentos de diferentes lugares, vivencia as dramáticas do uso do corpo si, já que no trabalho sempre haverá um destino a viver, obrigando o trabalhador a fazer suas escolhas: por um lado, em função dos seus valores; e, por outro, tornando-se um risco ao procurar preencher os vazios e deficiências das normas, antecipando soluções possíveis, mesmo sabendo do risco de se criar novas dificuldades, mas sem abrir mão de escolher a si mesmo, encontrando-se em uma situação sem antecedente, de forma que as dramáticas de uso do corpo si estão diretamente ligadas aos usos que o trabalhador faz de si e ao uso que os outros fazem dele (NASCIMENTO, 2016).

Dessa forma, nos usos de si, as maneiras de ser serão reinventadas, assim como o serão as maneiras de viver e de sobreviver, refletindo as singularidades de cada indivíduo, tornando a atividade de trabalho um encontro histórico entre os diversos saberes presentes nas técnicas, nos coletivos e na prática ou experiência de trabalho (PORTO; BIANCO, 2016). As escolhas e riscos impostos pelo uso de si fazem com que o corpo biológico tenha que se reajustar, esforçando-se para viver, levando-o a criar e a se recriar em meio à atividade repleta de microescolhas permanentes e, ainda que haja normas antecedentes, estas não conseguem prever o real e “[...] as arbitragens diante de um meio que desafia”, as quais “[...] são assumidas pelo corpo si” (PORTO; BIANCO, 2016, p. 51).

A dramática de uso do corpo si pode ser definida como uma situação conflitante para o indivíduo quando ele precisa fazer escolhas entre diferentes valores, por vezes contraditórios, para orientar sua ação durante a execução da atividade de trabalho

(SCHWARTZ, 1998). Pode-se afirmar que todo trabalhador vivencia as dramáticas do uso do corpo si, tendo em vista que, na hora da execução do seu trabalho (e só ele pode executar o seu trabalho, caso contrário seria o trabalho de outro), só existe ele mesmo com o seu corpo si arbitrando sobre o que será feito para a realização do “seu melhor jeito” de trabalhar naquele momento, não no sentido da *one best way* pelo motivo de ser ele mesmo arbitrando sobre o seu próprio trabalho, sem seguir nenhum padrão pré-estabelecido por outra pessoa, já que a atividade de trabalho não é “antecipável” (DÁRTORA, 2013; SCHWARTZ, 2014; MARTINEZ, 2015; SOUSA; MUNIZ, 2017; DURRIVE; SCHWARTZ, 2008; DURRIVE; SCHWARTZ, 2018) e em outro momento ele a fará de outra maneira em um eterno processo de renormalização (TRINQUET, 2010).

Essa imprevisibilidade faz com que o trabalhador sempre se depare com situações nas quais enfrentará um debate de normas em suas microdecisões, o que resultará em uma dramática do uso do corpo si, fato que contribui para que o trabalhador sinta, em parte, o meio de trabalho como sendo seu (SOUSA; MUNIZ, 2017). Sempre ocorrerá algo novo, impossível de ser previsto, obrigando o trabalhador a fazer escolhas, forçando-o a se escolher diante das situações de trabalho que dependerão continuamente de suas microescolhas, produzindo assim as dramáticas do uso do corpo si (SCHWARTZ, 2014), uma vez que essas escolhas envolvem o corpo si, o indivíduo como um todo.

Essas dramáticas podem ser vistas como “[...] parte constitutiva do ser e viver dos seres humanos em suas diversas atividades” (BATISTTI, 2014, p. 22), de modo que toda “[...] atividade pode se transformar numa dramática quando acontecimentos inesperados ocorrem na vida” (AZEVEDO, 2013, p. 54). É no momento da tomada de decisões que o trabalhador vive estas dramáticas (AZEVEDO 2013; SCHERER; PIRES; JEAN, 2013; BATISTTI, 2014; CAMPOS, 2014; VERÍSSIMO, 2015; MOLA, 2016; FONSECA, 2017), visto que, ao decidir, ele se coloca em situação de riscos ao escolher uma ou outra opção, sem saber se essa opção o levará ao sucesso ou fracasso da sua decisão (BATISTTI, 2014). Sendo assim, trabalhar será sempre um drama porque o trabalhador estará envolvido por inteiro nas situações de trabalho, negociando normas e valores e vivendo tensões problemáticas causadas pelos descompassos existentes entre os dois, o que resultará sempre em uma dramática de uso de si (CAMPOS; MELO; TELLES FILHO, 2015; SCHWARTZ, 2014).

Depois de muitos anos de trabalho, Schwartz (2014) conclui que, a partir de um processo de evolução dos estudos em Ergologia, torna-se mais conveniente utilizar a expressão dramática do uso do corpo si, considerada por ele como mais completa, ao invés de dramáticas do uso de si. Isso porque sucessivas reformulações estabeleceram o princípio de que “[...] toda atividade industriosa é sempre uma 'dramática do uso de um corpo si', (remetendo 'dramática' à necessidade contínua de travar debates com normas)” (SCHWARTZ, 2014, p. 251).

Após o aprofundamento sobre os conceitos ergológicos, considerando a importância do entendimento desses conceitos para os objetivos deste estudo, o próximo capítulo dá um passo atrás para apresentar um pouco mais sobre a história da profissão de cabeleireiro e as normas que antecedem esse ofício. Embora seja uma das profissões mais antigas do mundo, ela ainda mexe com o imaginário das pessoas que veem na beleza uma forma de expressar sua autoestima.

3 A PROFISSÃO DE CABELEIREIRO

Desde os primórdios da profissão, os cabeleireiros vêm atendendo às demandas de seus/suas clientes conforme as cobranças impostas pelas modas existentes em cada momento da sua história. Antes de abordar diretamente a profissão, optou-se por buscar em estudos antropológicos a relação do ser humano com o corpo, a beleza e a estética para, assim, situar a importância do cabeleireiro dentro do contexto da beleza e apresentar algumas normas antecedentes do trabalho desse profissional.

3.1 A RELAÇÃO DO SER HUMANO COM O CORPO, A ESTÉTICA E A BELEZA: ONDE ENTRA O CABELEIREIRO NESTA HISTÓRIA?

O corpo e o cabelo têm relação direta com a estética e a beleza. Se é pelo corpo que o indivíduo se conecta com o mundo externo, exteriorizando-se por meio dele, o corpo é muito mais do que uma expressão molecular dos seres, já que é por intermédio dele que se torna possível a expressão da cultura e da história reveladas, inclusive, em seu próprio formato no mundo (LARA, 2004; DIAS, 2013; BOTEZINI, 2014). Já o cabelo, devido à sua maleabilidade, visibilidade e possibilidade de alterações, deixa de ser um elemento neutro no conjunto corporal à medida em que se torna também uma marca de pertencimento étnico/racial (GOMES, 2001, *apud* BOTEZINI, 2014).

O corpo tem um papel importante nos relacionamentos interpessoais, o que faz com que ele possa ser compreendido como algo que vai além do orgânico, do fisiológico e do anatômico, tornando-se também social, político e inteiramente ligado à cultura de acordo com o tempo e o espaço onde ele está inserido (DIAS, 2013). Ele, então, se torna um importante instrumento usado nas apresentações sociais e pessoais por ser uma impressão cultural e repleto de sentidos, o próprio espelho da sociedade (LARA 2004; DIAS, 2013; BOTEZINI, 2014), ou seja, o corpo é a “[...] própria forma como se apresenta e como é idealizado” (DIAS, 2013, p. 31).

A relação do homem com o corpo é pautada por um imperioso processo de alteração. Manipular, adornar, alterar, pintar, escarificar, tatuar, cortar são ações que fazem parte da dinâmica cultural e dos diferentes rituais de toda e

qualquer sociedade. À medida que o corpo vai sendo tocado e alterado, ele é submetido a um processo de humanização e desumanização. A experiência corporal é sempre modificada pela cultura, segundo padrões culturalmente estabelecidos e relacionados à busca de afirmação de uma identidade grupal específica. [...] O corpo evidencia diferentes padrões estéticos e percepções de mundo. Pinturas corporais, penteados, maquiagem adquirem, dentro de grupos culturais específicos, sentidos distintos para quem os adota e significados diferenciados de uma cultura para outra (GOMES, 2002, p. 42).

Segundo Lara (2004, p. 5), são “[...] os valores éticos e estéticos que levam as pessoas ao delineamento das possibilidades corpóreas de expressão num dado grupo social”. Portanto, para a autora, as pessoas trazem consigo o sentido do que é ético e estético e é a partir desse sentido que as relações são estabelecidas socialmente nas diversas formas de ser e de agir. Todas as sociedades modificam o corpo de seus membros, produzindo determinados tipos de corpos que servirão como símbolos de identidade grupal (PAIM; STREY, 2004). Embora o corpo produza o que a sociedade almeja, ele também é fonte de desejos, de racionalidades e das necessidades humanas (LARA, 2004).

Por mais que o corpo tenha sido exaltado por sua exuberância física na Grécia antiga ou ainda visto como cárcere da alma pelos platônicos e medievais, ele sempre foi o meio de concretização de todas as ações, fossem elas religiosas, virtuosas, a-morais, belas ou más. Atualmente, mesmo sendo o corpo foco de um discurso de valorização do homem, esconde, muitas vezes, as leis que regem a indústria da beleza, da moda, do consumo, do lucro (LARA, 2004, p. 62).

As relações sociais são instituídas mediante a aparência física e, socialmente, culpabiliza-se os indivíduos pelo fracasso da sua corporalidade, de modo que o indivíduo será reconhecido pela sua aparência (BATISTA, 2018). O corpo se torna um meio de ascensão social onde o indivíduo, desde o nascimento até a sua inserção no mercado de trabalho, assim como no casamento ou em suas relações sexuais, dentre outras esferas de sua vida, cumpre um importante papel dentro da cultura brasileira (GOLDENBERG, 2011, *apud* BATISTA, 2018) e de outras culturas obviamente, de modo que esse indivíduo passa a ser considerado como responsável, e até mesmo culpado, por manter sua aparência jovem, assim como a sua beleza e saúde (PAIM; STREY, 2004). Por isso “[...] os sujeitos moldam suas identidades corporais num passo a passo ao encontro do caminho da felicidade” (BATISTA, 2018, p. 80).

O corpo deixou de ser visto como possibilidade de mão de obra, algo que aconteceu no passado, e passou a ser visto como produto de consumo, em que as pessoas buscam a boa aparência a qualquer custo como meio de conquistar uma identidade social, motivadas por representações coletivas (MASIERO, 2017). Então, dentre as diversas formas de comunicação, além da fala, o corpo também se comunica de formas não verbais que podem se materializar também pela expressão do cabelo (NARDES; NAKASHIMA; BOTELHO, 2019).

O cabelo, desde o Antigo Egito, conforme observa-se em vários estudos, sempre teve uma grande relevância na dinâmica social de diversas sociedades (QUINTÃO, 2013). Hábitos estéticos vividos ainda hoje, como penteados, tranças, cortes, coloração dos cabelos, depilação, dentre outros, já faziam parte do dia a dia dos egípcios naquela época (QUINTÃO, 2013).

Enquanto para os egípcios o cabelo era sinônimo de ostentação; para os judeus, mulçumanos e, depois, para os cristãos, os cabelos da mulher eram vistos como sinônimo de sedução e tentação para o homem, motivo pelo qual precisavam estar cobertos e só poderiam ser vistos pelo marido, prática mantida até hoje pelos judeus ortodoxos e mulçumanos (SYNNOTT, 2002; WEITZ, 2004, *apud* QUINTÃO, 2013).

“Enquanto um traço fenotípico, o cabelo é um dos mais marcantes e evidentes de nossa ancestralidade” (QUINTÃO, 2013, p. 31). Portanto, ele está diretamente ligado à identidade da pessoa e é por meio dele, principalmente, que se consegue identificar o primeiro grupo ao qual o indivíduo pertence. Ao mesmo tempo em que o cabelo é um símbolo pessoal, também é um símbolo público e de grupo, de modo que, mesmo representando uma performance individual, também reflete e coopera com uma performance de grupo (QUINTÃO, 2013).

O indivíduo, assim como o seu cabelo, sofre influências dos grupos sociais, o que torna o cabelo uma ferramenta social e socializante, visto que ele é cheio de simbolismos e varia de uma cultura para outra, assim como pode variar até mesmo entre grupos dentro de uma mesma cultura (QUINTÃO, 2013). Desse modo, existem diversas variações de uso do cabelo, conforme crenças, religiões, gêneros, profissões, preferências, dentre outros, em que os indivíduos aderem a cores, tamanhos, tipos de arranjos etc. de acordo com o meio no qual estão inseridos e com

a forma como atuam e interagem com este meio (QUINTÃO, 2013), ou seja, o cabelo também é uma ferramenta de comunicação.

O processo social de comunicação ocorre por meio dos gestos que se influenciam e estabelecem o diálogo entre si, estimulando um ao outro, permitindo a expressão e a troca de emoções, de ideias e significados dos envolvidos nesta interação (LE BRETON, 2009, *apud* QUINTÃO, 2013). O cabelo por si só pode ser considerado um gesto, tendo em vista que por meio de sua apresentação ele expressa as intenções do indivíduo, seja de conformação com um padrão estético vigente (corte curto dos homens executivos, por exemplo) ou de diferenciação de determinados grupos (punk ou moicano, dentre outros), ele torna-se uma ferramenta de expressão do indivíduo porque intenções, crenças e desejos podem ser expressados pela gestualidade dos penteados (QUINTÃO, 2013).

A escolha por um determinado cabelo feita por uma mulher, por exemplo, para expressar sua corporeidade, é a linguagem usada por ela para se expressar e se comunicar com o meio onde ela vive, o que demonstra sua forma de interagir com este meio e de se apresentar nele (QUINTÃO, 2013).

Quintão (2013, p. 36) diz que:

É na gestualidade do ato social que objetos surgem naquilo que compreendemos como “natural”. Os significados dos gestos são incorporados e repassados entre os indivíduos muitas vezes perpassando várias gerações, tornando-se parte do simbolismo cultural de um ou mais grupos.

Dessa forma, a autora aduz que é possível compreender o motivo pelo qual mulheres e crianças se submetem a procedimentos capilares que podem prejudicar a saúde, devido ao uso de produtos químicos altamente tóxicos, porque foram internalizados culturalmente como integrantes de sua gestualidade. As diferentes formas de usar o cabelo, como penteados ou cortes, ou mesmo a ausência de cabelo, podem ter significados diferentes em culturas distintas; isso faz com que gesto e gestualidade precisem estar na mesma frequência entre os interlocutores para que se entendam os seus significados (QUINTÃO, 2013). O Black Power, por exemplo, se torna símbolo da beleza negra e de resistência ao racismo por um negro militante, ao mesmo tempo em que pode significar impureza por uma pessoa racista (QUINTÃO, 2013).

Portanto,

O cabelo é uma das ferramentas corporais mais expressivas: ele “fala” antes que tenhamos a chance de nos expressarmos verbalmente. O cabelo compõe nossa imagem para o mundo; ele faz parte da apresentação externa do indivíduo, aquela que mais se expõe e que mais rapidamente é percebida por outros. Ou seja, é uma das imagens corporais que mais **“dialoga” com nossos interlocutores**. A maneira como cada pessoa concebe sua própria imagem e como pretende mantê-la está diretamente ligada ao desempenho dos nossos papéis sociais. (QUINTÃO, 2013, p. 43, grifo nosso).

Para desempenhar esses papéis, as pessoas usam o que Goffman (2002) chama de fachada pessoal ou fachada social. Ele argumenta que, de maneira intencional ou inconsciente em suas representações, o indivíduo apresenta-se de uma forma padronizada, de modo que mesmo os itens de identificação individual como a altura, a aparência, cor, sexo, idade, por exemplo, também compõem a fachada social por indicar o grupo do qual o indivíduo faz parte (QUINTÃO, 2013). O cabelo é também um dos itens da fachada pessoal que indica o conjunto de crenças e atitudes do indivíduo que, de certa forma, precisa atender às expectativas associadas aos seus papéis sociais seguindo as tendências que lhe são impostas socialmente (QUINTÃO, 2013).

Para se sentirem mais preparadas para lidar com essas imposições sociais e se adequarem às tendências culturais, as pessoas buscam os serviços de beleza em salões especializados, acreditando que os cabeleireiros podem ajudá-las a alcançar seus ideais de beleza, algo que acontece a centenas ou milhares de anos como está descrito no item a seguir.

3.2 A HISTÓRIA DA PROFISSÃO

Como se sabe, a profissão de cabeleireiro não exige formação específica, o que faz com que ela não seja amplamente valorizada e regulamentada como outras profissões que se fundamentam em saberes acadêmicos (PUPA, 2012). Mesmo que haja cursos de especialização das técnicas profissionais, a profissão vai se consolidando a partir das práticas do dia a dia e o diferencial de cada profissional se dá a partir das formas como ele lida com o seu trabalho, “[...] interpreta e modifica o seu fazer” (PUPA, 2012, p. 100).

De acordo com Yoshida (2011), a profissão de cabeleireiro teria surgido devido a um costume que os guerreiros tinham de raspar a parte anterior e o topo da cabeça antes de irem para as guerras. No final da Idade Média os guerreiros passaram a deixar expostos os seus cortes de cabelos, bem como expuseram os profissionais que se dedicavam aos cuidados diários com os seus penteados, modelos que passaram a ser imitados pelos burgueses e camponeses com o advento da pacificação, tornando, assim, o salão de cabeleireiro um dos lugares de alta sociabilidade das pessoas (YOSHIDA, 2011).

Antes mesmo das estruturas conhecidas hoje como salões de beleza, já existiam locais onde esses profissionais prestavam esses serviços. Vestígios arqueológicos indicam que a profissão de cabeleireiro é uma das profissões mais antigas do mundo pois, constantemente, são encontradas ferramentas como pentes e navalhas feitos em pedra durante escavações realizadas por arqueólogos (SEBRAE, 2013).

Embora as perucas de Cleópatra tenham tornado o Egito o berço de um dos mais famosos símbolos capilares do mundo, os primeiros locais destinados aos cuidados com o cabelo teriam sido as barbearias em praças públicas que surgiram na Grécia (SEBRAE, 2013), mais especificamente em Atenas (HAIRBRASIL, 2014). No entanto, o primeiro salão de beleza teria sido inaugurado em Paris em 1635, local que só atendia às mulheres mais abastadas da sociedade (SEBRAE, 2013; HAIRBRASIL, 2014). Posteriormente, o restante da população também passou a utilizar com frequência os serviços dos cabeleireiros, como será demonstrado nos parágrafos seguintes baseados nas informações históricas da profissão relatadas no site da Hair Brasil¹ (2014).

Há mais ou menos 5.000 anos a.C., a arte de cuidar dos cabelos chegou ao seu auge no Egito quando os cabeleireiros eram responsáveis por cuidar dos cabelos dos faraós utilizando escovas, tesouras, pentes e loções de tratamento. Aproximadamente no ano 3.000 a.C., esses profissionais se tornaram responsáveis por confeccionar e cuidar das perucas sofisticadas e barbas postiças da nobreza egípcia, tendo em vista

¹ A Hair Brasil se configura como uma das maiores feiras internacionais de beleza e estética do mundo e acontece anualmente no centro de eventos Expo Center Norte na cidade de São Paulo.

que naquela época a moda era os homens e mulheres rasparem todos os pelos e cabelos do corpo. Para produzirem esses artefatos, os cabeleireiros, que gozavam do prestígio dos faraós, utilizavam cabelo humano e pelo de carneiro, sendo que as perucas, geralmente, eram pintadas com uma coloração azul muito escuro para que ficassem pretas, para atender à preferência da moda naquele momento. O comprimento dos cabelos variava entre a altura do queixo e um pouco abaixo dos ombros e o corte era reto, tanto do cabelo quanto da franja.

Fotografia 1 – Cabelos e maquiagens inspirados nas mulheres egípcias da época



Fonte: HairBrasil (2014).

Os penteados mais elaborados surgiram na Grécia antiga, onde as mulheres usavam franjas e seus cabelos eram frisados e encaracolados, adornados com fitas e tiaras, além de artefatos como pente de bronze ou de marfim e do uso de cosméticos como pomadas, óleos, graxas e loções para dar brilho e conferir um cheiro perfumado. As barbearias em praça pública de Atenas eram ambientes masculinos frequentados por filósofos, poetas, escritores, políticos que enquanto se barbeavam, ondulavam seus cabelos, recebiam serviços de manicure e pedicure e massagens, discutiam assuntos como política, esportes e eventos sociais.

O penteado conhecido até hoje como rabo de cavalo surgiu na Ilha de Creta, onde as mulheres perfumavam seus cabelos com óleos raros e preciosos. Lá elas coloriam ou descoloriam seus cabelos para que ficassem louros, a cor da moda que perdurou na Grécia por quase três séculos. Já em Roma, além do cabeleireiro, aparece também a

figura das cabeleireiras, agora escravas e escravos gregos que trabalhavam nas cortes romanas cuidando das esposas dos soberanos, algo que rapidamente se espalhou e passou a ser utilizado pelas outras mulheres de Roma.

Fotografia 2 – Cabelos inspirados nas mulheres romanas da época



Fonte: HairBrasil (2014).

O primeiro salão de beleza foi inaugurado em 1635 em Paris porque a França dominava o mundo da moda ditando as regras naquela época quando suas revistas e jornais especializados exaltavam os estilos da realeza de Paris e Viena e da elite europeia. Os cabeleireiros que agora recebiam altos valores pelos serviços que realizavam se tornaram celebridades por atender à elite europeia e passaram a atender todas as mulheres ricas da região que viam na realeza um modelo a ser seguido.

Fotografia 3 – Imagens e foto inspiradas nas mulheres francesas da época



Fonte: HairBrasil (2014).

Uma das invenções que revolucionou o mundo dos penteados foi a máquina de fazer ondas permanentes no cabelo, criada por Charles Nestle em 1906. As mulheres que queriam seus cabelos ondulados, antes desta invenção, precisavam passar seus cabelos a ferro quente e o efeito passava logo que o cabelo recebia umidade. A partir dessa criação, mesmo elas tendo que ficar até por dez horas para cachear seus cabelos, acabavam se submetendo a esta situação para terem um efeito duradouro nos seus cabelos cacheados. Nessa época, também surgiram as colorações permanentes que vêm sendo atualizadas até os dias de hoje.

Os primeiros salões populares para mulheres surgiram no início do século XX e, assim como as barbearias na Grécia Antiga, também se tornaram pontos de encontro para conversas e diálogos.

Fotografia 4 – Fotos ilustrativas dos primeiros salões femininos



Fonte: HairBrasil (2014).

A grande transformação nos cortes femininos se deu a partir do final da 1ª Guerra Mundial, já que as mulheres, agora ativas e independentes, imersas em uma vida profissional e social intensa aderiram aos cortes curtíssimos, mesmo enfrentando resistências da sociedade, em contraposição às tradições que as obrigavam a usar seus cabelos longos. Com o advento do cinema na década de 20 do século passado, novos padrões foram surgindo e ajudando as mulheres a se libertarem dos padrões antigos, quando passaram a se inspirar nas cores e cortes das atrizes de Hollywood, como demonstrado na imagem a seguir.

Fotografia 5 – Cabelos de Hollywood



Fonte: HairBrasil (2014).

Já nos anos 60, a moda passou a ser cabelos lisos com cortes simétricos, criados pelo cabeleireiro inglês Vidal Sasson, algo que deixou de ser obrigatório nos anos 70 quando diferentes estilos passaram a ser usados por homens e mulheres que preferiram seus cortes e penteados de acordo com as suas preferências pessoais ou de acordo com os grupos com os quais se identificavam (HAIRBRASIL, 2014).

Hoje, com o mercado brasileiro em quarto lugar no mercado mundial de beleza, perdendo apenas para os Estados Unidos, China e Japão, assim como o restante do mundo, o Brasil assiste ao crescimento astronômico do setor que conta com os inúmeros lançamentos diários de produtos e serviços de beleza criados para os mais variados públicos, fazendo com que os profissionais cabeleireiros tenham dificuldade de acompanhar toda essa movimentação, haja vista a velocidade da mudança do universo da beleza, produzindo a necessidade de aperfeiçoamento constante.

Como se pode ver desde o início, os cabeleireiros precisam seguir as tendências da moda, regras e normas para realizarem o seu trabalho. Algumas dessas prescrições podem ser encontradas em publicações de escolas de cabeleireiro, bem como em órgãos de regulação profissional, assunto que será abordado a seguir.

3.3 DESCRIÇÕES PRESCRITIVAS: “COMPORTAMENTO É FUNDAMENTAL”

Em geral, a profissão de cabeleireiro não possui muitas especificações. No entanto, algumas instituições como o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), escolas de cabeleireiros, profissionais renomados e sites especializados em emprego apresentam algumas descrições sobre como deveria ser o trabalho desses profissionais. Em sua maioria, estas prescrições estão mais ligadas aos aspectos do comportamento do trabalhador do que aqueles inerentes à execução do trabalho de fato.

O MTE (2007), por exemplo, por meio da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), especifica que os profissionais de beleza como os cabeleireiros, barbeiros, manicure/pedicure, maquiadores e esteticistas devem tratar da estética e da saúde dos clientes, aplicar produtos para ondular, alisar ou colorir os cabelos, cuidar da beleza das mãos e dos pés, realizar depilação e tratamento de pele, fazer maquiagens

sociais e artísticas, realizar massagens estéticas, utilizando produtos e aparelhos específicos, selecionar, preparar e cuidar dos materiais e local de trabalho, além de administrar os negócios, no caso de serem proprietários.

Sobre as condições gerais do exercício da profissão, o MTE ([2007?]) diz que o trabalho exige que os profissionais sejam polivalentes e capazes de executar várias tarefas, geralmente trabalham em equipe, seus horários de trabalho são irregulares, as posições de trabalho são desconfortáveis, trabalham durante longos períodos e suas atividades, na maioria das vezes, acontecem sem supervisão; além disso, muitos profissionais proprietários de salões de beleza trabalham na produção e ainda exercem atividades burocráticas. Em relação à formação e experiência, grande parte dos profissionais possui baixo nível de escolaridade, com apenas o ensino fundamental incompleto, cursos de qualificação e, em média, um ano e meio de experiência (MTE, [2007?]).

O MTE apresenta ainda diversas competências pessoais necessárias ao profissional de beleza, sendo que a maioria delas se referem ao comportamento do profissional. São elas: participar de cursos, palestras, treinamentos, concursos e eventos; utilizar técnicas de visagismo para abordar o cliente adequadamente; administrar as situações adversas; trabalhar em equipe e aplicar os direitos e deveres da profissão; operar aparelhos e os equipamentos para tratamentos estéticos; escolher instrumentos e materiais adequados para executar o serviço; usar produtos adequados à característica do cliente; identificar a composição dos produtos; trabalhar sempre com segurança; aprender técnicas de corte e penteados de cabelo afro; fazer estágio em clínicas e salões; consultar publicações especializadas da área; demonstrar noções de etiqueta e comportamento social, bom senso, senso estético, ética e postura profissional; saber se calar quando necessário; saber ouvir atentamente; manter-se paciente e bem-humorado; ser criativo; cuidar de sua aparência pessoal; ser sensível e inspirar confiança e credibilidade (MTE [2007?]).

Segundo o site InfoJobs ([2004?]), o cabeleireiro é o profissional responsável por cortar, pentear, escovar, hidratar, alisar, ondular, modelar, colorir, descolorir, fazer luzes, reflexos e mechas, lavar, secar e cuidar de todos os tipos de cabelos para garantir o desejo do(a) cliente. Para que o profissional tenha sucesso, é preciso que, além do senso estético, possua habilidade para lidar com objetos perfurocortantes,

tenha uma boa visão, capacidade de concentração, seja detalhista, busque sempre a perfeição, apresente uma boa capacidade de comunicação, de modo que consiga interagir com o (a) cliente e satisfazê-lo em seu desejo, além de estar sempre atualizado com as novas tendências; para isso, é necessário que o cabeleireiro tenha formação nos seguintes cursos: alisamento e relaxamento, aplicação de mega hair, escova progressiva e definitiva, tratamento capilar, curso completo de escova, curso intensivo de corte e escova, curso em coloração, mechas e descoloração (INFOJOB, [2004?]).

Segundo Biondo e Donati (2003), o cabeleireiro precisa colocar sua sensibilidade e seu talento a serviço da técnica, sendo esta a principal ferramenta do profissional dentro do salão de beleza. Além de vocação, talento e espontaneidade, é preciso estudar para estar preparado; para isso, é importante buscar aperfeiçoamento constante, atualização em relação às novas tendências e possuir qualidades como: habilidade manual, boa aparência, senso de estética, criatividade, sensibilidade para cores e formas, autodisciplina, capacidade de concentração, resistência física e boas maneiras, cortesia com os colegas, funcionários e clientes (BIONDO; DONATI, 2003).

Quanto à execução propriamente dita do serviço, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) apresenta diversas prescrições de como lavar os cabelos, fazer diagnóstico capilar, cortar, hidratar, escovar, colorir, descolorir, fazer penteado, tratamentos de couro cabeludo, dentre outros serviços. Nos parágrafos seguintes, seguem as descrições de alguns serviços mais comuns realizados nos salões de beleza.

Corte masculino: Para a realização do serviço de corte masculino, o profissional precisa pentear bem o cabelo para desembaraçar os fios; dividir o cabelo em regiões; começar a cortar pela nuca com a utilização de pente e tesoura; cortar em seguida as laterais; depois cortar a parte da frente e, por fim, fazer o acabamento utilizando a navalha (SENAC, 2000).

Barba: Para barbear o cliente, o profissional deverá acomodar o cliente na cadeira com encosto de cabeça; colocar toalha e capa plástica para proteger a roupa; colocar toalhas quentes sobre a área a ser barbeada; aplicar o creme de barbear com o pincel e distribuí-lo pelo rosto com movimentos circulares; raspar a barba com a navalha no sentido do nascimento dos pelos, trabalhando um lado de cada vez; raspar

novamente, agora em sentido contrário ao nascimento dos pelos para deixar o rosto bem limpo; lavar o rosto do cliente com água para retirar o excesso de creme de barbear (SENAC, 2000).

Corte Chanel feminino: lavar os cabelos e penteá-los várias vezes até que fiquem bem desembaraçados e esticados; dividir os cabelos de orelha a orelha e prender a parte de trás; dividir a parte da frente em três partes e prender cada uma delas; dividir a parte de trás em várias camadas, começando pela parte superior, prendendo cada uma das partes inferiores no topo da cabeça; começar a cortar pela camada da nuca para definir o comprimento do corte, de modo que ela sirva de guia para as mechas seguintes; a mecha que será cortada deverá ser esticada para baixo com o auxílio do pente ou das mãos; utilizar a tesoura sempre no sentido horizontal; após cortar a primeira mecha, passar para a mecha imediatamente superior, cortando-a da mesma maneira, utilizando a mecha inferior como guia; proceder igualmente em todas as mechas até terminar a parte de trás; dividir cada uma das laterais em duas camadas e começar a trabalhar a mecha inferior; separar uma mecha mais fina na parte próxima à orelha para usar a parte de trás como guia; repetir o procedimento até a última mecha, próximo à linha do rosto; fazer a mesma coisa com a camada lateral de cima e depois com o outro lado; soltar a camada localizada na parte superior da cabeça e traçar um risco no meio da cabeça, dividindo o cabelo em duas partes iguais; pentear os cabelos para acertá-los e cortar usando a camada de baixo como guia (SENAC, 2000).

Coloração total (coloração de todos os fios do cabelo no mesmo tom): com os cabelos sem lavar, proteja com creme as partes do rosto da cliente que estão próximas da raiz dos cabelos; preparar a coloração em recipiente não metálico, seguindo rigorosamente as instruções do fabricante; desembaraçar os cabelos, dividindo-os de orelha a orelha e do centro da testa até a nuca; se os cabelos nunca receberam coloração e não possuem fios brancos, começar a aplicação pela parte de trás; separar as mechas horizontalmente, aplicando a coloração com pincel, começando a dois centímetros da raiz, seguindo em direção às pontas e, em seguida, massagear a mecha para distribuir bem a coloração ao longo de todos os fios; aguardar de 15 a 20 minutos e, em seguida, aplicar o produto nas raízes, seguindo a divisão feita anteriormente; aguardar de 35 a 40 minutos do término da primeira aplicação e iniciar a lavagem; para realizar a lavagem, coloque um pouco de água e vá emulsionando a

tinta aos poucos até obter uma consistência cremosa em todo o cabelo; terminar a retirada da coloração; aplicar xampu e, se necessário, um creme condicionador (SENAC, 2000).

Retoque de raiz: Aplicar o produto nas raízes e deixar permanecer por 35 a 45 minutos, sendo que o tempo de pausa dependerá da diferença entre a cor e o reflexo, conforme o quadro a seguir, e a uniformidade da cor dependerá da diferença dos tons entre a raiz e o restante dos cabelos (SENAC, 2000).

Quadro 1 – Tempo de pausa para aplicação de coloração conforme a diferença de tons do cabelo

Diferença de tons entre a raiz e o restante dos cabelos	Pausa para aplicação no comprimento e nas pontas
Nenhuma diferença	5 minutos (em uma boa emulsão)
1 tom mais claro	15 a 20 minutos depois da aplicação na raiz
2 ou 3 tons mais claros	Aplicação imediata após a raiz
Acima de 3 tons mais claros	Pré-pigmentação

Fonte: Elaborado pelo autor com base em SENAC (2000).

Proteger a roupa do (a) cliente com capa plástica e toalha; desembaraçar os cabelos secos sem lavá-los; fazer a divisão de orelha a orelha; preparar o produto de acordo com as recomendações do fabricante; se (o) a cliente tiver cabelos brancos, começar a aplicação pela região onde tiver mais cabelos brancos; caso não tenha cabelos brancos, começar a coloração pela parte de trás; separar uma mecha que divide o meio da cabeça e aplicar, com o pincel, nos dois lados da mecha na parte próxima à raiz; passar a coloração na nuca de baixo para cima; terminado o retoque em toda a cabeça, aplicar a coloração em todas as mechas normalmente; nunca puxar a coloração usada na raiz para o resto das mechas; depois de aplicado o produto em toda a cabeça, use o pente ou as mãos para arejar as mechas; aguardar o tempo de pausa e lavar, jogando pouca água antes da coloração adquirir consistência cremosa

Descoloração (mechas/reflexos/luzes): Para fazer uma descoloração, o profissional deve misturar o descolorante e a água oxigenada e aplicar a mistura, somente na raiz, mecha por mecha; deixar agir o produto, sempre observando e controlando, até que a descoloração atinja o grau desejado; enxaguar bem sem usar xampu; lavar com xampu, retirando o excesso de água; aplicar creme e deixar agir por alguns minutos; enxaguar e aplicar a coloração na cor desejada (SENAC, 2000).

4 OS ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para atingir o objetivo geral e os objetivos específicos, bem como responder ao problema de pesquisa, neste capítulo serão descritos a abordagem metodológica, os sujeitos de pesquisa e as técnicas de produção e análise de dados.

4.1 ABORDAGEM METODOLÓGICA

A abordagem metodológica adotada neste estudo foi qualitativa descritiva. Essa é uma abordagem que se preocupa em valorizar “[...] o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo estudada” (GODOY, 1995, p. 62), permitindo ao investigador verificar a manifestação de um determinado fenômeno nas atividades, procedimentos e interações diárias (GODOY, 1995). Esse contato direto com o cenário natural proporciona ao pesquisador a oportunidade de envolver os pesquisados no processo de produção de dados, estabelecendo harmonia e credibilidade entre os atores envolvidos na pesquisa (CRESWELL, 2007). Uma das características da pesquisa qualitativa é que ela é interpretativa, ou seja, o pesquisador fará interpretações pessoais durante o processo de análise dos dados qualitativos produzidos durante o trabalho de campo (CRESWELL, 2007).

Em outro nível de classificação, trata-se também de uma pesquisa descritiva. O objetivo da pesquisa descritiva é descrever as características de uma população, fenômeno ou de uma experiência (GIL, 2002). Esta pesquisa pode ser considerada descritiva por ser desenvolvida a partir da experiência de um determinado grupo profissional.

Quanto à dimensão da pesquisa bibliográfica, esta modalidade integra todos os projetos acadêmicos e de natureza técnico-científica. A pesquisa bibliográfica pode ser dividida em duas modalidades, quais sejam: a fundamentação teórica e a revisão bibliográfica (RICHARDSON *et al.*, 2011). Muitas pessoas pensam e tratam essas modalidades como idênticas, mas a primeira diz respeito às teorias que auxiliarão a sustentar a análise dos dados, e a segunda, do estado da arte no qual se encontram

as pesquisas em relação ao tema, diferenciando-se, portanto, quanto às fontes utilizadas (RICHARDSON *et al.*, 2011). Sendo assim, as duas modalidades se fazem necessárias para a realização desta pesquisa.

4.2 A SELEÇÃO DOS PARTICIPANTES E A PRODUÇÃO DE DADOS

A pesquisa foi realizada com profissionais de dois salões de beleza na cidade de Vitória-ES. Estes salões solidários à realização da pesquisa foram chamados por nomes fictícios para que suas identidades fossem preservadas; receberam os nomes de Salão Belezura e Salão Belo.

No Salão Belezura, trabalham 13 profissionais, dos quais 8 são cabeleireiros. Desse total de cabeleireiros, 6 aceitaram participar da pesquisa, sendo 4 homens e 2 mulheres. Já o Salão Belo trabalha com 8 profissionais, dos quais 2 são cabeleireiros, sendo 1 homem e 1 mulher, ambos aceitaram participar da pesquisa. Esses profissionais assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (ANEXO A) depois de o terem lido juntamente com o pesquisador.

O acesso a esses salões foi possível a partir de uma lista de salões oferecidos ao pesquisador por empresas distribuidoras de cosméticos profissionais que atendem exclusivamente a salões de beleza, o que facilitou o contato por telefone com os proprietários dos salões para apresentar previamente o seu projeto de pesquisa.

A partir da aceitação dos proprietários desses salões para o recebimento do pesquisador, este realizou uma visita em cada um dos salões para que fosse apresentada formalmente a proposta da pesquisa e a forma como ela seria feita com os profissionais que se dispusessem a participar dela. Só depois de acordado com os proprietários de cada empresa a possibilidade de campo, é que os profissionais cabeleireiros foram abordados pessoalmente pelo pesquisador para averiguar o interesse deles em participar ou não do processo de pesquisa.

Foram convidados a participar da pesquisa somente os profissionais cabeleireiros, inclusive os proprietários, que atuam nos dois salões, Belezura e Belo, e têm no

mínimo um ano de experiência na profissão. A seleção dos sujeitos se deu da seguinte maneira: a) O pesquisador selecionou membros mais acessíveis, ou seja, aqueles que trabalhavam em dois salões solidários que constavam na lista oferecida pelos distribuidores de cosméticos; b) Profissionais interessados que executam há pelo menos 1 ano os serviços de cabeleireiro, como corte, escova, coloração, descoloração e química, dentre outros.

O trabalho de campo foi realizado utilizando-se três técnicas distintas de produção de dados: primeiro foi realizado o processo de observação direta das atividades, em segundo lugar foi realizada uma entrevista individual com cada participante e, por último, logo em seguida à entrevista, foi utilizada uma técnica de pesquisa chamada instrução ao sócia. Todas as técnicas de produção dos dados serão descritas a seguir.

4.2.1 A Observação direta

A observação direta é uma das formas de captar a realidade, tendo em vista que permite ao pesquisador colocar-se no lugar do pesquisado e, assim, ver o mundo pela visão deste (GODOY, 1995), de modo que, sem intervenção de terceiros, ele possa coletar os dados diretamente na realidade que estiver sendo estudada (SILVA, 2014).

Portanto, a primeira técnica utilizada foi de observação direta, em que o pesquisador fez anotações no bloco de notas de seu aparelho celular para futura transcrição, e compreendeu o período entre os dias 24/10/2019 e 16/11/2019, sempre com duração mínima de 4h no período da tarde, em dias de quinta e sexta-feira, por serem dias e horários de maior movimento de clientes nos salões. Sendo assim, todas as quintas-feiras à tarde o pesquisador estava no Salão Belezura e no dia seguinte, no Salão Belo.

4.2.2 As Entrevistas semiestruturadas

A seguir, as entrevistas individuais foram realizadas utilizando-se um roteiro de perguntas semiestruturado. Na entrevista semiestruturada, o entrevistado discorre

sobre suas experiências a partir do foco principal definido pelo pesquisador, permitindo que suas respostas sejam livres e espontâneas, valorizando a atuação do pesquisador (LIMA; ALMEIDA; LIMA, 1999). O pesquisador utiliza um roteiro de questões predefinidas, deixando seu interlocutor responder às perguntas como se estivesse em uma conversa informal, permitindo-se, assim, a produção do maior número de informações relevantes à pesquisa. Contudo, é importante que o entrevistador esteja atento e preparado para fazer perguntas adicionais, quando preciso, tendo a sensibilidade de redirecionar o assunto sempre que o entrevistado estiver perdendo o foco da questão, ou com dificuldade de falar sobre ela (BONI; QUARESMA, 2005).

Desse modo, após o período destinado à observação direta, cada profissional foi entrevistado individualmente em dias mais tranquilos, de acordo com a agenda de cada um e, logo em seguida à entrevista, procedeu-se a técnica de instrução ao sócia. Os roteiros semiestruturados das entrevistas estão apresentados no ANEXO B, aplicado aos profissionais proprietários do Salão Belezura e Salão Belo, e no ANEXO C aplicados aos demais profissionais.

4.2.3 As entrevistas de Instrução ao sócia

Outro tipo de entrevista também aplicado foi de instrução ao sócia. A instrução ao sócia é uma técnica de pesquisa criada pelo médico e psicólogo italiano Ivar Oddone na década de 1970 e aplicada em seminários de formação da FIAT Automóveis, quando era professor da Universidade de Turin, com o objetivo de fazer o operário reconhecer a sua atividade e repensá-la para produzir mudanças em seu ambiente de trabalho (RODRIGUES, 2010). Na instrução ao sócia, o trabalhador deve instruir o pesquisador, como se ele fosse trabalhar em seu lugar, descrevendo e prescrevendo as minúcias do seu trabalho, para que este possa substituí-lo sem que ninguém perceba essa substituição (RODRIGUES, 2010). Essa é uma técnica original que possibilita conhecer os detalhes da atividade de trabalho, sobretudo em relação à experiência do trabalhador que a executa (ODDONE; RE, 2017).

A aplicação da instrução ao sócia se deu imediatamente à entrevista. Tendo em vista que os cabeleireiros possuem limitação de horário pelo fato de trabalharem por produção, o que dificulta a disponibilização de um outro horário específico para a aplicação da técnica; pesquisador e participantes aproveitaram momentos de menor movimento para aplicação desta técnica logo após a entrevista. Para tanto, estando sentados confortavelmente um de frente para o outro em uma sala reservada, o pesquisador iniciava dizendo: “Imagina que eu sou seu sócia, ou seja, fisicamente eu sou igual a você, e você precisa se ausentar temporariamente do seu trabalho sem que ninguém perceba sua ausência. Para isso, você me contratou para fazer seu trabalho. Que instruções você deveria me dar para que ninguém perceba substituição? Você deve me dar as tarefas, as instruções de trabalho para que eu possa me sair bem nas situações e eu possa me encontrar e me servir da sua experiência. Eu sou você nesse momento, mas eu não sei como ser você, você vem me ensinar”.

Desse modo, como a técnica foi aplicada a cada participante individualmente, à medida em que os profissionais iam descrevendo como executavam o trabalho, o pesquisador pedia mais detalhes de cada descrição para conseguir compreender mais detalhadamente os pormenores da profissão que porventura tivessem escapados à observação direta e à entrevista.

4.2.4 Aspectos éticos da pesquisa

Por envolver pessoas, esta pesquisa foi submetida, avaliada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH) e aprovada pelo Parecer nº 3.720.818. Também foi necessário elaborar um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para a realização do estudo com os profissionais cabeleireiros envolvidos na pesquisa.

O TCLE é um documento de cunho explicativo que deve abordar claramente todas as questões relacionadas à pesquisa e tem por finalidade esclarecer os riscos, os possíveis benefícios e os procedimentos que serão utilizados, de forma que todos consigam entender o processo e a importância da pesquisa (SOUZA *et al.*,2013).

4.3 ANÁLISE E TRATAMENTO DOS DADOS

As Entrevistas Individuais e as de Instrução ao Sósia foram gravadas por meio de aplicativo de telefone celular e transcritas. Posteriormente, o texto produzido a partir das anotações da observação direta e da transcrição das entrevistas, tanto individuais quanto as de Instrução ao Sósia, foram objeto de análise de conteúdo.

Segundo Bardin (2011, p. 15), atualmente a análise do conteúdo é “[...] um conjunto de instrumentos de cunho metodológico em constante aperfeiçoamento, que se aplica a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Trata-se de um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações” (BARDIN, 2011, p. 37). Essas técnicas consistem em um processo de sistematização em que o pesquisador estabelece os documentos necessários para a análise de dados, lê o texto e transcreve as entrevistas, seleciona o que será analisado, formula hipóteses e agrupa as informações que se repetem para que se possam realizar as interpretações necessárias (BARDIN, 2011).

Dessa forma, baseando-se em Bardin (2011), a análise no estudo foi dividida em três fases:

a) na fase de pré-análise, foi feita a leitura de todo o texto produzido (*corpus*) como forma de pré-exploração do material, também denominada de leituras flutuantes do conteúdo das anotações da observação direta e das entrevistas.

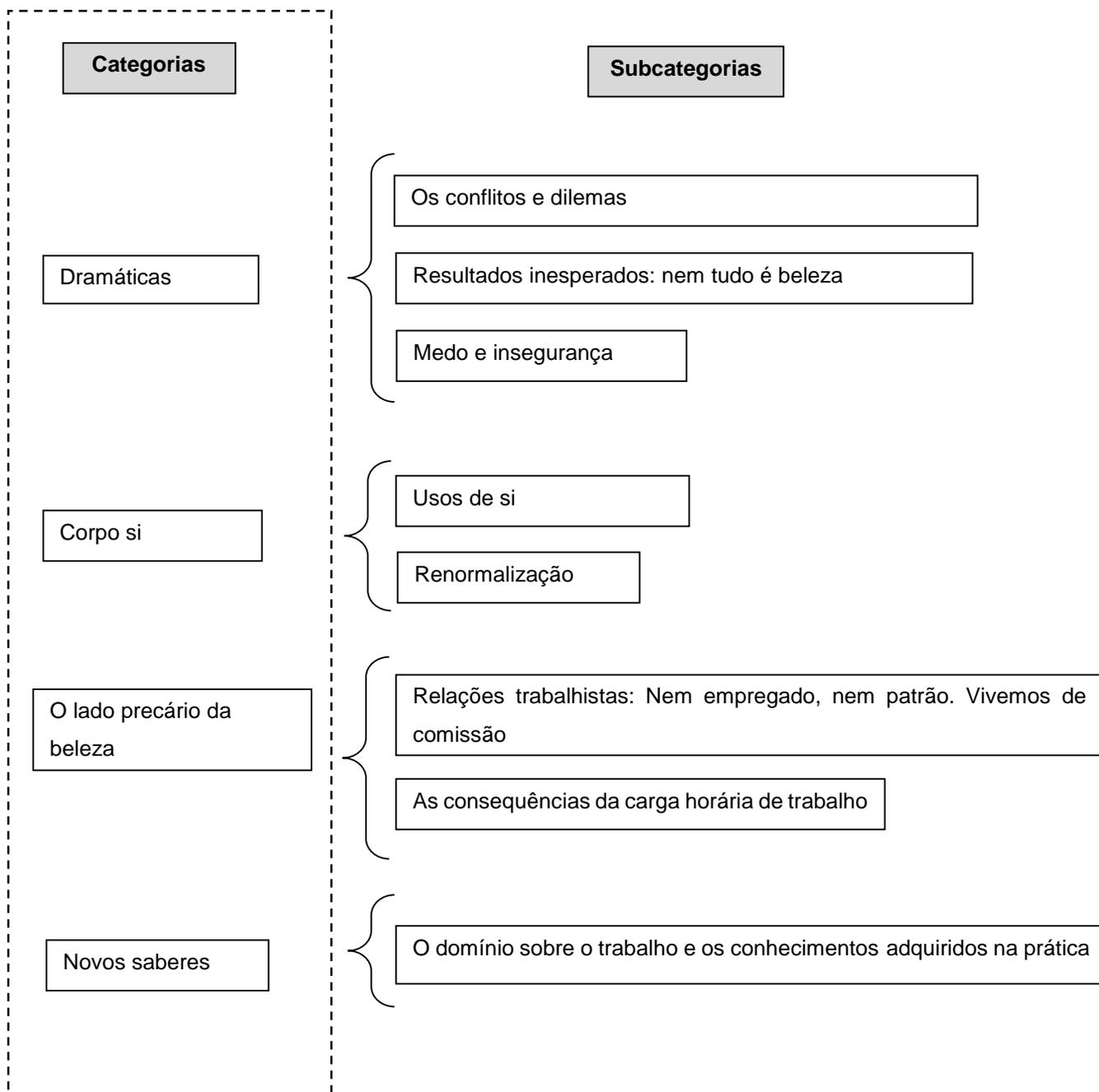
b) na fase de exploração do material, foram selecionadas as unidades de análise que são os recortes do texto que são entendidos como úteis ao objetivo proposto. Essas unidades de análises foram compostas por palavras, sentenças, frases, artigos, livros, parágrafos das entrevistas, do texto produzido a partir das anotações da observação direta, entrevista e instrução ao sósia. Na primeira fase de exploração, foram destacados os conteúdos dos artigos, teses, dissertações, dos livros e depois os conteúdos produzidos durante a pesquisa de campo, de tal forma que os primeiros deram sustentação necessária aos conteúdos obtidos na segunda fase.

c) posteriormente, na fase de tratamento dos resultados, inferência e interpretação, foi realizada a categorização e a subcategorização, em que os elementos destacados do texto foram agrupados por grau de semelhança ou igualdade e depois reagrupados de acordo com os gêneros encontrados. Assim foi possível a realização das interpretações necessárias para a conclusão do estudo.

De acordo com Moraes (2003), existem dois tipos de categorias: as pré-determinadas, ou já existentes, e aquelas que emergem a partir dos achados da pesquisa. Para alcançar os objetivos da pesquisa, optou-se por trabalhar com os dois tipos de categorias. Sendo assim, as categorias pré-determinadas foram: “dramáticas”; “corpo si” e suas duas subcategorias “usos de si” e “renormalização”. Já as categorias e subcategorias que emergiram durante a pesquisa foram: “conflitos e dilemas”; “resultados inesperados: nem tudo é beleza; medo e insegurança”; “o lado precário da beleza”; “relações trabalhistas: nem empregado, nem patrão. Vivemos de comissão”; “as consequências da carga horária de trabalho”; “novos saberes” e “o domínio sobre o trabalho e os conhecimentos adquiridos na prática”. Todas essas categorias e subcategorias estão representadas na figura 1.

Para se chegar à conclusão de quais categorias emergentes seriam trabalhadas, baseado em Bardin (2011), o texto produzido pela pesquisa de campo foi lido e os trechos semelhantes foram destacados em cores distintas que, posteriormente, foram classificados em temas para serem transferidos e agrupados em tabela do Word para definir a categorização. Uma segunda leitura desta tabela possibilitou o reagrupamento das categorias para que se pudesse chegar ao número julgado como suficiente para análise.

Figura 1 – Categorias e subcategorias



Fonte: Elaborado pelo autor

5 BELEZA DE TRABALHO OU TRABALHO DE BELEZA?

Este capítulo discorre sobre a análise dos dados encontrados no trabalho de campo, principalmente, por meio dos processos de observação direta, entrevistas semiestruturadas e de instrução ao sócio. Discrimina as categorias e subcategorias encontradas ao se analisar as dramáticas do uso do corpo si no dia a dia dos cabeleireiros dos salões que se dispuseram a participar desta pesquisa.

5.1 OS SALÕES

Os nomes dos salões Belezura e Belo, como dito anteriormente, foram nomes fictícios utilizados para preservar a identidade das empresas estudadas. Em comum, os dois salões apresentam situações de trabalho precárias, como jornadas extensas de trabalho, funcionários não desfrutam de nenhum direito trabalhista, como salário, férias, fundo de garantia, décimo terceiro, dentre outros, e estes ainda trabalham como Microempreendedores Individuais (MEIs), ou seja, na prática os salões funcionam como uma espécie de espaço compartilhado onde os profissionais utilizam os recursos disponíveis e pagam uma comissão aos proprietários.

O MEI foi instituído no Brasil por meio da Lei Complementar nº 128/08 que alterou a legislação para proporcionar a formalização de trabalhadores informais, que passaram a pagar à previdência social o percentual mensal de 5% do salário mínimo para ter direito à aposentadoria, além de passarem a contar com comprovação de renda para possíveis financiamentos, por exemplo, a partir da declaração anual de imposto de renda feita no site da Receita Federal.

Posteriormente, em 2016, foi criada a Lei nº 13.352/2016 que ficou conhecida como a Lei do Salão Parceiro e que tornou possível firmar contrato de parceria entre salões e profissionais, inscritos ou não no MEI, em que o profissional passou a ser reconhecido como parceiro do salão, e não mais como empregado, institucionalizando a precarização já existente nesta profissão.

5.1.1 Salão Beleza

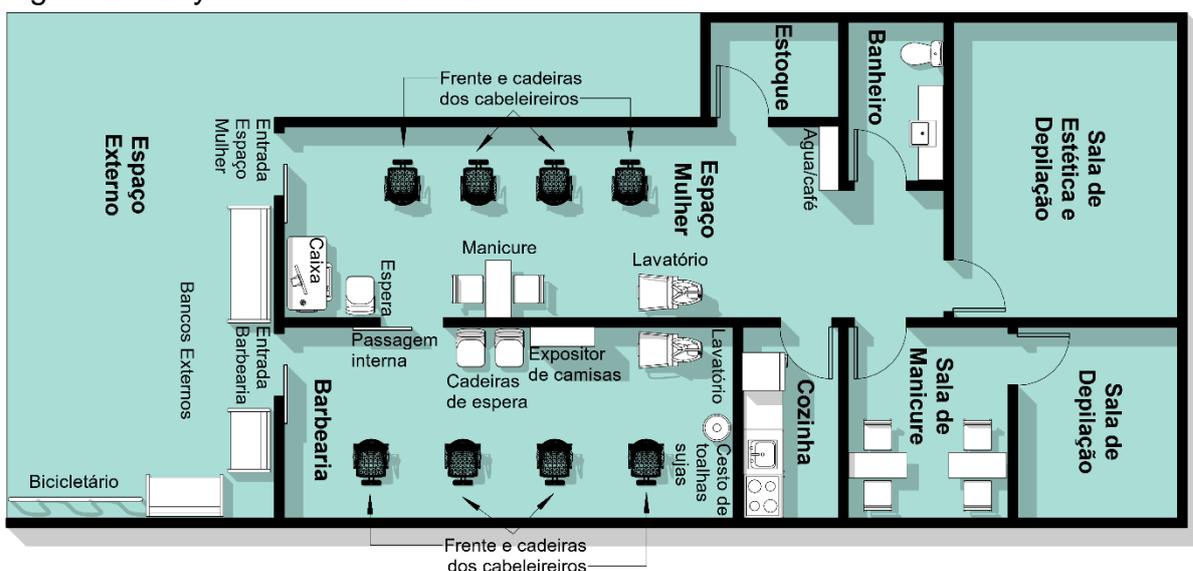
O salão Beleza funciona com uma equipe de 13 profissionais. Destes, 8 são profissionais cabeleireiros e 6 deles aceitaram participar da pesquisa, sendo 4 homens e 2 mulheres. O salão funciona em duas lojas interligadas por dentro, mas com portas de entrada distintas. O lado esquerdo é identificado como “Espaço mulher” e o lado direito como “Barbearia”. São 4 cadeiras de cabeleireiro no lado masculino. No lado feminino, são 4 cadeiras de cabeleireiro e uma mesa de manicure. Entre as cadeiras de ambos os lados, estão instalados armários do tipo “criado”, com uma televisão de 22 polegadas para cada 2 cadeiras. As cadeiras são pretas, simples e confortáveis.

No fundo, do lado direito da parte da barbearia, ficam 2 nichos com toalhas brancas enroladas para enxugar cabelo. É nesse lado que ficam as cadeiras e bancadas dos cabeleireiros. No fundo, do lado esquerdo fica um lavatório para lavagem dos cabelos e ao seu lado, um móvel com compartimento com diversas toalhas molhadas amontoadas ali, que já serviram para enxugar os cabelos lavados anteriormente. Também do lado esquerdo ficam os “sofanetes” (cadeiras individuais tipo sofá) de espera para clientes que estão aguardando para serem atendidos pelos cabeleireiros.

O lado do espaço mulher é composto por 4 cadeiras de cabeleireiro, 1 lavatório e mais 4 mesas de manicure, sendo que uma dessas mesas divide espaço com as cadeiras dos cabeleireiros e outras 3 cadeiras estão dispostas em uma sala exclusiva para as manicures. No fundo da sala de manicures, há mais uma sala onde trabalha a depiladora. Uma outra sala, ao lado da sala de manicures, é o local onde são oferecidos os serviços de estética do salão.

Do lado de fora do salão, concentra-se o maior número de profissionais enquanto se está sem clientes para atender. Ali estão dispostos 4 bancos de madeira, que imitam sofás, onde todos ficam batendo papo enquanto não têm o que fazer. Alguns deles preferem ficar ao celular. Pessoas conhecidas passam na rua e algumas param por ali para conversar. Funciona como espaço de convivência dos profissionais e é utilizado também como local de fuga quando algum serviço que utiliza formol está sendo realizado no interior do salão, como pode ser visto na figura 2.

Figura 2 – Layout do Salão Belezura



Fonte: Elaborado pelo autor

O salão funciona uma média de 12h diárias de segunda a sábado. Geralmente os primeiros funcionários chegam entre 7h30 e 8h. Outros chegam um pouco mais tarde, conforme o agendamento da demanda de clientes. O proprietário e alguns dos funcionários, os quais ele chama de amigos, trabalham até às 20h e, ainda assim, se tiverem mais clientes para atender, acabam trabalhando até atender o (a) último (a) cliente. Houve dia, durante o processo de observação, que já era 19h40 e uma profissional ainda ia começar o serviço de uma cliente que, segundo a cabeleireira informou na próxima semana, terminou às 21h30.

Não existe uma programação da hora em que cada profissional vai sair do salão. Cada um deles é responsável por marcar seus clientes e gerenciar sua agenda pelo seu próprio telefone celular. Quando chega um cliente novo no salão, este é atendido por algum profissional que se dispõe a atendê-lo e, ao final do serviço, entrega ao mesmo um cartão do salão com o número dos celulares de todos os profissionais do salão. A partir daí, o cliente pode fazer seu agendamento ligando direto para o profissional que o atendeu ou escolher outro cabeleireiro até encontrar algum que, no seu entendimento, execute melhor o serviço requerido. Também existem clientes que chegam sem marcar e esperam o profissional de sua preferência ficar desocupado para poder atendê-lo ou é atendido por outro profissional caso não tenha preferência ou mesmo não tenha tempo de ficar esperando.

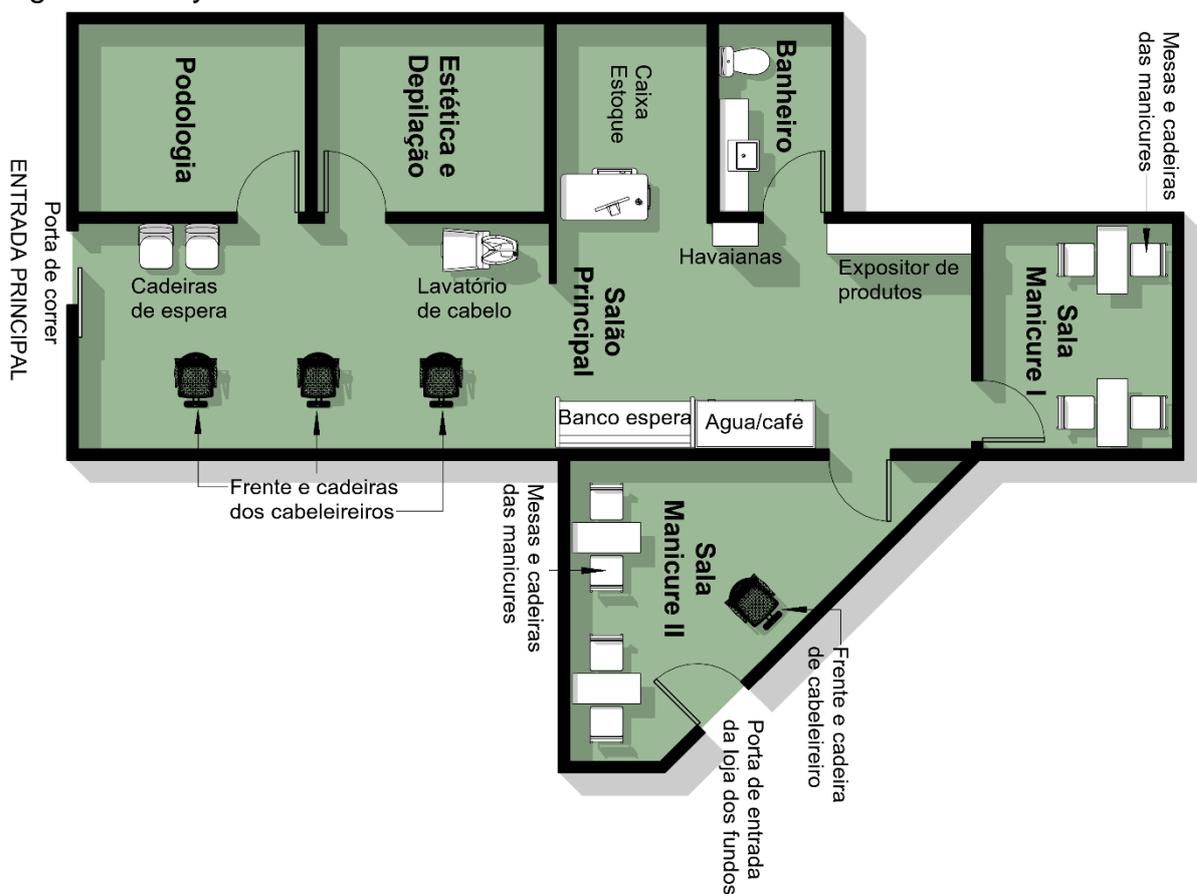
5.1.2 Salão Belo

O salão Belo funciona com uma equipe de 8 profissionais. Somente os 2 profissionais cabeleireiros, sendo 1 homem e 1 mulher, participaram desta pesquisa, tendo em vista que o foco deste estudo ergológico está na atividade desses profissionais. O salão funciona em um prédio comercial onde ficam localizadas algumas lojas no térreo e diversas salas nos andares superiores. O negócio funciona em duas lojas, uma de fundo para outra, cada uma com a sua entrada. No entanto, o proprietário uniu as duas lojas demolindo a parede dos fundos que as separava. Nesse caso, a entrada da frente do prédio dá acesso à área do salão onde funcionam os serviços de cabeleireiro, podologia e sala de maquiagem. A outra entrada fica dentro da galeria e dá acesso direto às salas de manicure. Os (as) clientes podem circular normalmente por qualquer ambiente do salão.

São 4 postos de cabeleireiro com cadeira e bancada, sendo que ficam 3 na loja da frente e 1 na loja de fundo em uma das salas de manicure. Na loja da frente, ficam: a área de cabeleireiros, 1 sala de designer de sobrancelhas, 1 sala de estética, 1 sala podologia, um lavatório e o caixa do salão, centralizado no meio da loja junto à parede do lado esquerdo onde também funciona o estoque de produtos. Ao lado do caixa fica um expositor de sandálias havaianas, o banheiro está em seguida e, na sequência, a vitrine muito bem instalada com os produtos que o salão representa. As salas de manicure e estética ficam depois da vitrine. Em frente ao caixa e à recepção, ficam o bebedouro de água e a mesinha com café, chá e biscoitos, como pode ser visto na figura 3.

O salão funciona de 8h as 18h de terça a sábado. Geralmente o proprietário é o primeiro a chegar para abrir a loja e as demais funcionárias chegam entre 8 e 9 horas da manhã de acordo com o trânsito ou conforme as clientes marcadas em suas agendas. Caso seja agendada alguma cliente no final do dia, ou mesmo chegue alguém sem marcação, as profissionais ficam um pouco até mais tarde para dar conta do atendimento, salvo quando alguma delas têm compromisso, como faculdade por exemplo. Ainda assim, é possível que o compromisso, eventualmente, seja prejudicado quando há atraso na agenda como pôde ser observado durante o trabalho de campo.

Figura 3 – Layout do Salão Belo



Fonte: Elaborado pelo autor

5.2 AS ANÁLISES COM BASE EM CATEGORIAS

O tratamento e a análise dos dados produzidos por meio da observação direta e entrevistas semiestruturadas e de instrução ao sócio resultaram em quatro grandes categorias de pesquisa, além de oito subcategorias, quais sejam: Dramáticas (Os conflitos e dilemas; Resultados inesperados: nem tudo é beleza; Medo e insegurança); Corpo si (Usos de si; Renormalização); O lado precário da beleza (Relações trabalhistas: Nem empregado, nem patrão. Vivemos de comissão; As consequências da carga horária de trabalho) e Novos saberes (O domínio sobre o trabalho e os conhecimentos adquiridos na prática), conforme pôde ser visto na Figura 1.

Para efeito de análise, os profissionais participantes, daqui por diante, passam a ser identificados pela letra “P”, indo de P1 a P8, conforme o número atribuído livremente aos participantes na pesquisa. Para efeito de identificação do local onde trabalha cada profissional, P2 é proprietário do Salão Belo e P4 trabalha com ele e P1 é dono do Salão Belezura, onde todos os outros participantes da pesquisa trabalham.

5.2.1 Dramáticas

Durante o trabalho de campo, foi possível perceber como na prática diária os cabeleireiros procuram escolher as opções que julgam ser as melhores para se manterem em suas atividades de trabalho (SCHWARTZ, 2007; SCHWARTZ, 2015; SCHWARTZ, 2017; ROTH, 2018; CADET; MAHLAOU, 2018). Em diversas situações presenciadas, ficou claro que esses profissionais, individualmente ou coletivamente, vivenciam experiências bastante singulares desta profissão, as chamadas dramáticas do uso do corpo si (SCHWARTZ, 2014; NASCIMENTO, 2016).

Dentre as dramáticas percebidas, pôde-se destacar os conflitos e dilemas vivenciados internamente entre os colegas de trabalho que influenciam na prestação do serviço aos (às) clientes, bem como conflitos na relação cliente/profissional que causam constrangimentos aos trabalhadores, os conflitos da relação patrão/empregado, além de dilemas sobre o respeito ou não das normas sanitárias, como decidir em usar ou não produtos químicos proibidos para alisamento de cabelo, como o formol por exemplo, dentre outros.

A relação dos profissionais com o uso de produtos proibidos pela Anvisa deixou claro que cada profissional vivencia suas dramáticas de uso do corpo si individualmente e de acordo com a sua visão e percepção de mundo. P3, por exemplo, vivencia uma dramática quando, mesmo conhecendo os riscos e a proibição do uso de produtos que contêm formol, prefere continuar realizando o serviço porque diz precisar do trabalho. P5 e P8 argumentam que utilizam esse tipo de produto porque as clientes pedem e se eles não fizerem pode ser que venham a perder tais clientes. Porém, outros profissionais que trabalham no mesmo salão reconhecem os malefícios do

produto e, por isso, não realizam esse tipo de serviço, o que denota como a negociação de valores influencia a decisão do trabalhador.

Para tornar possível a atividade, os profissionais que executam serviços que utilizam formol usam o seu corpo si, a sua individualidade, para criar suas próprias normas, transgredindo as normas anteriores, no caso a proibição da Anvisa, eliminando aquilo que contradiz a execução do seu trabalho (MORAES; PINTO, 2011). Além do uso de sua individualidade, eles agem de acordo com o seu coletivo de trabalho (CADET; MAHLAQUI, 2018), pois, embora vários colegas não aceitem realizar serviços com esse tipo de produto, uma norma antecedente no Salão Belezura permite que o produto seja utilizado sem nenhum tipo de coerção por parte do grupo de trabalho.

Também foram evidenciadas dramáticas que surgem a partir de resultados inesperados dos serviços, tais como a quebra de fios de cabelo por uso de químicas incompatíveis quando clientes omitem informações sobre produtos utilizados anteriormente em seus cabelos, e o medo e insegurança que alguns profissionais têm em relação à profissão, como a perda de clientes por exemplo. Como em todas situações de trabalho os profissionais precisam tomar decisões, nas quais as suas escolhas lhe imputam responsabilidade e responsabilização, eles experimentam as dramáticas do uso do corpo si enquanto buscam o recentramento do seu meio de trabalho (SCHWARTZ, 2000a; SCHWARTZ, 2014).

5.2.1.1 OS CONFLITOS E DILEMAS

Um dos primeiros conflitos observados no salão Belezura se refere à relação patrão/empregado, em que o proprietário, (P1), deixa claro que os alimentos que ele compra para o café da manhã estão condicionados à forma como os profissionais se comportam em relação ao lixo gerado durante esta refeição. Caso esses profissionais não colaborem com a limpeza do local onde tomam café, ele diz que no dia seguinte deixa para que cada um providencie o seu próprio lanche do café da manhã. Esta é uma norma antecedente do salão em que o proprietário determina como os sujeitos precisam agir conforme o uso de si pelos outros.

Além dessa regra, o salão oferece uma ajuda de custo diária de R\$30,00 a cada profissional para que ajude na limpeza e organização do ambiente. Nesse caso, os funcionários do salão precisam seguir a normativa imposta pelo proprietário para que o “benefício” seja mantido; corroborando, Holz (2014) afirma que o outro pode ser qualquer um que prescreve como o trabalhador deve executar seu trabalho. Nesse caso específico, a regra é sobre como os profissionais precisam se comportar, vai além da execução e coloca-se como uma normativa para o comportamento esperado.

Apesar dessas normas antecedentes, P7 esclarece que as coisas não funcionam como foram estabelecidas pelo proprietário do salão, o que acaba gerando conflitos na equipe. Segundo ele, embora cada funcionário receba a ajuda de custo, alguns nunca cumprem com esta regra e deixam que os colegas façam o serviço por eles, causando descontentamento aos demais colegas. Durante a instrução ao sócia, quando P7 estava mais à vontade, ele descreveu sua insatisfação assim:

Tem uns que é... é totalmente filho da puta, né? Ele é um cara que não era nem para *tã* em cima dessa terra, tem gente que... isso aí pra ele não é nada, entendeu? E se perder (a ajuda de custo) é um cara... são os que mais sofrem, entendeu? Mas não reconhece (P7).

A existência dos conflitos entre os colegas de trabalho, assim como a descrição do conflito anterior, foi constatada a partir das entrevistas individuais e de instrução ao sócia. Conflitos como esses permeiam os ambientes laborais haja vista que a atividade acontece num espaço coletivo de trabalho e que, embora haja os interesses e objetivos em comum, também cada indivíduo tem as suas percepções, interesses e necessidades dentro desse ambiente compartilhado.

Um relato de P3, também reforçado por P8, ambos funcionários do salão Belezura, demonstra que o volume dos aparelhos de televisão (são seis aparelhos ao todo) atrapalha o diálogo entre os profissionais e clientes que estão em atendimento. Como são diversos aparelhos no ambiente, cada profissional tem a liberdade de colocar o aparelho ao qual está assistindo em seu canal e programa de preferência e, sendo assim, isso acaba aumentando o volume dos diversos sons dentro do ambiente de trabalho, causando, segundo os reclamantes, até mesmo desconcentração na hora de executar determinados serviços. Além disso, a comunicação entre os (as) clientes e profissionais fica comprometida tanto pelo volume das televisões, quanto pelo

volume das conversas que precisa ser mais alto para se fazerem ouvir. Os dois profissionais disseram que não suportam gente falando alto e que já ouviram reclamações de clientes em relação ao problema.

Um outro conflito é apontado por P5, que diz ter sérios problemas de relacionamentos com os profissionais mais novos do salão. A profissional afirmou que os mais jovens não a respeitam nem como profissional e nem como pessoa. Em seu relato, diz que gosta muito de ajudar aos colegas e que diversas vezes empresta seu material para alguns deles e depois eles não devolvem ou colocam seus objetos em lugares diferentes do que ela está acostumada, fazendo com que ela perca tempo para procurar seu material na hora em que vai atender a alguma cliente. Ela diz que já teve discussões acaloradas com os colegas diversas vezes dentro do salão, inclusive na frente de clientes. Ela relata que fica muito frustrada consigo mesma e que às vezes acaba chorando quando isso acontece. Em uma conversa informal acabou revelando que às vezes tem vontade de procurar outro lugar para trabalhar porque já se aborreceu muito.

A falta de regras e orientações claras por parte do proprietário do salão, algo que poderia ser criado em conjunto com toda a sua equipe para validá-las, poderia resolver essas situações conflituosas e aumentar o grau de satisfação dos cabeleireiros em relação ao ambiente de trabalho. As normas antecedentes são necessárias para o exercício das atividades de trabalho e, ao mesmo tempo em que limitam o trabalhador, também lhe permite que desenvolva sua atividade por meio da renormalização (DURRIVE; SCHWARTZ, 2008; DURRIVE; SCHWARTZ, 2018). Então é preciso que haja normas que orientem o trabalhador a realizar uma ação previamente concebida e oferecer um parâmetro de trabalho por meio de tecnologias, regras e procedimentos, abrangendo também os meios físicos, como materiais e equipamentos utilizados no exercício da atividade de trabalho (MEZADRE; BIANCO, 2014).

Um dos três aspectos do caráter híbrido das normas antecedentes se refere o fato de elas indicarem valores que não se referem somente a uma dimensão monetária e “[...] sim a elementos do bem comum, que são redimensionados nas organizações, nos ambientes de trabalho e na sua relação com o meio externo” (SCHWARTZ, 1995, *apud* TELLES; ALVAREZ, 2004, p. 73). Portanto, é possível afirmar que, nesse caso, os conflitos destacados estão na ordem de valores não monetários e podem ser

facilmente mitigados para que a melhoria do ambiente de trabalho possa contribuir para que os profissionais tenham uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, melhorem a sua atividade de trabalho e até a qualidade do serviço prestado.

5.2.1.2 RESULTADOS INESPERADOS: NEM TUDO É BELEZA

Um dos maiores desafios do profissional de beleza é que nesta atividade de trabalho a avaliação do serviço é imediata à sua execução e, portanto, qualquer insatisfação do (a) cliente pode ser manifestada diante de todos e causar constrangimento ao cabeleireiro. Como a prestação de serviços tem uma característica heterogênea, o nível de variabilidade pode afetar o resultado final pretendido e gerar um certo desconforto ao profissional.

Para que não haja surpresas em relação ao resultado do serviço, P2 chama a atenção para o cuidado que se deve ter com os serviços de coloração devido ao risco de o cabelo não ficar com a cor desejada pela cliente. Segundo ele, o profissional tem que ser muito preciso e isso requer treinamento e experiência para que ele possa dar equilíbrio às cores a partir dos processos de coloração e descoloração, por exemplo, para não perder clientes devido a resultados inesperados.

É preciso que se tenha cuidado também em outros processos químicos que podem modificar a cor do cabelo da cliente. Durante uma selagem (redução de volume do cabelo com a utilização de produtos ácidos), que P3 disse ter realizado uma vez, o cabelo da cliente ficou todo desbotado e ela não esperava por isso. Ela disse que, embora a cliente não tenha ficado chateada, até porque acabou tonalizando o cabelo dela para diminuir o impacto do desbotamento, ela mesma ficou muito frustrada. Segundo P3, esse é um sentimento recorrente sempre que não alcança o resultado esperado em seus serviços.

Outro serviço que também apresentou problema em relação ao resultado final foi uma coloração que P5 realizou. Segundo ela, estava pintando o cabelo de uma cliente que queria ficar loira e o cabelo ficou rosa. Mesmo com o conhecimento e experiência da profissional, P5 não conseguiu entender o que aconteceu. Para resolver o problema, ela entrou em contato com um técnico em colorimetria conhecido e foi orientada a remover parcialmente a cor indesejada com uma técnica chamada “shampuzada”,

uma espécie de mistura de xampu com descolorante, e aplicar imediatamente um pigmento acinzentado para neutralizar a cor.

Os exemplos conformam que diversas variáveis podem afetar o resultado final dos serviços de beleza. Dentre elas, podem-se destacar: a condição em que se encontra o cabelo, a qualidade do produto utilizado, a temperatura ambiente, a técnica utilizada e a competência do profissional. Diferentemente do meio industrial, onde o nível de parcelização do trabalho é muito grande, o cabeleireiro tem domínio de todo o processo de produção. Ele recepciona o cliente, verifica o seu desejo, avalia seu cabelo, define o tipo de produto e a técnica que vai utilizar, executa o serviço até a finalização do procedimento.

Desse modo, embora parte da atividade seja antecipável, por exemplo, preparar os produtos, o protocolo inicial dos serviços, o tempo de pausa de cada procedimento, o desejo inicial do cliente que também tenta antecipar o trabalho, cada profissional terá o seu jeito de lidar com todas essas prescrições, o que não se pode antecipar, assim como não se consegue antecipar o resultado exato do serviço devido à sua imprevisibilidade (SCHWARTZ, 2016; PORTO; BIANCO, 2016), tendo em vista que, como não se trata de produto final, será impossível padronizar o resultado final do serviço, até porque cada cabelo tem o seu fundo de cor e condição de estrutura específicos, condições estas que também impõem limitações aos procedimentos realizados.

Algumas vezes essas limitações não serão diagnosticadas pelo profissional, o que põe em risco a integridade do cabelo e podem causar problemas, o corte químico por exemplo. Quando isso acontece, o cabelo sofre quebra dos fios por incompatibilidade química de produtos sobrepostos ou mesmo pelo uso de produtos químicos em cabelos com alguma fragilidade. Essa foi uma das experiências relatadas por P8 ao contar que, ao realizar um serviço de reflexo, o cabelo começou a sair fumaça e quebrou todo nas regiões onde havia passado o descolorante. O problema só não foi pior, segundo ele, porque a cliente tinha muito cabelo e ele conseguiu paralisar o processo e salvar a parte onde ainda não havia aplicado o produto, o que ajudou a cobrir a parte danificada do cabelo de forma a não ficar aparente o estrago quando o cabelo ficava solto. Daí a importância da vivência profissional, das experiências vividas anteriormente pelo cabeleireiro que o permitem tatear o cabelo, conversar com

o (a) cliente, lembrar situações similares e utilizar o seu corpo si para definir qual ação é mais viável diante do problema para resolver a situação (SCHWARTZ, 2014; SCHWARTZ, 2015a).

Segundo o profissional, mesmo depois de já ter feito o teste de mechas para verificar se o cabelo estava em condições de receber a química, o problema ocorreu porque a cliente disse que o cabelo era virgem e omitiu a informação que já havia usado uma química anterior incompatível com o serviço de descoloração, o que não foi detectado durante o teste de mechas. Isso causou sofrimento ao profissional que, além de ter pago um tratamento para o cabelo dela no próprio salão onde ele trabalhava (prejuízo financeiro), ainda o afetou psicologicamente, como ele descreve a seguir:

Então assim, isso foi uma parte bem desagradável para mim porque eu achei que o problema estava comigo... que eu tinha falhado, mas, na verdade, ela também falhou comigo... o sentimento que eu tive desse dia aí foi um sentimento bem ruim. Tanto que eu terminei de fazer o que tinha para fazer no cabelo dela e pedi para o rapaz para quem eu trabalhava me dispensar porque eu não estava em condições de continuar trabalhando... naquele dia eu precisava de ir embora (P8).

Esse contexto demonstra como no dia a dia é impossível antecipar a atividade de trabalho e como os cabeleireiros se veem obrigados a tomar decisões que muitas vezes resultarão em uma dramática do uso do corpo si, já que essas decisões lhe implicarão responsabilidade e responsabilização (TRINQUET, 2010; SCHWARTZ, 2014; MEZADRE; BIANCO, 2014; REBECHI, 2015; PORTO; BIANCO, 2016; SOUSA; MUNIZ, 2017).

Ao decidirem tonalizar o cabelo de sua cliente (P3), entrar em contato com outro profissional para conseguir se orientar e eliminar a tonalidade rosa do cabelo que estava fazendo a coloração (P5), paralisar o processo e salvar o restante do cabelo que ainda estava íntegro (P8) para minimizar o impacto dos resultados inesperados, esses cabeleireiros vivenciaram suas dramáticas do uso do corpo si diante dessas situações em que se viram obrigados a fazer suas escolhas (SCHWARTZ, 2014), assumindo o risco do sucesso ou do fracasso das suas decisões (BATISTTI, 2014), reforçando a tese de que os acontecimentos inesperados que ocorrem na vida podem transformar a atividade em uma dramática do uso do corpo si (AZEVEDO, 2013).

5.2.1.3 MEDO E INSEGURANÇA

Dentre as diversas dramáticas vivenciadas diariamente pelos cabeleireiros, duas delas chamaram a atenção durante a pesquisa de campo. Ficou claro que o medo e a insegurança permeiam este ambiente de trabalho, seja por causa dos problemas ocorridos durante a execução do trabalho, seja pelo fato de os profissionais não saberem lidar com frustrações ou mesmo por desejarem mudar seu ritmo de vida e temerem perder seus clientes.

Alguns profissionais desejam mudar o ritmo de trabalho para ter mais tempo para desfrutar outras coisas na vida, como poder ter mais tempo para lazer, praticar alguma atividade física, passear mais com a família, dentre outros, mas temem fazer isso e perderem seus clientes por terem de reduzir sua carga de trabalho. Esse é o caso de P1 que, embora se diz muito feliz na profissão, é um dos que temem reduzir sua renda caso reduza a sua carga de trabalho. Ele trabalha em média 72 horas semanais de segunda a sábado e relata que o seu maior desejo é um dia poder folgar no sábado e no domingo para ter mais tempo para sua família. Em um trecho da entrevista, ele diz que

[...] é prazeroso trabalhar. Só que (tem) uma coisa que me incomoda. Eu acho que a carga horária é grande, a carga horária do salão, ela é puxada. Igual eu falei com você, a gente abre às 8 horas da manhã fecha às 20 horas da noite, trabalha sábado. Hoje, por exemplo é segunda-feira nós estamos aqui entendeu? Aí você fala assim ... aí a minha esposa fala “Poxa, você podia diminuir isso aí, né?” Mas o meu medo é diminuir e o negócio também cair entendeu? (P1).

Segundo Schwartz (1998), a dramática de uso do corpo si pode ser definida como uma situação conflitante para o indivíduo quando ele precisa fazer escolhas entre diferentes valores, por vezes contraditórios, para orientar sua ação durante a execução da atividade de trabalho. Embora os conflitos de P1 não estejam, nesse caso, ligados diretamente ao momento em que ele está em atividade de trabalho, aqui é possível avançar um pouco mais com esse conceito e afirmar que, pelo fato de o profissional ter que decidir entre os diferentes valores relacionados à família, ao descanso, ao lazer etc., ele vivencia uma dramática de uso do corpo si. Ou seja, a sua atividade de trabalho, conforme Fígaro (2008), se desenvolve pautada em valores

onde o trabalhador faz escolhas relacionadas tanto no âmbito mais restrito, como aquelas relacionadas ao corpo, quanto escolhas que envolvem a vida e o futuro de outras pessoas, como a vida de sua família por exemplo. É preciso lembrar que o trabalhador vive diversas dimensões simultaneamente, tendo em vista que o indivíduo que trabalha é o mesmo indivíduo que tem uma família, amigos, etc., com os seus próprios valores em constante comunicação, e isso ultrapassa as dimensões consideradas como situações de trabalho (SCHWARTZ, 2015a).

Uma das situações de trabalho de P1 que também faz com que ele tenha uma carga horária de trabalho excessiva está relacionada ao fato de ele ser o gestor do seu negócio. Portanto, ele revela que teme ficar longe do salão e a sua equipe não atender bem aos seus clientes. Por isso, pensa que sua presença é indispensável o tempo todo no salão. Essa dificuldade talvez se dê pelo fato de ele não ter ainda ferramentas de gestão para treinar seus funcionários, os quais ele chama de amigos.

Durante a entrevista, ele disse que não faz reuniões com os funcionários porque isso poderia deixar alguém chateado e causar problemas na equipe. Foi possível perceber que ele tem certa dificuldade em lidar com situações conflituosas. Um exemplo disso é que ao terminar o corte de cabelo dos seus clientes, ele não usa o espelho de finalização para mostrar a parte de trás do cabelo, por receio, segundo o profissional, de criar conflitos com eles. Ele evita se expor a uma avaliação imediata e esta é a forma com a qual se sente mais confortável para desenvolver seu trabalho de maneira saudável, criando um ambiente que possa chamar de seu (SCHWARTZ, 2007; SALES, 2017).

Já a grande preocupação de P4 são os (as) clientes que chegam com os cabelos muito maltratados e sensibilizados em busca de serviços incompatíveis com o estado de desgaste em que estes se encontram e, portanto, sem condição de execução do serviço. Segundo ela, nesses casos, precisa seguir um protocolo

[...] cliente que tem o cabelo maltratado que não... tá pronto para ser executado...Eu já, já preciso sim seguir um protocolo, justamente para eu não ter prejuízo com esse cliente, prejuízo nem no cabelo e nem outros tipos de prejuízo, né? (P4).

Essa situação de lidar com o imprevisível, ou seja, tentar descobrir até que ponto o cabelo resiste a um procedimento químico, obriga o profissional a tomar decisões que

colocam em risco o resultado do seu trabalho (BATISTTI, 2014). Embora P4 diga que tem que seguir um protocolo para atender a clientes que chegam com o cabelo com algum problema, é o olho e o tato do cabeleireiro, baseado na sua experiência, que vão definir qual é o ponto exato de resistência do fio de cabelo a determinado produto químico. Essa situação não é padronizável (DURRIVE, 2016) e por isso P4 avalia o problema a partir do seu nível, ou seja, no estado em que se encontra o cabelo, e oferece a solução de acordo com as suas considerações e o seu conhecimento profissional. Aqui é o seu corpo si, o juiz que avalia e julga as situações vividas que torna possível a decisão do que deve ser feito durante a execução desse serviço.

Quanto ao resultado do serviço e busca da satisfação do cliente, P4 revelou que quando se trata de química, serviços de alisamento, redução de volume, etc., ela nunca dá 100% de certeza para a cliente sobre o resultado que a cliente deseja. Isso porque, se ela prometer, terá que entregar aquele resultado. Por isso, ela diz que pode prometer apenas se aproximar do resultado desejado pela cliente. Essa é uma forma de ela se defender de possíveis insatisfações geradas com o resultado de seus serviços, tendo em vista a linha muito tênue entre a satisfação e a insatisfação do cliente numa relação de serviço, devido à dificuldade em padronizar resultados, sobretudo quando se trata de química capilar. Essa é uma dramática vivida pelos cabeleireiros que buscam o tempo todo satisfazer seus clientes em suas mais variadas necessidades.

Outro tipo de medo e insegurança encontrado é em relação ao futuro. P8 reconhece a falta de segurança e a precariedade do seu trabalho quando diz que escolheria outra profissão caso lhe fosse dada a oportunidade de começar novamente a sua carreira profissional:

Eu escolheria outra sim. É... por causa da carga horária, porque aqui a gente não tem um horário certo, né? A gente tem um horário certo para poder chegar, mas não tem um horário certo para poder sair. Então você trabalha muito aqui e ... você é o seu trabalho, se alguma coisa acontecer com você, já era ... um exemplo, se alguma coisa acontecer com a sua mão já era você. Então o trabalho depende de você... se alguma coisa acontecer comigo eu não consigo realizar o meu trabalho... você não tem tanta segurança igual em outra profissão...(P8).

Ele diz que se algum dia montar o seu próprio salão certamente teria sucesso porque acredita no seu potencial. No entanto, essa incerteza em relação às dificuldades que

poderá enfrentar no futuro, caso fique impossibilitado de trabalhar, faz com que ele continue trabalhando como está até decidir se vai mudar de profissão. A grande dramática de P8 está relacionada ao fato de ele viver o debate de valores no qual ele leva em consideração a satisfação de ser cabeleireiro, visto que ele afirma em um determinado momento que se sente realizado na profissão, e a falta de perspectiva sobre o futuro devido à incerteza da sua condição física para continuar como profissional de beleza.

Schwartz (2014) reforça a importância do corpo para a execução de serviços, pois não há trabalho sem corpo, seja o trabalho de qualquer natureza. Portanto, “[...] há sem dúvida a presença do corpo que sente e vigia, que adere a, e seleciona, parâmetros variáveis da situação” (SCHWARTZ, 2014, p. 262), sejam os parâmetros da situação micro da atividade de trabalho em si, seja na situação macro da condição precária de trabalho da profissão de cabeleireiro como um todo. Ora, se não há possibilidade de trabalho sem o uso do corpo, por ele ser parte fundamental do trabalho, mesmo nos trabalhos ditos intelectuais, o corpo não perde sua importância já que a inteligência só se faz possível na existência de um corpo. Então a preocupação de P8 quanto à insegurança de sua profissão se torna pertinente porque se por algum motivo qualquer precisar parar o seu trabalho por causa do seu corpo (machucar a mão, por exemplo) ele ficaria sem nenhuma renda, já que ele mesmo afirma que “você é o seu trabalho”, reconhecendo o corpo como uma “ferramenta de trabalho” e sem ela não será possível trabalhar, seu medo e insegurança fazem todo sentido visto que não há amparo legal no exercício de sua profissão devido à precariedade em que trabalha.

5.2.2 Corpo si

O corpo si dos cabeleireiros está presente em todo o seu dia a dia de trabalho. Ele se manifesta, dentre outras situações, quando os profissionais decidem junto com os (as) clientes, ou apesar destes, o que fazer e como fazer determinados trabalhos para chegar ao resultado esperado. Quando P1, por exemplo, aplica uma coloração no cabelo e barba de um cliente e decide lavar o produto depois de apenas seis minutos, quando a prescrição determina que o tempo de espera é de quarenta minutos, ele sabe, pela experiência adquirida ao longo de sua carreira profissional e o

conhecimento do desejo daquele determinado cliente, que aquele é o momento certo de retirar o produto para que o cabelo e a barba não fiquem escuros demais ou claros demais.

Da mesma forma, em outro cabelo P1 deixou o tempo de pausa de apenas quinze minutos. Isso só é possível porque sua experiência permite que ele rompa com as prescrições e recrie regras para alcançar os resultados esperados do seu serviço por parte de seus clientes, demonstrando que a coloração pode ser feita de outra forma do que aquela descrita pelo fabricante ou mesma ensinada nos cursos de cabeleireiro (SCHWARTZ, 2000a; MORAES; PINTO, 2011).

Esse poder de decisão do cabeleireiro sobre o tempo certo de pausa de um serviço de coloração ou o tempo exato de exposição de cada cabelo a um produto químico de alisamento, sem deixar que o cabelo sofra um corte químico, só é possível porque o corpo si desse profissional possui saberes incorporados e valores sedimentados por sua experiência profissional e reserva de conhecimentos produzidos em sua história (SCHWARTZ, 2015a). Um exemplo da importância desses saberes incorporados pelo corpo si pode ser visto em um trecho produzido durante a instrução ao sócia, em que P2 fala sobre a necessidade de se fazer um diagnóstico antes da execução de serviços de alisamento:

[...] no caso do alisamento, você vai ver se esse cabelo... ele tá o cabelo saturado com produto, se ele tá elástico, quebrando, principalmente a ponta dele ou de que maneira esse cliente ele quer, se ele quer um cabelo liso, se ele quer um cabelo alinhado, se ele quer um cabelo é... só para poder disciplinar esse cabelo... você vai fazer o diagnóstico dele e você vai usar o produto de acordo aquilo que ele quer, entendeu? (P2).

Isso demonstra o quão importante é o conhecimento adquirido pelo cabeleireiro tanto nos cursos quanto pela sua experiência profissional, que lhe permite entender e decidir se o cabelo está apto para realizar determinado serviço, qual é o momento certo para fazer a intervenção no processo de alisamento, por exemplo, bem como saber qual é o nível de redução de volume desejado pelo cliente. Todo esse conhecimento integra o seu corpo si que é o *lócus* de toda atividade humana e é por meio dele que o profissional toma as suas decisões ao fazer o uso de si (SCHWARTZ, 2014).

5.2.2.1 USOS DE SI

Foi possível perceber em vários momentos durante a pesquisa como os cabeleireiros dos salões pesquisados fazem o uso de si no seu dia a dia de trabalho. Isso vai desde escolhas simples de como executar determinados serviços, e não outros, a escolhas mais complexas, por exemplo, escolherem trabalhar confrontando leis que estabelecem a proibição do uso de determinadas substâncias químicas em salões de beleza, se sujeitarem a trabalhar em situações precárias de trabalho ou executarem serviços que não gostariam de realizar.

Quando se trata de regras de utilização de produtos, por exemplo, todos os cabeleireiros fazem o uso de si por outros, tendo em vista que vários produtos possuem protocolos de utilização que devem ser seguidos pelos profissionais. Além disso, há casos em que o cliente impõe ao profissional o tipo de produto que utilizará em seu cabelo, reforçando o argumento de o outro pode ser qualquer um que dita as regras que deverão ser seguidas pelo trabalhador (HOLZ, 2014). Por outro lado, os cabeleireiros fazem também o uso de si por si quando modificam a forma de trabalhar com os produtos, criam as suas próprias regras de utilização ou escolhem se vão atender, ou não, a determinado cliente.

No salão Belezura, foi possível acompanhar de perto um exemplo do uso de si por si (REBECHI, 2015; MUNIZ; SANTORUM; FRANÇA, 2018; SCHWARTZ, 2000a; SCHWARTZ, 2011; SCHWARTZ, 2014; SCHWARTZ, 2017; PORTO; BIANCO, 2016; NASCIMENTO, 2016) quando um profissional se recusou a atender uma determinada cliente. Ela chegou sem estar agendada e queria fazer escova e P7 era o único profissional disponível no momento. No entanto, ele disse que estava aguardando um cliente, mas disse isso somente para não a atender, como segue a descrição de um trecho do diário de campo (DC):

O participante P7 disse a ela que não poderia atendê-la porque estava aguardando um cliente. O profissional P6 chegou e fez a escova dela. Como o cliente de P7 não apareceu, perguntei a ele se, por acaso, havia levado bolo (se o seu cliente havia faltado). Aconteceu o que eu pensava, ele não fez escova da cliente porque já teve vez de ele estar sem cliente e ela chegar e ficar esperando mais de 30 minutos por outro profissional sem pedir para

que ele a atendesse. Então, hoje que ela está com pressa, ele também não queria fazer o serviço dela. Disse que não faz nenhuma questão de atendê-la (DC).

Segundo (SCHWARTZ, 2000a), o homem tem necessidade de seguir as suas próprias normas para a realização de suas atividades. Uma das características observadas nesta pesquisa é que, no caso dos cabeleireiros observados, alguns profissionais fazem o uso de si por si quando decidem não atender determinadas pessoas e, portanto, escolhem a si mesmos (NASCIMENTO, 2016) dentro de um processo de recusa da própria atividade de trabalho.

Essa recusa da atividade não está relacionada ao direito de recusa da Norma NR-10, que prevê que o trabalhador recuse o serviço quando perceber a situação de perigo, seja risco de dano físico, risco de vida ou risco ambiental iminente, aplicado a profissionais que trabalham com eletricidade. Nesse caso, trata-se tão somente do não querer fazer, contrariando a norma antecedente do grupo de trabalho que prevê que os cabeleireiros atendam a todos os clientes que chegam ao salão. No caso de P7, nem se trata de querer direcionar a tarefa para outro profissional executar, já que a cliente em questão só foi atendida por outro profissional porque ela insistiu em esperar, embora tenha dito que estava com muita pressa. Contudo, ela sairia sem o atendimento caso fosse embora imediatamente à negação de P7 em atendê-la.

Toda essa discussão sobre a recusa do profissional em atender à cliente se faz necessária para lembrar que, se desde o princípio a Ergologia se debruçou sobre a atividade de trabalho, argumentando que o uso de si por si acontece no momento da atividade de trabalho, ou seja, no momento em que o trabalhador executa de fato o seu trabalho, aqui surge uma possibilidade de um aprofundamento de estudo sobre a “contra-atividade” de trabalho, ou seja, estudar as situações em que o uso de si por si acontece antes mesmo da atividade acontecer, para além da primeira e segunda antecipação. É possível afirmar então que, em determinadas circunstâncias, o trabalhador faz o uso de si por si renormalizando as regras que o obrigariam a trabalhar, nesse caso as normas do grupo de trabalho, e se recusa a iniciar a atividade. Isso não no sentido de luta por seus direitos, ou pelos direitos de sua classe profissional, mas na simples recusa de fazer aquilo que ele não deseja fazer, algo

talvez impensável em outras categorias profissionais, como as industriais por exemplo.

A contra-atividade seria um aspecto da gestão do uso de si em que o trabalhador, fazendo o uso de si por si, decide não executar determinado trabalho prescrito, impedindo que a atividade aconteça. Dessa forma, o trabalhador, na tentativa de preservar sua saúde, escaparia à prescrição assim como se fosse a “água escorrendo entre os dedos de quem prescreve o trabalho”. Ou seja, por mais que se tente antecipar, a contra-atividade é algo inantecipável, assim como o é a própria atividade de trabalho. Ninguém sabe e nem saberá quando, onde, como e quem a fará acontecer.

Ainda em relação ao uso de si por si, uma das adaptações da forma de trabalhar é descrita por P3 que entendeu ser melhor alterar o protocolo de um produto de hidratação por perceber que conseguiria resultado mais satisfatório ao fazer do seu jeito. Segundo ela, ao perceber que as indicações de uso informadas pelo representante não deram o resultado esperado no primeiro cabelo, ela optou por modificar o protocolo recebido para otimizar o resultado de aplicação do produto a partir do cabelo seguinte. Daí para frente, ela continuou fazendo do jeito dela por ter conseguido sucesso nesta renormalização.

Outra participante que diz que nem sempre segue os protocolos de utilização de produtos é P4. Ela diz que somente nos serviços que oferecem risco de danificar os cabelos de suas clientes é que segue algum protocolo por questão de segurança. No entanto, P4 revelou que em determinadas situações permite, intencionalmente, que o cabelo da cliente estrague um pouco. Esse é o caso de clientes que chegam insistindo em fazer procedimentos incompatíveis com a resistência de seus cabelos. Então a profissional diz que

[...] faço algum testezinho pra que (ela) tenha consciência [...] se eu acho que o cabelo não vai dar certo, talvez poderia dar certo lá na frente com tratamento, mas ela quer fazer agora. Então eu prefiro pegar uma mecha como eu falei, uma mecha e deixar que aquela mechinha tenha um prejuízo porque eu não posso fazer, executar esse trabalho, e ela... e ela só vai acreditar no que eu tô falando se ela ver [...] saturar um pouquinho é, e é aquela mecha só (P4).

Nesse caso, danificar de propósito uma pequena mecha para forçar a cliente a desistir de fazer o serviço é uma forma da profissional fazer uso de si por si e gerir o seu trabalho enquanto também vivencia o uso de si por outros (REBECHI, 2015; SCHWARTZ, 2000a; SCHWARTZ, 2017; HOLZ, 2014), considerando também a cliente como o outro que impõe à profissional que execute o serviço mesmo que seu cabelo não tenha condições de receber aquela química. Sabendo que as escolhas imputam responsabilidade e responsabilização do trabalhador e que o uso de si por si está ligado ao fato de as ações do sujeito serem guiadas, de certa forma, pelas normas antecedentes (NASCIMENTO, 2016), nesse caso específico a cabeleireira não pode executar o serviço para não danificar todo o cabelo de sua cliente, devido à incompatibilidade química. Então, fazendo o uso de si por si, decide danificar uma pequena mecha do cabelo para vencer a resistência da cliente que insiste em realizar o procedimento, que P4 sabe, pela sua experiência, que não daria um bom resultado e comprometeria a integridade do cabelo da cliente.

Quanto ao resultado do serviço e busca da satisfação do cliente, P4 revelou que quando se trata de química, serviços de alisamento, redução de volume, etc., ela nunca dá 100% de certeza sobre o resultado que a cliente deseja. Isso porque, se ela prometer, terá que entregar o resultado prometido. Por isso, ela diz que pode prometer apenas se aproximar do resultado desejado pela cliente. Essa é uma forma de ela se defender de possíveis insatisfações geradas com o resultado de seus serviços, tendo em vista a linha muito tênue entre a satisfação e a insatisfação do cliente para o prestador de serviço, devido à dificuldade em padronizar resultados, sobretudo quando se trata de química capilar.

Dessa forma, os usos de si por si e o uso de si por outros se misturam nesta profissão porque, ao mesmo tempo que os clientes prescrevem os serviços a serem realizados pelo profissional, é o cabeleireiro que detém todo o conhecimento necessário para realizar o serviço e o poder de decisão sobre a técnica e produto que acha mais viável para cada tipo de cabelo e serviço a ser realizado. Isso demonstra que os cabeleireiros estão o tempo todo transitando entre os usos de si pelos outros – já que eles precisam seguir aquelas regras que lhe são impostas pelas prescrições do trabalho, as regras de utilização de cada produto e atender à expectativa dos seus clientes – e usos de si por si, tendo em vista que eles precisam tomar as suas decisões e ir além do que

lhes fora imposto para alcançar o sucesso em suas empreitadas, reforçando, como afirma Schwartz (2000a), o trabalho como um lugar de negociação de conflitos.

5.2.2.2 RENORMALIZAÇÃO

Dentre os processos de renormalização encontrados na pesquisa, destacam-se aquelas que se referem ao nível macro da atividade de trabalho, como é o caso da desobediência às normas sanitárias por exemplo, e outras que estão no nível micro da atividade. Alguns profissionais têm consciência de que alteraram os processos do trabalho prescrito para tornar mais fácil, na visão deles sobre o que é o mais adequado, a sua atividade de trabalho.

Ao realizarem serviços de coloração, 3 profissionais, P1, P2 e P3, não utilizaram capa de proteção no cliente e nem avental de proteção profissional, correndo o risco de mancharem de tinta as suas roupas e as roupas de suas clientes. P2 admite que trabalha em desacordo com as regras, inclusive àquelas regras de divisão do cabelo para as execuções do serviço, mas argumenta que isso é necessário para adiantar o serviço e aumentar a produção, algo que ele diz fazer de acordo com as regras somente quando está ensinando alguém a executar o serviço. Isso demonstra o uso do seu corpo si, fazendo uso de si por si, quando o trabalhador, ao fazer as suas escolhas, assume riscos na sua atividade de trabalho (SCHWARTZ, 2010; MEZADRE; BIANCO, 2014; BATISTTI, 2014), nesse caso correndo o risco de danificar a roupa do cliente, de deixá-lo insatisfeito por isso ao optar por adiantar o seu serviço.

Durante o processo de instrução ao sócia P1, embora não tenha sido visto nenhuma vez utilizando capa de proteção no cliente enquanto aplicava coloração, tampouco utilizava luvas de proteção durante os procedimentos, deu a seguinte instrução em relação à capa:

Bom, se for cor escura você vai colocar... eu coloco a toalha escura no ombro e depois mais uma capa, geralmente escura também para não sujar a roupa da pessoa. Depois a gente vai colocar luva, né? Para né? Não ter o contato também da tintura com a mão da gente, com a pele e dividir o cabelo do

cliente se for necessário, faz a mistura da tinta e começa a aplicação, entendeu? (P1).

Isso demonstra o conhecimento das regras por parte de P1, ao mesmo tempo que corrobora a definição de renormalização que diz que o sujeito rompe com as regras preestabelecidas e desenvolve o seu próprio jeito de executar o seu trabalho (SCHWARTZ, 2000b; SCHWARTZ, 2015; SCHWARTZ, 2016; SCHWARTZ, 2017; CADET; MAHLAOU, 2018; DURRIVE, 2019).

Todos os profissionais, sobretudo P2, deixam claro que conhecem as prescrições sobre como deve ser executado um serviço de coloração, assim como os demais serviços de químicas capilares. No entanto, ao fazerem do seu jeito, corroboram a noção da atividade de trabalho que rompe com a primeira antecipação representada pelas normas prescritas, em que o trabalhador, conforme os seus valores e sua forma de ver o mundo, vai além do que foi prescrito e age de acordo com as singularidades de cada situação em um eterno processo de renormalização (DURRIVE, 2019). Embora, talvez não pareça nobre, deve-se considerar que os valores de mercado (SCHWARTZ, 2007; GUIMARÃES *et al.*, 2016) possam influenciar o profissional a entrar numa lógica produtivista e escolher executar o serviço mais rápido para ter a possibilidade de aumentar sua renda, de modo que o polo do mercado se sobreponha, nesse caso, ao polo das gestões (SCHWARTZ, 2007).

No salão Belezura, foi identificado o uso de produtos com formol para alisamento de cabelo, as chamadas escovas progressivas. Isso contraria a Resolução da Diretoria Colegiada 36 (RDC36) da Agência de Vigilância Sanitária (ANVISA, 2009), que reconhece os malefícios do uso do formol em salões de beleza e proíbe a utilização de produtos com esta substância com a finalidade de reduzir volume do cabelo. No entanto, neste salão existe uma norma antecedente em que os profissionais veem isso com naturalidade e os serviços são prestados normalmente como qualquer outro serviço do salão. A única situação que muda é que sempre que algum profissional está executando uma escova com formol alguém abre a porta para melhorar a ventilação e todos os outros profissionais que estão sem clientes saem do salão para não sentirem ardência nos olhos e vias respiratórias, como demonstrado no trecho do diário de campo (DC) a seguir, em que P3 até pede ao pesquisador que também saia do local na hora de escovar o cabelo da cliente:

Quando lavou o cabelo da cliente, P3 me pediu para sair do local para que ela pudesse secar o cabelo. Segundo ela, o cheiro seria forte e arderia meus olhos. Ou seja, a escova progressiva que ela faz contém formol, produto cancerígeno e prejudicial à saúde da cliente e, principalmente, da profissional que fica por um longo período secando vários cabelos com o produto durante sua jornada de trabalho. O dono do salão até abriu a porta do lado masculino por causa da fumaça e ardência nos olhos que o produto causa em quem estiver no ambiente. A profissional que executava o serviço fez a mesma coisa com a porta que fica do seu lado de trabalho, além de sentar a cliente na cadeira mais próxima da porta, lhe entregou uma toalha para colocar no rosto por causa da ardência. P3 usa uma máscara simples para executar o serviço, mas parece se incomodar com o cheiro do produto. Meus olhos ficaram ardendo e eu saí para fora do salão assim como fizeram os outros profissionais... quanto ao uso do formol, para ela isso é normal, disse que precisa trabalhar. Em relação à proibição da ANVISA, segundo ela, o fornecedor lhe informou que o produto que ele vende só tem o permitido, ou seja, 0,2%. Perguntei se ela sabe que ele está mentindo, pois, este percentual só serve para conservar o produto e que para alisar o cabelo é preciso um percentual bem maior. Ela acenou com a cabeça que sabe disso. No entanto, precisa trabalhar e as clientes pedem o serviço com o formol porque os outros produtos substitutos não deixam o cabelo tão baixo como elas gostam. Mesmo eu informando e questionando o fato do produto ser cancerígeno, ainda assim ela diz que precisa trabalhar e que o serviço é assim mesmo. Perguntei se ela pensa no futuro, sobre quanto tempo pretende trabalhar assim, e ela movimentou os ombros como se dissesse que não sabe responder (DC).

Ainda em relação ao formol e à proibição da ANVISA, P8 tenta justificar:

Ah! Não tem jeito. Tem muita cliente que só quer se for com formol. Não aceita a outra sem formol. Aí tem que fazer, senão ela faz em outro salão. Também, o que não faz mal hoje em dia? Uma fruta que você come pode te fazer mal, uma verdura, qualquer coisa pode fazer mal. Antigamente minha mãe comprava o leite e fervia ele uns três dias para não estragar e quando ele azedava ela usava para fazer bolo. Hoje a gente compra o leite no supermercado e ele está ali a quanto tempo? Imagina o que não deve ter dentro dele? Então a gente faz. A gente precisa trabalhar (P8).

Um fato que chamou a atenção é que esses dois profissionais utilizam os mesmos argumentos de que realizam a escova com formol porque suas clientes pedem e eles precisam trabalhar. Lembrando as três dimensões da atividade de trabalho (SCHWARTZ, 2007; GUIMARÃES *et al.*, 2016), ou seja, os três polos da atividade, esses cabeleireiros decidem executar o serviço mesmo conhecendo os malefícios que o produto utilizado oferece, considerando que todos os profissionais envolvidos neste coletivo de trabalho relataram em algum momento o desconforto de se trabalhar com o formol ou estar em um ambiente onde o produto estiver sendo utilizado (Polo da

Gestão), tendo como base os valores quantificáveis, como o quanto podem ganhar pelo serviço (Polo do Mercado), rompendo com as regras e normatizações sanitárias da RDC36/2009 da ANVISA que proibiu o uso de produtos com formol em salões de beleza (Polo da Politeia).

Como a atividade de trabalho é um momento de mediação entre o individual e o coletivo e entre os níveis micro e macro da vida social (SCHWARTZ, 2007), pode-se inferir que, mesmo sabendo da proibição da autoridade máxima em saúde do país em relação ao uso do formol, os cabeleireiros por meio do seu corpo si, embora estejam fazendo o uso de si pelos outros ao estarem trabalhando sob as normas da ANVISA, rompem com estas regras e elevam ao máximo o uso de si por si, aproximando-se da ilegalidade em sua atividade de trabalho.

Dessa forma, de acordo com a maneira como enxergam a realidade e o mundo que os cerca, o produto é manipulado com uma certa naturalidade pelo grupo que toma isso como norma antecedente, em que ninguém reclama quando algum profissional está utilizando o produto e todos tentam de alguma forma minimizar seus efeitos, seja abrindo as portas para correr ar natural, seja desligando o aparelho de ar condicionado, indo para o lado de fora ou mesmo fingindo que nada está acontecendo. É possível perceber como as regras e normas já estão bem estabelecidas neste coletivo de trabalho. Aqueles profissionais que não querem mais oferecer o serviço de selagem com formol ajudam os outros cabeleireiros que o fazem a realizar o seu trabalho com o menor desgaste possível. Um desliga o ar-condicionado, outro abre a porta, o cabeleireiro que tem a cadeira mais próxima da porta permite que o outro profissional sente sua cliente nela para que a fumaça vá com mais facilidade para o lado de fora e assim por diante. Quando algum profissional sente ardência nos olhos durante a secagem do produto ele se vira em direção contrária à direção da cliente para apertar os olhos, franzir a testa e manifestar o seu desconforto com a fumaça que exala da escovação.

Isso evidencia como os usos de si, a maneira de ser e de viver refletem as singularidades de cada indivíduo ao mesmo tempo que faz da atividade de trabalho um encontro histórico entre os diversos saberes presentes nas técnicas, nos coletivos e na experiência de trabalho (PORTO; BIANCO, 2016). Também reforça a afirmação de que a renormalização é um processo individual e coletivo ao mesmo tempo, porque

o indivíduo cria as suas renormalizações individuais, mas pela sua necessidade de se socializar com os outros indivíduos coloca estas renormalizações em debate com os seus coletivos ou grupos de trabalho para que surjam novas renormalizações que sejam comuns a todo o coletivo de trabalho (CADET; MAHLAOU, 2018).

5.2.3 O lado precário da beleza

O mercado de salões de beleza, pela sua própria dinâmica de trabalho, exige muito esforço físico e mental do cabeleireiro. Carga horária excessiva de trabalho, posições de trabalho desconfortáveis, muito tempo em pé, fragilidade dos vínculos trabalhistas, dentre outras dificuldades foram levantadas nesta pesquisa, como poderá ser visto nos dois subitens seguintes.

5.2.3.1 RELAÇÕES TRABALHISTAS: NEM EMPREGADO, NEM PATRÃO. VIVEMOS DE COMISSÃO

A profissão de cabeleireiro se encaixa dentro da definição de trabalho precário por se tratar de uma atividade autônoma onde grande parte dos trabalhadores trabalha por conta própria, sem nenhuma proteção social ou trabalhista, em situações precárias em seus estabelecimentos ou em outros salões de beleza sem registro nos órgãos competentes (FILGUEIRAS; DRUCK; AMARAL, 2004; ANTUNES, 2011; FRANCO; DRUCK; SILVA, 2010; OLIVEIRA; MOITA; AQUINO, 2016). Ainda que tais salões estejam registrados, as relações trabalhistas neste ramo são extremamente frágeis e vêm sendo ainda mais fragilizadas com a criação de novas leis que institucionalizam a precarização, como é o caso da Lei do Microempreendedor Individual (2008) e a Lei do Salão Parceiro (2016).

Todos os profissionais participantes da pesquisa vivenciam essa precarização e nem mesmo os proprietários escapam dessa amarra do trabalho precarizado. Embora os donos dos salões onde a pesquisa foi realizada às vezes, em suas falas, se identifiquem como patrões, eles também deixam claro que não têm muito domínio

sobre os seus empregados porque estes são “donos de si” ou “donos do próprio nariz”, como diz P2 e “precisam ser tratados como amigos” na fala de P1, lembrando o quão frágil é a relação patrão/empregado nesses dois ambientes.

E por estarem todos juntos neste mesmo barco chamado trabalho precário, dependem unicamente de sua força de trabalho individual correndo atrás da produção/comissão diária do seu trabalho, sujeitando-se a cargas horárias extensas de trabalho sem nenhuma garantia de futuro e colhendo as consequências maléficas desses excessos.

5.2.3.2 AS CONSEQUÊNCIAS DA CARGA HORÁRIA DE TRABALHO

A jornada de trabalho extensa foi relatada por todos os participantes da pesquisa. Aliado a isso, o cansaço e as dores, bem como os problemas de saúde causados pelo excesso de trabalho. Todos os profissionais se queixaram e/ou demonstraram, em algum momento, que esta atividade de trabalho produz muito desgaste físico, além de alguns se queixarem também do cansaço mental. Em geral, esses trabalhadores trabalham em média 12 horas por dia, sendo que em dias de muito movimento chegam a trabalhar até 14 horas em um único dia, conforme a demanda de clientes.

Embora esta pesquisa não tenha abordado a questão salarial, os problemas em relação à capacidade financeira de alguns dos cabeleireiros ficaram evidentes em suas falas quando relataram as suas agruras quando precisam tratar a saúde, devido às dores que o trabalho lhes causa, utilizando o Sistema Único de Saúde (SUS) por não terem acesso aos planos de saúde privados.

Esse é o caso de P5 que diz que quando trabalha muito fica extremamente cansada porque tem bursite no ombro esquerdo e bicos de papagaio na coluna. Ela depende de atendimento público e por isso não está tratando o problema. Disse que em dias de muitas dores vive à base de remédios e que pretende fazer o cartão de todos para ter pelo menos direito à consulta. Quanto ao horário de sair do trabalho, diz que em dias de pouco movimento pode ir embora a partir das 16h, mas que a maioria das vezes sai tarde do salão. Ela relatou, em uma conversa informal, que geralmente o início da semana é muito fraco e, normalmente, na terça e quarta-feira não atende ninguém, mas que na quinta, sexta e sábado trabalha muito e compensa os dias

parados. No entanto, de acordo com ela, em dias fracos sente um grande cansaço mental, diferentemente do dia em que tem muito trabalho, quando sente mais o cansaço físico que, de acordo com a expressão dela e entonação de voz, é mais tranquilo que o cansaço mental.

A profissional P5 conta que teve um dia que trabalhou das 8 às 20h direto. Ficou com tanta dor que não aguentou trabalhar no dia seguinte. Essa situação remete à afirmação de Oliveira *et al.* (2016) de que nos trabalhos precarizados e/ou informais os trabalhadores lidam com muita instabilidade e salários baixos, o que os obriga a cumprir jornadas extensas de trabalho para que possam aumentar sua renda e conseguir suprir suas necessidades de sobrevivência. Do ponto de vista ergológico, a profissional enfrenta uma dramática do uso do corpo si ao ter que decidir entre respeitar os limites do seu corpo ou continuar produzindo, mesmo sentindo dores, por entender que precisa aproveitar a demanda pelo seu trabalho para compensar os dias de pouco movimento. Nesse caso, ela faz o uso de si por outros quando aceita trabalhar extrapolando o limite de sua capacidade física para atender ao desejo de sua clientela.

Acompanhando os relatos de P5 e observando-a em seu trabalho, foi possível perceber que ela vivencia suas dramáticas do uso de seu corpo si quando precisa negociar entre os diversos valores que permeiam o seu dia a dia, por exemplo, a fragilidade de sua saúde e dificuldade em tratá-la por depender de atendimento público, sua necessidade de trabalhar para sustentar sua família, a obrigação que ela sente em satisfazer seu cliente mesmo se for um serviço que ela não gosta de fazer, dentre outros. Suas dramáticas de uso do seu corpo si são vivenciadas principalmente porque o seu corpo si, tendo como base a tríplice ancoragem (biológica, histórica e singular) de Schwartz (2014), utiliza toda a potencialidade do seu corpo físico sem respeitar o seu limite, causando-lhe problemas de saúde, talvez devido às suas experiências individuais (ancoragem singular) e à sua história de vida (ancoragem histórica) em que relata sua necessidade de sustentar a sua família por ser a única pessoa em sua casa que tem um trabalho fixo.

Trabalhar até tarde é uma norma antecedente do salão Belezura e outros profissionais também relatam o cansaço que sentem devido ao excesso de carga horária trabalhada. O participante P1 conta que já trabalha há muito tempo e que às vezes se

sente cansado, sente dores no corpo quando a carga de trabalho é mais intensa, algo que não acontecia quando era mais jovem. O fato de ele agora sentir a necessidade de trabalhar menos e estar mais junto de sua família e, ao mesmo tempo, temer a perda de clientes caso diminua sua carga horária de trabalho faz com que ele vivencie uma dramática (TRINQUET, 2010; SCHERER; PIRES; JEAN, 2013; HOLZ; BIANCO, 2014; SCHWARTZ, 1998; SCHWARTZ, 2014) em seu negócio, considerando a sua dupla função de cabeleireiro e administrador de seu negócio.

Embora seja mais desafiador analisar uma atividade de trabalho que não seja realizada a nível operacional, é possível apontar alguns caminhos para a reflexão sobre esse assunto. Se trabalhar é gerir o uso de si no debate contínuo entre o que se espera que seja feito e o que é realizado de fato e o trabalhador realiza suas escolhas ao executar seu o trabalho, mobilizando seu corpo biologicamente, fisicamente e intelectualmente, sempre tentando se livrar dos enquadramentos que lhe são impostos (REBECHI, 2015), P1 se encontra em uma situação de conflito na qual tem que arbitrar entre os diversos valores que permeiam sua atividade de trabalho. O seu corpo si, seu centro organizador, procura hierarquizar os seus saberes e valores, buscando conciliá-los em seu projeto de vida. Sendo assim, ele vivencia uma situação conflitante, uma dramática de uso do corpo si quando precisa escolher entre diversos valores que implicarão riscos (SCHWARTZ, 1998; SCHWARTZ, 2016; SCHWARTZ, 2010; MEZADRE; BIANCO, 2014, NASCIMENTO, 2016), seja o risco de perder parte de seus clientes e prejudicar o seu negócio, sejam os riscos de prejudicar mais a sua saúde, além de ficar mais ausente da família.

O profissional P1 disse que trabalha das 8h às 20h e que às vezes chega em casa por volta de 21h e ainda sai com os filhos e a esposa para tomar sorvete, por exemplo. Embora chegue já cansado em casa, ele diz que é preciso dar atenção à família. Durante o período de observação, foi possível perceber que, enquanto conversava com um cliente durante o atendimento, disse que dorme tarde, por volta de meia noite, 1h da manhã e, no máximo, às 6h já está de pé para ir para o salão novamente. Apesar de dizer que vai trabalhar motivado, admite que o grau de cansaço é muito alto e que não raramente vai trabalhar com sono devido ao fato de não conseguir dormir o suficiente. Ele acaba reconhecendo, em parte, o mal que o excesso de trabalho lhe causa:

É stress né? Sou hipertenso, com certeza deve ser do tempo (de profissão) né? [...] Cansado né? Bastante cansado. Se for final de semana então, moído, entendeu? Hoje é mais tranquilo. Hoje, amanhã, quarta. Quinta, sexta e sábado já começa... chega meio cansado, sábado então tá... muito cansado (P1).

Outro profissional que também fala sobre o desgaste físico de sua profissão é P2, ao relatar que trabalha em média 12h por dia e que, de vez em quando, trabalha até mais. Embora diga que se sente bem fisicamente, ele revela que já teve muita dor em um dos braços há algum tempo: “Eu já tive impossibilitado de trabalhar aqui com esse braço aqui enfaixado” (P2).

Ainda em relação ao cansaço provocado pelo excesso de horas trabalhadas, P3, embora ainda jovem, apenas 28 anos de idade, diz que sente um cansaço muito grande em dias de muito movimento. Ela costuma trabalhar no mínimo das 8h30 às 18h30. Durante o trabalho de campo, teve um dia que ela saiu do salão às 21h40 porque estava fazendo uma selagem com formol em uma cliente. Segundo ela, em relação às dores, toma remédios quando tem muito serviço porque ela sente dores nos braços, na coluna e nas pernas, mas precisa trabalhar. A respeito disso, ela afirma que: “A saúde vai *pro beleléu* também, rrsrsr. Tudo vai... num sei [...] Eu tenho que aprender a lidar com isso, não tem jeito não. Eu tomo remédio e vou trabalhando, não tem jeito, rrsrsrs” (P3).

Para além do desconforto físico, ela ainda tem, às vezes, problemas para dormir quando não consegue alcançar o resultado esperado por ela e por suas clientes. Ela disse que fica muito chateada quando o resultado não fica bom, principalmente quando a cliente demonstra insatisfação, fazendo com que ela não queira nem cobrar pelo serviço prestado. Em seus relatos informou que não vem animada trabalhar e que o ânimo chega depois com o desenrolar do serviço porque o corpo vai acostumando. Além disso, afirmou que não consegue trabalhar bem se sua agenda estiver muito apertada porque se sente travada e, por isso, acaba trabalhando mais devagar do que o de costume. É possível afirmar que o seu corpo si, descrito por Schwartz como um sábio desconhecido, utilizando-se da tríplice ancoragem, determina o ritmo ideal de trabalho necessário para que ela se mantenha saudável, sendo que, pela ancoragem biológica, o trabalhador está sempre em busca de saúde;

pela ancoragem histórica, as dramáticas produzidas pelo debate de normas só adquirem sentido em um determinado momento particular da história – nesse caso, quando a agenda está muito apertada –; e pela ancoragem singular, onde o seu corpo si se faz presente em sua experiência individual e na forma como ela negocia as suas dramáticas em relação aos valores que a rodeiam (SCHWARTZ, 2014), nesse caso, por exemplo, como ela negocia entre as possibilidades de atender mais clientes, ganhar mais dinheiro, deixar mais clientes satisfeitos ou insatisfeitos, ficar mais cansada etc.

Foi possível perceber também o cansaço de P4 que, embora tenha dito na entrevista que não se cansa porque se cuida e por isso está bem fisicamente, não consegue esconder de vez em quando o seu cansaço, como pode ser visto em um trecho do diário de campo:

Enquanto tem o seu cabelo escovado, a cliente permanece o tempo todo no celular. A profissional, de vez em quando, balbucia bem baixinho alguma música de sua preferência. Parece que é uma forma de relaxar um pouco enquanto executa o serviço. Ao terminar a escova, vem até o caixa deixando a cliente na cadeira falando com alguém ao celular. Ao chegar perto do caixa fala sussurrando "que cansaço!". Conversa com a dona do salão e volta para passar chapinha no cabelo da cliente. [...] Depois da escova, enquanto fazia chapinha, novamente reclamou de cansaço, agora para todos ouvirem (DC).

É possível que ao expressar verbalmente o seu cansaço, P4 esteja procurando uma forma de aliviar as tensões que o trabalho lhe impõe, tendo em vista que o corpo possui limites e potencialidades e está sempre em busca de saúde (SCHWARTZ, 2014). A escova é um dos serviços que parece provocar mais dores nos cabeleireiros. Geralmente, as queixas aparecem principalmente em relação a esse serviço. P6 confirma esse desgaste quando diz:

Dói principalmente o dia que você... que você trabalha bastante assim, chega à tarde dói a mão, o ombro. Uma escova, esse negócio assim né, dói. Coisa repetitiva né? [...] Eu trabalho de 8:00 às 6:30 (p.m.) [...] O quê que acontece? Você vai trabalhando com isso aí, você vai danificando o seu corpo todinho né?... Principalmente, você vai ficar muito aqui ó (mostrou a posição do braço acima do ombro segurando o secador) dor no braço, você vai é... LER né?... Vai chegando uma hora que você vai adquirindo esse negócio aí [...] acaba ficando normal porque seu...é o dia a dia, tem que fazer (P6).

Outro que fala das dores provocadas pelo trabalho é P8, que também enfatiza o cansaço mental produzido em sua atividade de trabalho:

A gente trabalha em pé, a gente faz esforço braçal, a gente faz esforço mental. Então a gente acaba que a cada dia de trabalho a gente vai para casa um pouco mais cansado, né? Sente dores no pé, na perna por estar em pé, sente dor nas costas, é... a mão nem tanto, mas é um trabalho que cansa, é um trabalho braçal, a mente porque lidar com as pessoas não é uma situação fácil. Tem pessoas que são ótimas, agora tem pessoas que nem tanto, e por aí vai [...] às vezes chega em casa com dor de cabeça porque é o lidar com as pessoas em si que não é... não é fácil mesmo. Eu consigo lidar com esse tipo de coisa ainda, né? Vamos ver até quando, mas ainda eu consigo lidar (P8).

Como se pode ver, os cabeleireiros, em geral, se queixaram de dores e cansaço físico e mental pelo excesso de trabalho, muito comum na profissão. Embora em seu trabalho o trabalhador sempre faça o uso de si por si quando toma para si o poder de decidir o que e como fazer, ele também sempre está sujeito a cumprir, em parte, as determinações que lhe são impostas por outros (SCHWARTZ, 2000a; REBECHI, 2015; NASCIMENTO, 2016), sendo que os outros podem ser os seus superiores, colegas de trabalho, clientes (ROTH, 2018), os que pagam pelo trabalho, os avaliadores ou os que prescrevem as regras (HOLZ, 2014). Além das regras, normas e prescrições, os valores constituídos historicamente também são impostos aos trabalhadores (SCHWARTZ, 2017).

No caso dos cabeleireiros, é comum clientes pedirem para serem atendidos depois do horário em que saem do trabalho. Para os profissionais que trabalham com maquiagem e penteado, é frequente a necessidade de clientes serem atendidos mais tarde para saírem do salão diretamente para festas e eventos. Embora não haja oficialmente um horário de encerramento nos salões onde a pesquisa foi realizada, o que teoricamente poderia lhes dar o direito de saírem mais cedo, os cabeleireiros, em sua maioria, se sentem obrigados a trabalhar enquanto tiver cliente demandando os seus serviços. Ou seja, são os clientes que definem o horário de encerramento de cada profissional, corroborando o conceito de uso de si por outros.

O fato de os profissionais se sentirem obrigados a trabalhar sem horário definido de encerramento, e, por isso, se submeterem à carga horária excessiva de trabalho, também pode ser analisado utilizando-se o conceito de normas antecedentes. Considerando que as normas antecedentes são próprias dos meios humanos e estão

sempre presentes em todos os ambientes e têm relação direta com o “[...] mundo histórico e social” (SCHWARTZ, 2016, p. 94), as regras e normas, portanto, são estabelecidas de acordo com as experiências de determinado grupo, de acordo com a sua história e são pautadas pela ética social na qual esse grupo está inserido. Além disso, elas precedem qualquer existência individual e variam em seu modo e grau de formulação e formalização, bem como varia a sua estabilidade, a sua antiguidade, o período de tempo em que surgiram, além das variações geográficas e culturais (SCHWARTZ, 2015). Por isso, pode-se afirmar que, pela peculiaridade da profissão, em que os clientes vão ao salão geralmente quando não estão trabalhando e, por isso, muitos só vão depois do horário comercial, muitos salões optaram por funcionar até mais tarde para que pudessem dar conta dessa demanda. Sendo assim, quando entra um novo profissional no mercado, ele já é inserido neste ritmo de trabalho visto como normal nesta profissão, reforçando como o conceito de normas antecedentes é importante no mundo do trabalho.

Algumas situações vistas como normais na atividade de trabalho dos cabeleireiros colocam em risco a saúde dos profissionais e dos clientes, sem que os envolvidos nestas situações de trabalho nem se deem conta dos riscos que correm durante a execução do serviço. Este é o caso do serviço de barba em que nenhum dos profissionais utilizam luvas para a sua execução. Ainda que não sejam obrigados a utilizá-las por falta de legislação específica, existe o risco de contaminação, principalmente do cabeleireiro que lida com gotículas de sangue do cliente sem nenhuma proteção. Ao ser indagado se já tinha entrado em contato com sangue de clientes ao barbeá-los, P6 disse que sim e que não via nenhum problema nisso, não achava que corria risco de contaminação e, por isso, não precisaria usar luvas de proteção. Embora o trabalhador, em sua atividade de trabalho, esteja sempre buscando a saúde (SCHWARTZ, 2007; SCHWARTZ, 2014; SCHWARTZ, 2015; SCHWARTZ, 2017; ROTH, 2018; CADET; MAHLAOU, 2018), esse processo deve passar pela conscientização do profissional que precisa ter conhecimento dos riscos que corre ao executar o seu trabalho. Nesse caso específico, P6 nem tem consciência dos riscos que esse serviço oferece em relação a uma possível contaminação por não saber que precisa proteger a si e ao seu cliente.

Embora esses cabeleireiros passem por diversas situações em que é possível ver como é grande a precariedade do trabalho nesta profissão, também identificou-se que

eles têm domínio sobre o trabalho que executam e os saberes que conseguiram construir em suas atividades de trabalho.

5.2.4 Novos saberes

A função do Dispositivo Dinâmico de Três Polos (DD3P) é integrar, por meio do diálogo, os saberes acadêmicos com os saberes adquiridos na prática do trabalho (SCHWARTZ, 2000). Ao analisar as situações de trabalho nos salões de beleza, pôde-se perceber o quanto os cabeleireiros participantes da pesquisa foram capazes de produzir conhecimentos na prática diária de trabalho.

O diálogo criado entre pesquisador e pesquisados durante o tempo em que foi realizado o trabalho de campo conseguiu, de certa forma, alcançar o terceiro polo do DD3P quando a troca desses conhecimentos se tornou possível por meio das conversas informais durante a observação direta, durante as entrevistas individuais e também na aplicação da técnica de instrução ao sócia. Vários profissionais relataram experiências em que modificaram a forma de trabalhar, criaram suas próprias técnicas para conseguirem melhores resultados em seus serviços ou adiantar o processo de execução para tornar o serviço mais fácil. Eles reconhecem que os cursos de formação e aperfeiçoamento são importantes, mas que é na prática que conseguem ver o que funciona melhor em cada serviço que executam. As mudanças de protocolos de aplicação de produtos são um exemplo de como estas renormalizações acontecem.

5.2.4.1 O DOMÍNIO SOBRE O TRABALHO E OS CONHECIMENTOS ADQUIRIDOS NA PRÁTICA

Sobre os conhecimentos adquiridos na prática, P3 disse que muita coisa não aprendeu nos cursos. Tanto a depilação quanto sobrancelha e escova modelada, ela aprendeu no dia a dia do salão. No início da carreira, como ela trabalhava em salões de periferia, onde tem muito cabelo afro, precisava usar a chapinha em toda escova

que fazia para que o cabelo ficasse bem liso. Ela não tinha conhecimento da escova modelada, ou seja, aquela escova cujo resultado final é um cabelo ondulado. Quando passou a trabalhar em bairro de classe média, onde tem menos cabelos afros, é que precisou aprender a fazer a escova modelada, algo que diz não ter sido fácil aprender a fazer do jeito que as clientes desejavam.

As normas antecedentes encontradas nos salões de classe média eram diferentes daquelas normas com as quais ela estava acostumada nos salões de periferia. Essas normas antecedentes são próprias dos meios humanos e são encontradas em todos os lugares e têm uma relação direta com o mundo histórico e social de cada grupo (SCHWARTZ, 2016). Isso explica porque P3 ainda não havia aprendido a executar a escova modelada antes de começar a trabalhar nos salões do bairro, onde hoje ela atua. Ou seja, esse tipo de serviço não fazia parte de sua realidade anterior.

Com relação aos cursos, P4 diz que eles são importantes, porém são muito de base e não ensinam a praticidade, coisa que se aprende de verdade somente no dia a dia de trabalho. Disse que a praticidade adianta o serviço e é na prática que o profissional se desenvolve melhor. Segundo ela,

[...] por mais que você faça um curso, você é orientado, mas cada um tem o seu... seu jeito peculiar talvez, seu jeitinho de trabalhar ... uma coisa é a teoria, e cada um tem o seu caminho mais fácil de executar o serviço. Eu acho que é mais por esse lado ... você vê a pessoa fazendo, não é aquela forma que vai ser a melhor para você. Às vezes você tem um caminho mais fácil, que dá um resultado melhor ou o mesmo resultado que seja [...] você vai no curso [...], mas às vezes, eles te dão um caminho um pouco mais distante, talvez para que você ou fique mais tempo, isso em qualquer curso, né? ... Ou que você fique mais tempo, ou que dificulte um pouquinho, não sei qual é a intenção, mas assim, quando você pode pegar o caminho, essa direção aqui certa para... para você chegar no mesmo objetivo, é muito melhor (P4).

Esta consciência e clareza de P4 em fazer o que é melhor para si mesma na execução do seu serviço, e não aquilo que o outro lhe apresenta como sendo o jeito correto de se fazer, reforça a ideia de renormalização como sendo um processo pelo qual o trabalhador, no uso do seu corpo si, conhecendo as normas existentes, busca, a partir da sua experiência, dos seus valores e da sua forma de ver o mundo, fazer o uso de si por si para não somente executar as regras que lhe são impostas pelo uso de si por outros, mas, sobretudo, adaptar essas prescrições, criar suas próprias normas e alterar os processos de trabalho, tendo como fim, mesmo que não lhe seja muito claro,

criar um caminho que seja mais fácil para si no trabalho, preservando a sua saúde (SCHWARTZ, 2000a; TRINQUET, 2010; PETRUS, 2017), tornando-se autor de suas ações (DURRIVE, 2019) e fazendo história ao transformar a atividade e a si mesmo.

Fazer história e transformar a si mesma também se fez presente na vida de P5 que criou a partir de suas experiências e experimentos um novo processo de fazer a selagem para atender à necessidade de uma cliente específica. Segundo ela, esta cliente queria um alinhamento mais leve no cabelo, mas sem alisar. Então ela foi fazendo testes com o próprio cabelo até chegar à conclusão de que, ao misturar um creme de hidratação no produto destinado à selagem e deixar uma pausa de somente meia hora, consegue dar brilho no cabelo e deixá-lo alinhado. Ou seja, embora ela saiba das prescrições que determinam como o serviço deve ser executado, na tentativa de antecipar a atividade de trabalho (DURRIVE, 2019), ela avaliou a situação para depois decidir o que deveria ser feito e, tendo como base os seus valores, rompeu com a primeira antecipação, a qual tenta por meio das regras antecipar o que o trabalhador deve fazer, e se tornou protagonista da situação de trabalho, decidindo o momento da ação, indo além e a partir da prescrição, culminando na segunda antecipação (DURRIVE, 2016; DURRIVE, 2019).

Outra situação que chamou a atenção é a habilidade de finalização do corte masculino que P6 desenvolveu, conforme trecho do diário de campo:

À mão livre, somente com a tesoura na mão direita, apoia um dos dedos no couro cabeludo do cliente, coloca a ponta da tesoura para cima, ferramenta bem paralela à lateral direita e aparas as pontinhas excedentes, movimentando apenas o dedão da mão direita. Ele faz o mesmo do outro lado. Depois do corte perguntei para ele se ele tem conhecimento de que ele usa um dedo de apoio para a tesoura e ele disse que sim, para dar mais firmeza (DC).

Segundo ele, com o passar do tempo foi percebendo que dessa forma conseguiria aparar pequenas pontinhas que ficam após o corte do cabelo e isso melhoraria o resultado final do seu serviço. P6 nunca fez curso de cabeleireiro e aprendeu a cortar cabelo vendo seu pai, que também não era profissional, cortando cabelo dos amigos e vizinhos. Ele aprendeu apenas observando. Disse que trabalhou em outras profissões, mas acabou optando por continuar como cabeleireiro por perceber que se sentia bem nesta área. Ele foi o único profissional que durante todo o trabalho de

campo teve essa habilidade observada. Essa facilidade que ele tem em fazer esses ajustes na finalização dos cortes masculinos à mão livre corrobora Petrus (2017), que fala sobre a singularidade da atividade de trabalho como uma produção pessoal que acontece conforme as habilidades e traços individuais do trabalhador que utiliza todos os seus conhecimentos adquiridos durante sua trajetória de vida como suporte para lidar com as diversas situações de trabalho.

Os macetes e a agilidade na execução do serviço, segundo P7, vão surgindo à medida em que o profissional vai ganhando experiência. Ele relatou um aprendizado que só foi possível graças a um curso que fez uma vez em São Paulo:

Você vai criar malícia, tem uns segredinhos que você leva escondido com você ali pra resolver qualquer situação, entendeu? [...] você sabe que tem cabelo que não abre por nada, ele não abre os poros, se ele não abrir os poros não adianta você jogar produto em cima que não vai adiantar. Então, quando eu fui fazer um curso em São Paulo, que um... um profissional lá, até um coroa, ensinou o macete para gente resolver essa situação, eu não imaginaria de nós... de um dia eu cair nessa situação porque quando você lava o cabelo com antirresíduo, qualquer xampu que seja, quando você passa a mão nele o contrário, fica igual escama de peixe, né? Sua mão não desce. Tem cabelo que você pode passar tanto pra um lado quanto pro outro que ele fica liso. Eu nunca imaginava na minha vida que você ia resolver essa situação com detergente. Você pega escondido, você não vai mostrar pro cliente, né? Você pega escondido lá, vê um cheiroso, um de coco, limão e tal, aí você... você viu que... que não abriu, você passa ali, na hora que você passa ali, o cabelo abre na hora, fica igual um arame, você joga o produto em cima, ele penetra e seu serviço tá ... tá finalizado, você entendeu? (P7).

Esse pode ser um exemplo de como o trabalhador, como protagonista da atividade, adquire saberes que só são possíveis a partir de sua experiência de trabalho (SCHWARTZ, 2000a). Não se pode desprezar também a importância da troca de experiências, porque o trabalhador pode aprender com as suas próprias experiências e com as experiências do outro, de forma que estes novos conhecimentos se somam à sua reserva de saberes e alternativas que serão utilizados em seu dia a dia de trabalho conforme a particularidade de cada situação (SCHWARTZ, 2017).

Em sintonia com essa afirmação, segundo P7, o profissional depois de um certo tempo de trabalho, nesta profissão, começa o corte de cabelo em qualquer parte que quiser, não precisa respeitar o que é ensinado nos cursos porque ele já sabe o que fazer. No entanto, se for seguir as regras do curso terá que começar o corte sempre pela nuca.

A respeito dos saberes produzidos na atividade de trabalho e dessa capacidade de adaptação das regras por parte do trabalhador, ele acaba formulando uma frase que se encaixa perfeitamente no conceito de renormalização:

Acho que o seguinte... você aprende de um jeito e faz do outro devido o seu dia a dia né?... Então você acaba fazendo até errado, mas... acaba dando certo, fica normal. Mas é uma coisa assim... Você aprende certo, faz o errado pra ficar certo (P7).

Sobretudo, essa última frase, “Você aprende certo, faz o errado pra ficar certo” corrobora Roth (2018) quando diz que o trabalhador acaba fazendo o que não deve ser feito, conforme a prescrição da tarefa, para alcançar o resultado esperado. Depois de aplicado o processo de instrução ao sócia, foi possível estabelecer um diálogo com P7, em que ele pôde compreender que na verdade não há nada de errado em executar seu trabalho da forma como ele executa porque é isso que torna viável a sua atividade de trabalho. Não se trata de estar certo ou errado por não seguir à risca as regras. Pelo contrário, é a partir da renormalização que o protagonista da atividade consegue exercer seu trabalho da melhor forma possível, fazendo o uso de si por si em confrontação com o uso de si por outros (SCHWARTZ, 2000b; SCHWARTZ, 2015; SCHWARTZ, 2017; DURRIVE, 2019).

Ainda em relação à relevância dos cursos e dos processos de renormalização, P8 também reconhece que os cursos são importantes, mas entende que a prática é fundamental no processo de aprendizagem:

Cortar cabelo, masculino, feminino, a gente aprende de um jeito no curso, só que... pessoalmente você vê que... é diferente porque você pega, são cabeças diferentes, são jeitos diferente. Acaba que vai apropriando mais, vai mudando as técnicas. Então você no seu dia a dia, se você sabe o que você tá fazendo, se você vê o colega, o que colega tá fazendo, você aprende mais olhando e fazendo no dia a dia do que um curso pode ensinar. Assim foi com maquiagem, foi com o penteado, foi com muitas coisas. Tem muita coisa que o curso me ensinou, assim, a técnica certinha [...] Acho que na verdade que os dois ensinam, só que no seu dia a dia você aprende muita coisa que o curso não ensina (P8).

Ele também conta que com a experiência ele melhorou muito seu aprendizado na maquiagem:

[...] quando eu comecei a maquiagem, eu fazia o rosto inteiro, a face toda para depois fazer o olho e eu vi que eu tava perdendo muito tempo porque a pessoa chorava e estragava realmente o que foi feito. Estragava a parte do corretivo, estragava a parte do blush, da base. Então hoje eu faço o olho primeiro para depois fazer o restante porque eu ganho mais tempo... Então, o curso... que eu fiz ensinava a fazer o olho por último (P8).

A partir de todos esses trechos descritos até aqui, é possível perceber a importância da experiência de trabalho para a construção do conhecimento. Isso não diminui a importância das capacitações, mas é na prática que o trabalhador percebe a necessidade de adaptação das prescrições para que o trabalho seja realizado. Nesse processo de renormalização, mesmo não estando livre para fazer as coisas exatamente como gostaria, por estar sujeito às regras que o trabalho lhe impõe, o trabalhador acaba se desviando, até a um certo ponto, dessas imposições para conseguir realizar o seu trabalho, de modo que ele consegue arbitrar entre aquilo que lhe é exigido e aquilo que ele exige de si mesmo (ROTH, 2018), isso porque ele precisa tornar mais fácil o seu trabalho, alinhando os padrões e normas não convergentes para preservar a sua saúde (SCHWARTZ, 2017; ROTH, 2018), construindo, dessa forma, sua reserva de conhecimentos que serão utilizados como alternativas para o seu dia a dia de trabalho (SCHWARTZ, 2017). O trabalhador busca, a partir de suas experiências e saberes adquiridos, refletir sobre o que deve ser feito e como deve ser feito o seu trabalho, para que possa alcançar os objetivos desejados (PETRUS, 2017), tanto em relação ao que os outros esperam dele quanto em relação ao que ele espera de si mesmo.

A partir de todos esses destaques, além das considerações já feitas, também é possível identificar que os cabeleireiros são profissionais que, diferentemente dos trabalhadores da indústria, dominam todo o processo de produção de seus serviços. Eles recebem seus clientes, definem juntamente com eles o serviço a ser executado, sugerem alterações a partir do desejo de seus/suas clientes e a condição do cabelo de cada um, executam e finalizam o serviço. De acordo com relatos de alguns profissionais, alcançar a satisfação de seus clientes faz com que eles se sintam felizes e realizados na profissão. Um exemplo vem de P4 que disse ficar muito feliz quando consegue fazer uma transformação no cabelo da cliente:

É quando eu faço uma transformação mesmo sabe? Quando a cliente permite, mesmo que dentro dos limites dela, que eu trabalhe com liberdade né, porque...eu...quando eu sinto segurança nela também, né? Que ela... ela

me passa confiança. É... e eu gosto de fazer umas *mechas bem bonita* com um corte bem bonito, com uma escova bem modelada, bem bonita, são trabalhos que fazem diferença no cabelo.... Não é só lavar o cabelo e secar não. Você realmente vê a diferença no trabalho, no cabelo né? (P4).

Outro motivo que gera satisfação no profissional é relatado por P8, ao dizer que sua profissão é prazerosa porque

[...] você tá ajudando fisicamente a pessoa ficar melhor, a pessoa se sentir melhor, a pessoa se olha e se vê um pouco melhor. Às vezes a pessoa chega aí meio para baixo procurando algo diferente no seu cotidiano então você pega e ajuda ela se sentir um pouco melhor no dia dela também, então acaba que ela... nos dois aspectos aí é mais prazerosa (P8).

Esse domínio que os cabeleireiros têm sobre todo o processo de trabalho e o retorno imediato que recebem de seus clientes gera grande satisfação aos profissionais. Além disso, valores pessoais como fazer bem ao próximo, melhorar a autoestima dos seus clientes, tornar as pessoas mais felizes, estabelecer amizade com os clientes, dentre outros valores, são aspectos muito fortes que contribuem para que esses profissionais se mantenham na profissão apesar das dramáticas experimentadas por eles no dia a dia de trabalho. Ao chegar ao final deste capítulo, pode-se afirmar que os cabeleireiros conseguem valorizar seus saberes específicos, construídos em sua atividade de trabalho, e transformar as situações de trabalho por meio da apropriação das regras e normas prescritas que são retrabalhadas para tornar mais saudável o seu meio de trabalho (SCHWARTZ, 2000).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo compreender, pela lente ergológica, as dramáticas do uso do corpo si no exercício da profissão de cabeleireiro e os saberes construídos na atividade de trabalho desses profissionais. Para alcançar esse objetivo, seguiu-se o caminho proposto pelos objetivos específicos nos quais foram descritas as prescrições do trabalho para o exercício dessa profissão e foram analisadas as situações vividas pelos participantes da pesquisa para compreender as dramáticas envolvidas nas atividades de trabalho. A produção de dados permitiu que se discutisse com os participantes da pesquisa sobre a sua atividade de trabalho e os saberes produzidos na vivência da profissão.

A vivência do pesquisador nessa profissão influenciou o interesse em trazer para o setor de serviços de beleza a discussão ergológica com o intuito de conhecer mais sobre a atividade de trabalho do cabeleireiro para melhor intervir e transformá-la. Até então não foram localizados estudos ergológicos em salões de beleza que tratassem das dramáticas do uso do corpo si vivenciadas pelos profissionais cabeleireiros no seu dia a dia de trabalho. A partir deste estudo, foi possível compreender que os cabeleireiros possuem amplo domínio sobre o processo de produção do seu trabalho e isso é um dos motivos pelos quais tantos profissionais se mantêm na profissão, apesar das agruras que sofrem para exercerem o seu trabalho.

Dentre as dramáticas vivenciadas por esses profissionais da beleza, destacam-se o excesso de carga horária de trabalho, o cansaço e as dores provocadas por este excesso, as alergias a produtos químicos, o medo e a insegurança em relação ao futuro na profissão e os resultados inesperados na prestação do serviço envolvendo o uso de produtos químicos. Ao estudar as dramáticas do uso do corpo si desses cabeleireiros, chegou-se à conclusão de que um dos principais problemas para esses profissionais é a condição de precariedade na qual estão inseridos. De modo geral, esses profissionais são registrados como Microempreendedores Individuais (MEI) e trabalham sem nenhuma proteção social ou trabalhista, com previsão de se aposentarem com direito a apenas um salário mínimo, o que faz com que eles pensem em continuar atuando na profissão mesmo depois da aposentadoria por saberem que não terão renda suficiente para se manterem com dignidade. Resta saber até quando

cada um deles conseguirá se manter ativo na profissão. A realidade vivida por esses profissionais está cada dia mais presente no mundo do trabalho, o qual se torna cada vez mais instável, frágil, inseguro e volátil.

Quanto aos saberes construídos na atividade de trabalho, os profissionais admitem a importância dos cursos de aperfeiçoamento, mas reconhecem que é na prática que se desenvolvem de fato, ou seja, o corpo si aprende e cada um passa a fazer o serviço do seu jeito. Esse corpo si profissional incorpora a mudança dos protocolos de aplicação de produtos nos cabelos, o posicionamento na realização da maquiagem, uma maneira específica de manusear a tesoura ou a escova durante um processo de corte ou escovação, o fazer testes em si mesma para descobrir uma forma de se reduzir o volume de cabelo da cliente sem deixar o cabelo dela completamente liso, em um misto de hidratação com relaxamento capilar desenvolvido pela profissional. Contudo, o que ficou mais claro na pesquisa é o controle sobre o processo de produção do seu trabalho incorporado no corpo si, tendo em vista que é o profissional quem interpreta o desejo e a necessidade do(a) cliente, escolhe o tipo de produto a ser utilizado no serviço e a técnica de aplicação que quase sempre foge à prescrição, como o tempo de pausa do serviço ou o momento exato de paralisar o processo e como o cabelo será finalizado.

A pesquisa buscou contribuir para o enriquecimento dos estudos organizacionais e do trabalho, pautados na analítica da Ergologia no Brasil. Estudar o uso do corpo si no exercício da profissão dos cabeleireiros trouxe à luz a possibilidade de contribuir com a teoria ergológica a partir da existência da contra-atividade de trabalho quando o trabalhador, fazendo o uso de si por si, tenta evitar que a atividade aconteça. Essa talvez seja a grande contribuição deste trabalho para o campo da Ergologia, tendo em vista que a Ergologia é uma *démarche* em desenvolvimento, e acredita-se que o uso de si por si somente acontece na atividade de trabalho. Contudo, é necessário que sejam feitos outros estudos nesse sentido, tanto para uma melhor clareza sobre o assunto quanto sobre a possibilidade de existência da contra-atividade de trabalho em outras profissões e em outros meios de trabalho, verificando inclusive se, de alguma forma, isso acontece também no meio industrial, tão estudado pela Ergologia. Uma pista seria o direito de recusa já presente nas normas para trabalhos que envolvam riscos reconhecidos para a atividade.

Dentre as limitações deste estudo, pode-se destacar: 1) o tempo disponível do pesquisador para o trabalho de campo, que só pôde fazer uma visita semanal em cada salão, o que diminuiu a possibilidade de captação de mais informações que poderiam enriquecer mais a pesquisa; 2) o fato de o pesquisador ser cabeleireiro pode ter feito que, por algumas vezes, ele incorresse no óbvio e deixado de enxergar detalhes importantes para serem analisados; 3) o pouco tempo disponível não permitiu maior aprofundamento sobre a contra-atividade de trabalho; 4) como o trabalho de campo foi realizado antes da pandemia do coronavírus, não foi possível analisar os impactos dessa crise na vida dos profissionais que participaram da pesquisa, algo que pode ser analisado em estudos futuros.

Contudo, apesar dessas limitações, é possível afirmar que este estudo ergológico proporcionou aos envolvidos na pesquisa maior apreensão sobre sua atividade de trabalho e entende-se que abriu caminho sobre uma nova possibilidade de investigação científica no campo da Ergologia.

REFERÊNCIAS

- ALVES, W. F. Crítica à razão gestonária na educação: o ponto de vista do trabalho. **Revista Brasileira de Educação**, v. 19, n. 56, p. 37-59, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782014000100003&script=sci_arttext. Acesso em: 12 ago. 2019.
- ANA, G. R. et al. Indoor air quality and reported health symptoms among hairdressers in salons in Ibadan, Nigeria. **Journal of Chemical Health and Safety, Nigeria**. v. 26, n. 1, p. 23-30, jan./fev. 2019. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1871553218300719>. Acesso em: 05 abr. 2019.
- ANTUNES, R. Os modos de ser da informalidade: rumo a uma nova era da precarização estrutural do trabalho? **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 405-419, jul./set. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-66282011000300002&lng=pt. Acesso em: 04 ago. 2020.
- ANVISA. **Resolução- RDC nº 36**. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/5126700/4133525/ResoluuoRDCANVISA3609.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE HIIHENE PESSOAL, PERFUMARIA E COSMÉTICOS. **Panorama do Setor de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos: Resultados 2017**. 2018. Disponível em: <https://abihpec.org.br/publicacao/panorama-do-setor-2018/>. Acesso em 27 mar. 2019.
- AZEVÊDO, C. C. **Integração ensino-serviço em Unidades Básicas de Saúde do município de Maceió**: preceptorias do PET-Saúde/Saúde da Família na perspectiva da Ergologia e da Política Nacional de Humanização em Saúde, 2013. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/13936/1/450.pdf>. Acesso em: 05 abr. 2019.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BATISTA, F. E. A. A idealização corporal contemporânea: moda, corpo, beleza e identidade em realities shows de transformação. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 32, n. 1, p. 72-82, 2018. Disponível em: <https://seer.cesjf.br/index.php/cesRevista/article/view/1469>. Acesso em: 04 ago. 2020.
- BATISTTI, M. **Linguagem em situação de trabalho**: cenografia e ethos discursivo em campanhas de vestibular de IES no RS, 2014. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, RS. 2014. Disponível em: <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://tede.upf.br//jspui/bitstream/tede/977/1/2014MarcioBattisti.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2020.

BELOTO, A. B.; BERTOLINI, S. M. M. G. Estudo da capacidade funcional ventilatória dos profissionais cabeleireiros da cidade de Maringá, Estado do Paraná, no ano de 2005. **Acta Scientiarum. Health Sciences**, v. 28, n. 2, p. 137-145, April 2006.

Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/40424008> Estudo da capacidade funcional ventilatória dos profissionais cabeleireiros da cidade de Maringá Estado do Paraná no ano de 2005 Hairdressers ventilatory functional capacity study in the city of Marin. Acesso em: 09 abr. 2019.

BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. Introdução às clínicas do trabalho: aportes teóricos, pressupostos e aplicações. *In*: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. P. (Orgs.) **Clínicas do Trabalho**: novas perspectivas para a compreensão do trabalho na atualidade. São Paulo: Atlas, 2011.

BIANCO, M. F.; HOLZ, E. B. Trabalho e Competência Industrial: uma cartografia ergológica no setor de rochas ornamentais no Brasil. **Ergologia**, n.14, dez. 2015.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Edvalter_Holz/publication/298643729 Trabalho e Competência Industrial uma cartografia ergológica no setor de rochas ornamentais no Brasil/links/56ea10c108ae3a5b48ccd153/Trabalho-e-Competencia-Industrial-uma-cartografia-ergologica-no-setor-de-rochas-ornamentais-no-Brasil.pdf. Acesso em: 19 jul. 2018.

BICHARA, M. et al. Prévalence des dermites de contact chez les coiffeurs de Casablanca. **Revue française d'allergologie et d'immunologie clinique**, v. 39, n. 7, p. 551-560, 1999. Disponível em :

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S033574579980118X>. Acesso: 09 abr. 2019.

BIONDO, S.; DONATI, B. **Cabelo**: cuidados básicos, técnicas de corte, coloração e embelezamento. Rio de Janeiro: ed. Senac Nacional, 2003.

BLAINEY, A. D. et al. Occupational asthma in a hairdressing salon. **Thorax**, v. 41, n. 1, p. 42-50, jan. 1986. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC460251/>. Acesso em: 09 abr. 2019.

BONI, V; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Disponível em:

<https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976>. Acesso em: 7 jan. 2019.

BOTEZINI, N. A. Cabelos em transição: um estudo acerca da influência dos cabelos afro como sinal diacrítico e reconhecimento étnico. **GT Relações Raciais**:

desigualdades, identidades e políticas públicas. 38º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS). Caxambu (MG), out, 2014. Disponível em: <http://www.anpocs.org/index.php/papers-38-encontro/gt-1/gt32-1/9135-cabelos-em-transicao-um-estudo-acerca-da-influencia-dos-cabelos-afro-como-sinal-diacritico-e-reconhecimento-etnico/file>. Acesso em: 4 ago. 2020.

BRASIL. **Lei nº 13.352, de 27 de outubro de 2016.** Altera a Lei nº 12.592, de 18 de janeiro 2012, para dispor sobre o contrato de parceria entre os profissionais que exercem as atividades de Cabeleireiro, Barbeiro, Esteticista, Manicure, Pedicure, Depilador e Maquiador e pessoas jurídicas registradas como salão de beleza. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13352.htm. Acesso em: 04 ago. 2020.

BRASIL. **Lei complementar nº 128 de 19 de dezembro de 2008.** Altera a lei complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, altera s leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.213, de 24 de julho de 1991, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - código civil, 8.029, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LCP&numero=128&ano=2008&ato=75eoXSq5UNRpWT05e>. Acesso em: 04 ago. 2020.

CADET, J. P. **Introduction générale.** *In*: Séminaire d'Analyse du Travail (SEMAT) du Céreq. [S.] , n. 7, jui. 2018, Marseille, França. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=%22Le+travail+dans+une+perspective+ergologique+%22&btnG=. Acesso em: 24 out. 2019.

CAMARA, T. M. L. A linguagem dos cabeleireiros. **Semioses**, n. Especial, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229103772.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2019.

CAMPOS, A. C. B.; ROSEMBERG, D. S. A Ergologia como aporte teórico-metodológico para análise coletiva do trabalho do Bibliotecário. **Informação & Sociedade**, v. 27, n. 2, 2017. Disponível em: https://brapci.inf.br/repositorio/2017/10/pdf_b2d1c3c6ce_0000027008.pdf. Acesso em: 25 ago. 2019.

CAMPOS, L. F.; MELO, M. R. A. C.; TELLES FILHO, P. C. P. Ergologia como referencial teórico: possibilidades para assistência e pesquisa em enfermagem. **Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro**, v. 4, n. 2 mai./ago. 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/view/613>. Acesso em: 5 abr. 2019.

CAMPOS, M. M. **O que os olhos não veem, o coração sente:** dramáticas do tradutor técnico, 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP. 2014. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13742/1/Marcella%20Machado%20de%20OCampos.pdf>. Acesso em: 7 jan. 2019.

CAPILÉ JÚNIOR, I. B. **A administração estratégica aliada ao Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável dos cabeleireiros de Palmas.** 2011. (Monografia) – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Ciências da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, Palmas, 2011. Disponível em: <https://www.bdm.unb.br/handle/10483/3043>. Acesso em: 9 abr. 2019.

CERVANTES, M. H. et al. Perception of cutaneous occupational risk in hairdressers. **Archives des Maladies Professionnelles et de Medecine du Travail**, v. 65, n. 6, p. 470-479, Oct. 2004. Disponível em :

https://www.researchgate.net/publication/289131515_Perception_of_cutaneous_occupational_risk_in_hairdressers. Acesso em: 3 jul. 2019.

CHAMPARNAUD, A. et al. Risques professionnels et grossesse dans les métiers de la coiffure et de l'esthétique: enquête auprès des médecins du travail sur leur pratique. **Archives des Maladies Professionnelles et de l'Environnement**, v. 78, n. 6, p. 485-497, dez. 2017. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1775878516308025>. Acesso em: 9 abr. 2019.

CLEENEWERCK, M.-B. Allergènes professionnels chez les coiffeuses et les esthéticiennes. **Revue Française d'Allergologie**, v. 53, n. 3, p. 223-228, avril. 2013. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1877032013000377#:~:text=L%E2%80%99vocation%20des%20principaux%20allerg%C3%A8nes%20professionnels%20chez%20les%20coiffeuses,adapt%C3%A9s%20dans%20le%20cadre%20d%E2%80%99une%20d%C3%A9marche%20allergologique%20sp%C3%A9cialis%C3%A9e..> Acesso: 09 abr. 2019.

CORREIA, A. P. C.; FONTOURA, H. S. Sintomas de Ler/Dort em profissionais cabeleireiros de Catalão-Go: pesquisa de campo. **Revista CEPPG - CESUC - Centro de Ensino Superior de Catalão**, Ano XVI n. 29, 2º Semestre/2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/15928923-Indice-de-sintomas-de-ler-dort-em-profissionais-cabeleireiros-de-catalao-go-pesquisa-de-campo.html>. Acesso em: 09 abr. 2019.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa**: métodos qualitativos, quantitativos e mistos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DAHLGREN, J. G.; TALBOTT, P. J. Asthma from hair straightening treatment containing formaldehyde: Two cases and a review of the literature. **Toxicology and industrial health**, v. 34, n. 4, p. 262-269, Apr. 2018. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/29554820/> Acesso em: 09 abr. 2019.

DAMIÃO, D. R. R.; SANTOS, D. F. L.; OLIVEIRA, L. J. A ideologia do empreendedorismo no Brasil sob a perspectiva econômica e jurídica. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista**, v. 13, n. 25, p. 191-207, 2013. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/csaemrevista/article/view/9515/7654>. Acesso em: 04 ago. 2020.

DANIELLOU, F.; LAVILLE, A.; TEIGER, C. Ficção e realidade do trabalho operário. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, v. 17, n. 68, p. 7-13, out./dez. 1989. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/989547/mod_resource/content/1/Ficcao%20e%20realidade%20do%20trabalho%20operario%20-%20Daniellou%2C%20Laville%20e%20Teiger%201989.pdf. Acesso em: 24 mar. 2019.

DÁRTORA, T. **Encontro de encontros**: investigando a atividade de trabalho de operadores de caixa e empacotadores. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2013. Disponível em:

<https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13660/1/Tamires%20Dartora.pdf>. Acesso em: 07jan. 2019.

DIAS, J. A. ADOLESCÊNCIA, IMAGEM CORPORAL E SOCIALIZAÇÃO NA ESCOLA. **PESQUISA EM PÓS-GRADUAÇÃO-Série Educação**, v. 5, n. 9, p. 29-38, 2013. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=%22ADOLESC%3%8ANCIA%2C+IMAGEM+CORPORAL+E+SOCIALIZA%3%87%3%83O+NA+ESCOLA.+PESQUISA+EM+P%3%93S-GRADUA%3%87%3%83O-S%3%A9rie+Educa%3%A7%3%A3o%22&btnG=. Acesso em: 05 abr. 2020.

DRUCK, G.. Globalização, reestruturação produtiva e movimento sindical. **Caderno CRH**, v. 9, n. 24, Salvador. BA. 1996. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18647>. Acesso em: 06 ago. 2020.

DURAFFOURG, J.; DUC, M.; DURRIVE, L. O trabalho e o ponto de vista da atividade. In: SCHWARTZ, Y; DURRIVE, L. (org.). **Trabalho e Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010, p. 47-87. 07 jan. 2019.

DURRIVE, L. L'alternance: avec un point de vue anthropologique sur le travail. **Serviço Social e Saúde**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 101-124, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8647311>. Acesso em: 16 set. 2019.

DURRIVE, L. Uma abordagem dinâmica da questão da competência, conhecimento pessoal e conhecimento acadêmico. **Tempus Actas de Saúde Coletiva**, v. 13, n. 2, p. 217-233, 2019. Disponível em: <https://tempusactas.unb.br/index.php/tempus/article/view/2680>. Acesso em: 23 mar. 2020.

DURRIVE, L.; SCHWARTZ, Yves. Glossário da ergologia. **Laboreal**, v. 4, n. 1, p. 23-28, 2008. Disponível em: <https://journals.openedition.org/laboreal/11665> Acesso em: 07 jan. 2019.

DURRIVE, L; SCHWARTZ. Glossário da Ergologia. In: DI RUZZA, R; LACOMBLEZ, M; SANTOS, M. **Ergologia, trabalho, desenvolvimentos**. Belo horizonte: Fabrefactum, p. 11-29, 2018. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=%22Ergologia%2C+trabalho%2C+desenvolvimentos.+Belo+horizonte%22&btnG=. Acesso em: 30 abr. 2019.

FIGARO, R. Atividade de comunicação e de trabalho. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 107-146, mar./jun. 2008. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462008000100007. Acesso em: 07 jan. 2019.

FIGARO, R; GROHMANN, R. O jornalista como receptor-trabalhador: confronto da atividade real de comunicação e trabalho. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2013v10n1p25>. Acesso em: 07 jan. 2019.

FILGUEIRAS, L.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Caderno CRH**, v. 17, n. 41, Salvador. BA. 2004. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18490>. Acesso em: 09 ago. 2020.

FONSECA, F. C.M. **Entre a escola e o trabalho**: uma análise ergológico-discursiva do estágio no ensino médio técnico. 2017. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/19999/2/F%C3%A1bio%20Carlos%20de%20Mattos%20da%20Fonseca.pdf>. Acesso em 07 jan. 2019.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista brasileira de saúde ocupacional**, v. 35, n. 122, p. 229-248, São Paulo. São Paulo. jul./dez. 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0303-76572010000200006%20&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 09 ago. 2020.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **RAE**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Apr. 1995. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200008. Acesso em: 30 jul. 2018.

GOFFMAN, E. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES, N. L. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 40-51, Set./dez. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n21/n21a03>. Acesso em: 18 nov. 2019.

GOMES JÚNIOR, A. B.; SCHWARTZ, Y. Psicologia, saúde e trabalho: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/989547/mod_resource/content/1/Ficcao e realidade do trabalho operario - Daniellou%2C Laville e Teiger 1989.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/989547/mod_resource/content/1/Ficcao_e_realidade_do_trabalho_operario_-_Daniellou%2C_Laville_e_Teiger_1989.pdf) da experiência aos conceitos. **Psicologia em estudo**, Maringá, v. 19, n. 2, p. 345-351, Apr./June 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722014000200016&script=sci_arttext. Acesso em: 18 nov. 2019.

GUIMARAES, L. et al. Contribuições ergológicas: olhares sobre os processos decisórios a partir da lente dos “usos de si”. In: Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais. VI, 2016, Curitiba, Anais [...] Curitiba: 2016. Disponível em: <https://anaiscbeo.emnuvens.com.br/cbeo/article/view/93>. Acesso em: 19 jan. 2019.

Hair Brasil, 2014. Disponível em: <https://www.hairbrasil.com/artigo/dia-do-cabeleireiro-conheca-a-historia-desses-profissionais-ao-longo-dos-tempos>. Acesso em: 30 jul. 2020.

HASSAN, O. M.; BAYOMY, H. Occupational respiratory and musculoskeletal symptoms among Egyptian female hairdressers. **Journal of community health**, v. 40, n. 4, p. 670-679, 2015. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1007/s10900-014-9983-y#citeas>. Acesso em: 09 abr. 2019.

HOLZ, E. B. **O trabalho e a competência industriosa no beneficiamento de granitos**: uma cartografia ergológica. 2014. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES. 2014. Disponível em: http://200.137.65.30/bitstream/10/8955/1/tese_7550_Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Edvalter.pdf. Acesso em: 19 jan. 2019.

HOLZ, E. B.; BIANCO, M. F. Ergologia: uma abordagem possível para os estudos organizacionais do trabalho. **Cadernos EBAPE.Br**, Rio de Janeiro, v. 12, Ed. Especial, p. 494-512. Ago. 2014a. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cebape/v12nspe/07.pdf>. Acesso em: 26 ago. 2018.

HOLZ, E. B; BIANCO, M. F. O conceito de trabalho na ergologia: da representação à atividade. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p. 157-173, maio./ago, 2014b. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/291339188_O_Conceito_de_Trabalho_na_Ergologia_da_representacao_a_atividade. Acesso em: 26 ago. 2018.

HORISAWA, S. et al. Stereotactic thalamotomy for hairdresser's dystonia: a case series. **Stereotactic and functional neurosurgery**, v. 94, n. 4, p. 201-206, 2016. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27434121/>. Acesso em: 09 abr. 2019.

HSIEH-CHING, C. et al. Ergonomic risk factors for the wrists of hairdressers. **Applied ergonomics**, v.41, n.1, p. 98-105, Jan. 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0003687009000751#:~:text=Ergonomic%20risk%20factors%20for%20the%20wrists%20of%20hairdressers.,early%20retirement%20%28%20New%20Zealand%20DOL%2C%202007%20%29>. Acesso em: 09 abr. 2019.

INFOJOBS. Cabelereiro. Disponível em: https://www.infojobs.com.br/artigos/Cabeleireiro_2574.aspx. Acesso em: 08 mar. 2018.

KÅREDAL, M. H. et al. Time-dependent proteomic iTRAQ analysis of nasal lavage of hairdressers challenged by persulfate. **Journal of proteome research**, v. 9, n. 11, p. 5620-5628, Nov. 2010. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/46146772_Time-Dependent_Proteomic_iTRAQ_Analysis_of_Nasal_Lavage_of_Hairdressers_Challenged_by_Persulfate. Acesso em: 09 abr. 2019.

KITZIG, D. et al. Körperhaltungen und Bewegungen bei typischen Friseur-tätigkeiten. **Zentralblatt für Arbeitsmedizin, Arbeitsschutz und Ergonomie**, v. 67, n. 2, p. 78-90, 2017. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=%22K%C3%B6rperhaltungen+und+Bewegungen+bei+typischen+Friseur+t%C3%A4tigkeiten.+Zentralblatt+f%C3%BCr+Arbeitsmedizin%2C+Arbeitsschutz+und+Ergonomie%22&btnG=. Acesso em: 09 abr. 2019.

KITZIG, D.; FREITAG, S.; NIENHAUS, A. Muskel-Skelett-Belastungen bei Beschäftigten im Friseurhandwerk. **Zentralblatt für Arbeitsmedizin, Arbeitsschutz und Ergonomie**, v. 65, n. 1, p. 21-27, 2015. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s40664-014-0048-y.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

KRALJ, N. et al. Duration of wet work in hairdressers. **International archives of occupational and environmental health**, v. 84, n. 1, p. 29-34, Aug. 2011. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s00420-010-0564-9>. Acesso em: 09 abr. 2019.

LARA, L. M. **O sentido ético-estético do corpo na cultura popular**. 2004. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP. 2004. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/253547/1/Lara_LarissaMichelle_D.pdf. Acesso em: 18 mai. 2020.

LIMA, M. A. D. S.; ALMEIDA, M. C. P.; LIMA, C.C. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na pesquisa de enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 20, n. esp., p. 130-142, 1999. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/4288/2250>. Acesso em: 03 mar. 2020.

LODDE, B. et al. CLINICAL REPORT-Hairdresser's contact dermatitis due to paraphenylene diamine and cross-sensitizations. Difficulties encountered in a new career in clotheselling. **Archives des Maladies Professionnelles et de L'environnement**, v. 62, n. 2, p. 121-124, Jan. 2001. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/292639012_Hairdresser's_contact_dermatitis_due_to_paraphenylene_diamine_and_cross-sensitizations_Difficulties_encountered_in_a_new_career_in_clotheselling. Acesso em: 05 abr. 2019.

LORENZINI, S. **Efeitos adversos da exposição ao formaldeído em cabeleireiros**. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Pneumológicas) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Pneumológicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/60769/000863239.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 abr. 2019.

LORENZINI, S. **Percepções dos cabeleireiros sobre a toxicidade do formaldeído**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Especialização em Saúde Pública) – Departamento de Medicina Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28100/000767484.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 09 abr. 2019.

LUCENA, W. G. L.; ARAÚJO, V. S.; DOS SANTOS, J. K. L. Perfil Empreendedor dos Cabeleireiros da Associação Paraibana da Beleza e os Mecanismos Financeiros utilizados na Gestão do Negócio. **REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL**, v. 1, n. 2, p. 38-54, 2010. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4032760>. Acesso em: 09 abr. 2019.

MACHADO, A. C. S. **Riscos profissionais e suas consequências: uma análise no setor dos cabeleireiros**. 2014. Dissertação (Mestrado em Psicologia do trabalho e das organizações) – Faculdade de Educação e Psicologia, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2014. Disponível em: https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/15135/1/Disserta%c3%a7%c3%a3o%20Ana%20Carolina%20Machado_2014.pdf. Acesso em: 09 abr. 2019.

MARTINEZ, L. F. D. **O risco psicossocial: uma questão que desafia a atividade do psicólogo na ampliação/produção da saúde dos trabalhadores**. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia Institucional) – Programa de Pós Graduação em Psicologia Institucional, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, 2015. Disponível em: http://200.137.65.30/bitstream/10/2960/1/tese_8746 DISSERTA%c3%87%c3%83O%20LUIZA.pdf. Acesso em: 18 mai. 2019.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MASIERO, L. M. **Um estudo antropológico e interdisciplinar sobre as ressignificações do corpo e da mente geradas pelas cirurgias plásticas no Rio de Janeiro (Brasil) e em Barcelona (Espanha)**. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Salamanca, Salamanca, Espanha, 2017. Disponível em: https://gredos.usal.es/bitstream/handle/10366/137093/DPETP_MasieroL_EstudoAntr opologico.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 18 mai. 2020.

MASTROMINICO, E. et al. Biomechanical overcharge of the upper limbs in hairdressers: from the task analysis to the job/exposition matrix. **Giornale italiano di medicina del lavoro ed ergonomia**, v. 29, n. 3 Suppl, p. 297-298, Jul./Set. 2007. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/18409693/>. Acesso em: 18 nov. 2019.

MEDEIROS, L. M.; MEDEIROS, M. F. N. Sintomas De Ler/Dort Em Profissionais Cabeleireiros Da Cidade De Cajazeiras-Pb. **Revista Brasileira de Ciências da Saúde**, v. 16, n. 1, p. 7-12, 2011. Disponível em: [file:///C:/Users/gleic/Downloads/7234-Texto%20do%20artigo%20SEM%20identifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoria-18068-1-10-20120309%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/gleic/Downloads/7234-Texto%20do%20artigo%20SEM%20identifica%C3%A7%C3%A3o%20da%20autoria-18068-1-10-20120309%20(1).pdf). Acesso em: 09 abr. 2019.

MENDES, A. et al. Chemical exposure and occupational symptoms among Portuguese hairdressers. **Journal of Toxicology and Environmental Health, Part A**, v. 74, n. 15-16, p. 993-1000, Ago. 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/51251936_Chemical_Exposure_and_Occupational_Symptoms_Among_Portuguese_Hairdressers. Acesso em: 09 abr. 2019.

MENEZES, K. R. A. Meio Ambiente do Trabalho Como Direito Fundamental. **Face Faculdade**, [S.], 2015. Disponível em: https://www.facefaculdade.com.br/arquivos/revistas/MEIO_AMBIENTE_DO_TRABALHO_COMO_DIREITO_FUNDAMENTAL.pdf. Acesso em: 18 nov. 2019.

MEZADRE, S. B. B.; BIANCO, M. F. Polishing knowledge: a study of marble and granite processing. **BAR-Brazilian Administration Review**, v. 11, n. 3, p. 302-322,

2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1807-76922014000300302&script=sci_arttext. Acesso em: 16 jul. 2019.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Trabalhadores nos serviços de embelezamento e higiene**. Disponível em:

<<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>> Acesso em: 08 mar. 2018.

MOLA, I. C. F. **A atividade de trabalho do redator de textos técnicos**: o que faz esse profissional invisível? 2016. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/18893/2/lara%20Cristina%20de%20F%20C3%A1tima%20Mola.pdf>. Acesso em: 23mar. 2020.

MORAES, R. Uma tempestade de luz: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 9, n. 2, p. 191-211, 2003.

Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1516-73132003000200004&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 23 nov. 2019.

MORAES, T. D; SCHWARTZ, Y. Perspectivas ergológicas para o uso de simuladores de direção. **Temas em Psicologia**, v. 25, n. 4, p. 1589-1604, 2017. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2017000400006. Acesso em: 25 nov. 2019.

MORAES, T. D; PINTO, F. M. O corpo nas atividades em trânsito: condutores profissionais e mobilização do corpo-si. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v.14, n. 2, p.279-294, dez. 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cpst/article/view/25708>. Acesso em: 25 nov. 2019.

MOUNIER-GEYSSANT, E. et al. Exposure of hairdressing apprentices to airborne hazardous substances. **Environmental Health**, v. 5, n. 1, p. 23, Aug. 2006.

Disponível em:

read://https_www.ncbi.nlm.nih.gov/?url=https%3A%2F%2Fwww.ncbi.nlm.nih.gov%2Fpmc%2Farticles%2FPMC1562408%2F. Acesso em: 09 abr. 2019.

MUNIZ, H. P.; SANTORUM, K. M. T.; FRANÇA, M. B. Corpo-si: a construção do conceito na obra de Yves Schwartz. **Fractal, Revista de Psicologia**, v. 30, n. 2, p. 69-77, May./Aug. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1984-02922018000200069&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 18 nov. 2019.

MURPHY, A. B. et al. Alternative locales for the health promotion of African American men: A survey of African American men in Chicago barbershops. **Journal of community health**, v. 42, n. 1, p. 139-146, Feb. 2017. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27651166/>. Acesso em: 09 abr. 2019.

MUSSI, G.; GOUVEIA, N. Prevalence of work-related musculoskeletal disorders in Brazilian hairdressers. **Occupational medicine**, v. 58, n. 5, p. 367-369, Mayo, 2008. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/5385017_Prevalence_of_work-related_musculoskeletal_disorders_in_Brazilian_hairdressers#read. Acesso em: 09 abr. 2019.

NARDES, K. S.; NAKASSHIMA, R. H. R.; BOTELHO, D. M. Raízes: colonialidade do ser e identidade negra. **Identidade!** v. 29, n. 24, p.137-152, São Leopoldo, RGS. jan./jun 2019. Disponível em: <http://ism.edu.br/periodicos/index.php/identidade/article/view/3598/3164>. Acesso em: 28 jul. 2020.

NASCIMENTO, M. V. B. **Formação de intérpretes de libras e língua portuguesa: encontros de sujeitos, discursos e saberes**. 2016. 318f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos de Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/50771546/NASCIMENTO_M_V_B_TeseVer_saoFinal.pdf?1481140411=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DNASCIMENTO_M_V_B_Formacao_de_interpret_es.pdf&Expires=1597978797&Signature=Sl3bUcRRZ4Gj9WXUUpiuTKnr6hHJ3aJ8kV_PVyILkEtWCxuZUoXc9zA4cOyxtwazZXHbfRQbYbrCeAYymy-CJksppCVIvs2qvDErINct9AoyR0uORUGCZ9mIgg7Bc3vi9CvRHON4YUasjWw63n1F2YGUPHnWESZbNmO9LdK950nZDyvVxfv7Y15ozIGVqLG3ndipewMSQNiDc3ccRIgPV~p4t-SHH05wJfldCzvCr6f3~QIAVFtVfO0hgYAnxVQse9Yu8-FC4U0A2pYYNBPL-RbC9I2cHEwmQf0EkSz3oDo5y6IPbWkklz9sEqvWY0dQH8aMBoZYg8WN0R8RCRH yKeCg_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA. Acesso em: 16 set. 2019.

NEVALA-PURANEN, N. et al. Changes in hairdressers' work techniques and physical capacity during rehabilitation. **Occupational ergonomics**, v. 1, n. 4, p. 259-268, Dec. 1998. Disponível em: <https://content.iospress.com/articles/occupational-ergonomics/oer00022>. Acesso em: 19 jul. 2019.

ODDONE, I.; RE, A. COMO RECUPERAR O SABER PROFISSIONAL| How to recover the professional expertise. **Trabalho & Educação**, v. 26, n. 3, p. 29-33, Set./Dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9732/6874>. Acesso em: 05 jul. 2020.

OLIVEIRA, E. N. P; MOITA, D. S.; AQUINO, C. A. B. O Empreendedor na Era do Trabalho Precário: relações entre empreendedorismo e precarização laboral. **Revista Psicologia Política**, v. 16, n. 36, p. 207-226, maio./ago. 2016. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v16n36/v16n36a06.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

OLIVEIRA, F. Perspectivas psicossociais para o estudo do cotidiano de trabalho. **Psicologia USP**, v. 25, n. 1, p. 41-50, 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65642014000100005&script=sci_arttext&tlnq=pt. Acesso em: 16 dez. 2019.

PAIM, M. C. C.; STREY, M. N. Corpos em metamorfose: um breve olhar sobre os corpos na história, e novas configurações de corpos na atualidade. **Lecturas: Educación física y deportes**, ano. 10, n. 79, p. 3, Dic. 2004. Disponível em: <https://efdeportes.com/efd79/corpos.htm>. Acesso em: 19 jul. 2019.

PEXE, M., E. **Análise da exposição dos cabeleireiros ao formaldeído durante a realização de alisamento capilar**. 2018. 98f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6143/tde->

21092018-123955/publico/MarceloEduardoPexe_MTR_REVISADA.pdf. Acesso em: 09 abr. 2019.

PETRUS, A. M F. Da atividade de trabalho nos trilhos ao debate político e epistemológico sobre penosidade. 2017. 225 f. Tese (Doutorado em Educação e Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUOS-AQRPUE>. Acesso em: 22 out. 2019.

PIAPAN, L.; BALDO, J.; FILON, F. L. Occupation-Related Symptoms in Hairdressers. **Dermatitis**, v. 30, n. 2, p. 142-149, Mar./Apr. 2019. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30829804/>. Acesso em: 19 jul. 2019.

PIGNATTI, P. et al. Oxidative activity of ammonium persulfate salt on mast cells and basophils: implication in hairdressers' asthma. **International archives of allergy and immunology**, v. 160, n. 4, p. 409-419, Nov. 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/233773565_Oxidative_Activity_of_Ammonium_Persulfate_Salt_on_Mast_Cells_and_Basophils_Implication_in_Hairdressers'_Asthma. Acesso em: 09 abr. 2019.

PLANALTO. **LEI COMPLEMENTAR Nº 128, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2008.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp128.htm> Acesso em: 18 jul. 2020.

Portal do Empreendedor. **QUAL O FATURAMENTO ANUAL DO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL?** Disponível em: <<http://www.portaldoempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes/o-microempreendedor-individual-mei/4-qual-o-faturamento-anual-do-microempreendedor-individual#:~:text=De%20at%C3%A9%20R%24%2081.000%2C00,de%20dezembro%20do%20mesmo%20ano>> Acesso em: 18 jul. 2020.

PORTO, T. Â; BIANCO, M.F. Os usos do corpo-si no trabalho de transformação de granitos: evidências para saúde e segurança. **Laboreal**, v. 12, n. 1, p. 39-52, 2016. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?pid=S1646-52372016000100005&script=sci_arttext&tlng=en. Acesso em: 09 set. 2019.

PUPA, I. F. M. **Os usos do salão de beleza:** para além do consumo de estética ou sobre possibilidades de invenção de si. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) - Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, Espírito Santo, 2012. Disponível em: http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_5168_.pdf. Acesso em: 19 jan.2019.

QUINTÃO, A. M. P. O que ela tem na cabeça. **Um estudo sobre o cabelo como performance identitária.** 2012. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós Graduação em Antropologia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2013.

RAISER, G. S.; CANTOS, H. M.; MACHADO, M. Ergonomia dos Profissionais Cabeleireiros: Orientações e Sugestões de Tratamento. **Biblioteca Univali**, p. 7, 2011. Disponível em: <http://siaibib01.univali.br/pdf/Gabriela%20Raiser,%20Hermerson%20Cantos.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2019.

RAMOS, R. Y.; FREITAS, E. Predisposição de lesões do ombro em profissionais cabeleireiros. **J Health Sciencia Instituto**, v. 32, n. 3, p. 294-198 2014. Disponível em:

https://www.unip.br/presencial/comunicacao/publicacoes/ics/edicoes/2014/03_jul-set/V32_n3_2014_p294a298.pdf. Acesso em: 09 abr. 2019.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

REBECHI, C. N. A comunicação na gestão do trabalho do homem por si próprio e por outros. **Eptic online: revista electronica internacional de economia política da informação, da comunicação e da cultura**, v. 17, n. 1, p. 92-109, 2015. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&as_ylo=2014&as_yhi=2019&q=%22A+comunica%C3%A7%C3%A3o+na+gest%C3%A3o+do+trabalho+do+homem+por+si+pr%C3%B3prio+e+por+outros%22&btnG=. Acesso em: 08 ago.2019.

ROCHA, L. F.; SIMONELLI, A. P. A utilização da análise ergonômica do trabalho como ferramenta do terapeuta ocupacional no estudo da atividade de trabalho de cabeleireiros. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional da UFScar**, v. 20, n. 3, p. 413-424, Jan. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/269806828_A_utilizacao_da_analise_ergonomica_do_trabalho_como_ferramenta_do_terapeuta_occupacional_no_estudo_da_atividade_de_trabalho_de_cabeleireiros. Acesso em: 09 abr. 2019.

RODRIGUES, D. L. D. I. **A autoconfrontação simples e a instrução ao sócia**: entre diferenças e semelhanças. 2010. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13481/1/Daniella%20Lopes%20Dias%20Ignacio%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 24 set. 2019.

ROTH, X. **Le travail dans une perspective ergologique**. In: Séminaire d'Analyse du Travail (SEMAT) du Céreq. [S.], n. 7, jui. 2018, Marseille, França. p. 9-13. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=%22Le+travail+dans+une+perspective+ergologique+%22&btnG=. Acesso em: 24 out. 2019.

SALES, M. P. S. **Trabalho docente na educação superior**: uma análise a partir da Teoria das Representações Sociais e Ergologia. 2017. 229 f. Tese (Doutorado em Educação) – Núcleo de Formação Docente e Prática Pedagógica – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017. Disponível em: <https://attena.ufpe.br/handle/123456789/26899>. Acesso em: 24 out. 2019.

SANTOS, M.; ALMEIDA, A. Postos de trabalho em salões de beleza (cabeleireiros esteticistas, manicuras/pedicuras): principais riscos e fatores de risco laborais, doenças profissionais associadas e medidas de proteção recomendadas. **Revista Portuguesa de Saúde Ocupacional on line**, v. 3, 2017. Disponível em: <https://www.rpso.pt/postos-trabalho-saloes-beleza-cabeleireiros-esteticistas-manicuras-pedicuras-principais-riscos-fatores-risco-laborais-doencas-profissionais-associadas-medidas-protecao-recome/>. Acesso em: 09 abr. 2019.

SCHERER, M. D. A.; PIRES, D. E. P.; JEAN, R. A construção da interdisciplinaridade no trabalho da Equipe de Saúde da Família. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 11, p. 3203-3212, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v18n11/11.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SCHERER, M. D. A.; PIRES, D.; SCHWARTZ, Y. Trabalho coletivo: um desafio para a gestão em saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 4, p. 721-725, 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-89102009000400020&script=sci_arttext. Acesso em: 18 nov. 2019.

SCHWARTZ, Y. A comunidade científica ampliada e o regime de produção de saberes. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 7, n. 7, p. 38-46, jul/dez. 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/issue/view/458>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SCHWARTZ, Y. Circulações, dramáticas, eficácias da atividade industrial. **Trabalho, Educação e Saúde online**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 33-55, 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1981-77462004000100004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 18 nov. 2019.

SCHWARTZ, Y. Conceituando o trabalho, o visível e o invisível. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 9, supl. 1, p. 19-45, 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462011000400002. Acesso em: 18 nov. 2019.

SCHWARTZ, Y. L'activité peut-elle être objet d' "analyse"? **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 50, n. especial p. 42-52, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5610147>. Acesso em: 18 nov. 2019.

SCHWARTZ, Y. Motivações do conceito de corpo-si: corpo-si, atividade, experiência. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v. 49, n. 3, p. 259-274, 2014. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/273298779_Motivacoes_do_conceito_de_corpo-si_corpo-si_atividade_experiencia. Acesso em: 05 mai. 2018.

SCHWARTZ, Y. O enigma do trabalho: riscos profissionais e riscos do trabalho. In: BIANCO, M. F. (coord.). **Competências e Gestão: dialogando com o trabalho e decifrando suas conexões**, Vitória: PROEX/UFES, p. 59-70, 2014b.

SCHWARTZ, Y. Concordância dos tempos? O trabalho, o mercado, a política. **Revista Eptic**, v. 17, n. 1, p. 76-91, 2015a. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/3345>. Acesso em: 05 ago. 2019.

SCHWARTZ, Y. Educación y actividad de trabajo: diálogos, obstáculos y desafíos-Conferencia. **Laboreal**, v. 13, n. Nº1, 2017. Disponível em: <https://journals.openedition.org/laboreal/1970>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SCHWARTZ, Y. CONCEPÇÕES DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E DUPLA ANTECIPAÇÃO/Conceptions de la formation professionnelle et double anticipation. **Trabalho & Educação-ISSN 1516-9537/e-ISSN 2238-037X**, v. 22, n. 3, p. 17-33, 2013. Disponível em:

<https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9220>. Acesso em: 20 ago. 2020.

SCHWARTZ, Y. Os ingredientes da competência: Um exercício necessário para uma questão insolúvel. **Educação & Sociedade**, v. 19, n. 65, Campinas, Dez, 1998. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301998000400004&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 30 jul. 2018.

SCHWARTZ, Y. Trabalho e saber. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 21-34, jan/jun.2003. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/8971>. Acesso em:

SCHWARTZ, Y. Trabalho e uso de si. **Pro-Posições**, v. 11, n. 2, p. 34-50, mar. 2016. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644041>. Acesso em: 30 jul. 2018.

SCHWARTZ, Y. Le travail des professionnels du soin: particulièrement expose aux «dramatiques» de l'activite qui traversent tout agir professionnel. **Serviço Social E Saúde**, v. 16, n. 1, p. 119-130, 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8651476>. Acesso em: 16 jul. 2019.

SCHWARTZ, Y. Uso de si e competência. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (orgs.), **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, p. 205-221, 2007.

SCHWARTZ, Y.; DUC, M.; DURRIVE, L. Trabalho e uso de si. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (orgs.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2. ed. Niterói: EdUFF, 2010.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (orgs.). **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Niterói: EdUFF, 2007.

SEBRAE NACIONAL. Beleza & estética: Estudo de mercado – Salões de beleza. Carteira beleza e estética. Disponível em: http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/7492e68e544fa09897c7f3b00482a0b7/%24File/4593.pdf. Acesso em: 10 mar. 2019.

SEBRAE. Jornal de negócios. Ano XVIII, n. 226, São Paulo, mar. 2013. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/SP/Not%C3%ADcia>. Acesso em: 11 abr. 2019.

SENAC. DN. **Salão de beleza: cabelos**, Rio de Janeiro: ed. Senac Nacional, 2000.

SILVA, A. J. H. **Metodologia de pesquisa**: conceitos gerais. Paraná: Unicentro, 2014.

SOUSA, C. F; MUNIZ, H. P. O desafio das competências no serviço público: contribuições teóricas. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 205-224, 2017. Disponível em: <https://www.e->

publicacoes.uerj.br/index.php/revispsi/article/view/34773/24562. Acesso em: 19 jan. 2019

SOUZA, M. K. et al. Termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE): fatores que interferem na adesão. **ABCD. Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva**, São Paulo, v. 26, n. 3, p. 200-205, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/abcd/v26n3/09.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2019.

TELES, E. L. Barbeiros X cabeleireiros: disputas no terreno da memória. *In*: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ANPUH, 2011. Disponível em: <https://www.anpuh.org.br/index.php/documentos/anais/category-items/1-anais-simposios-anpuh/32-snh26>. Acesso em: 19 jan. 2019.

TELLES, A. L.; ALVAREZ, D. “Interfaces ergonomia-ergologia: uma discussão sobre trabalho prescrito e normas antecedentes”. *In*: FIGUEIREDO, M.; ATHAYDE, M.; BRITO, J; ALVAREZ, D. (Orgs.). **Labirintos do Trabalho**: interrogações e olhares sobre o trabalho vivo. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. Acesso em: 09 abr. 2019.

TRINQUET, P. Trabalho e educação: o método ergológico. **Revista HISTEDBR Online**, v. 10, n. 38e, p. 93-113, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8639753>. Acesso em: 19 jan. 2019.

TRÜEB, R. M.; FÜR TRICHOLOGIE, S. A. Die WechselbeziehungzwischenArzt, Friseur und Medienim Management von Haarverlust. **Der Hautarzt**, v. 51, n. 10, p. 729-732, 2000. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/s001050051205>. Acesso em: 09 abr. 2019.

VALENTIM, R. R. L. et al. Sintomas precursores de ler/dort em profissionais cabeleireiros na cidade de picos Piauí. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DA DIVERSIDADE DO SEMIÁRIDO, 2, 2016, Campina Grande. **Anais[...]** Paraíba: 2016. Disponível em: https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conidis/2016/TRABALHO_EV064_M D4_SA10_ID2243_26102016115302.pdf. Acesso em: 30 mar. 2019.

VALLADARES, L. Os dez mandamentos da observação participante. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 22, n. 63, fev. 2007. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092007000100012. Acesso em: 09 abr. 2019.

VEIERSTED, K. BO et al. Effect of an intervention addressing working technique on the biomechanical load of the neck and shoulders among hairdressers. **Applied ergonomics**, v. 39, n. 2, p. 183-190, Mar. 2008. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17678613/>. Acesso em: 09 abr. 2019.

VERÍSSIMO, M. Elementos para construção da noção de saber investido. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 295-313, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/issue/view/451>. Acesso em:

YOSHIDA, N. Espace urbain et corporations les associations de coiffeurs dans le Japon d'Edo. **Annales, Histoire, Sciences Sociales**. v. 66, n. 4, p. 1005-1027. 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/ejemplar/294966>. Acesso em:

WARD, R; CAMPBELL, S.; KEADY, J. 'Gonna make yer gorgeous': Everyday transformation, resistance and belonging in the care-based hair salon. **Dementia**, v. 15, n. 3, p. 395-413, May. 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/1471301216638969>. Acesso em: 09 abr. 2019.

WATT, A. D. Hairdressers and Hepatitis B — A Risk of Inapparent Parenteral Infection. **Occupational Medicine**, v. 37, n. 1, p. 124-125, Jan. 1987. Disponível em: <https://academic.oup.com/occmed/article-abstract/37/1/124/1401396?redirectedFrom=fulltext>. Acesso em: 09 abr. 2019.

ZARIFIAN, P. Mutação dos Sistemas produtivos e Competências Profissionais: a produção industrial de serviço. *In*: SALERNO, M. S. (org.) **Relação de Serviço: produção e avaliação**. São Paulo: Editora SENAC, 2001.

ANEXOS

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A), Sr. (a), _____, foi convidado (a) a participar da pesquisa intitulada “O USO DO CORPO SI NA ATIVIDADE PROFISSIONAL DO CABELEIREIRO: UM ESTUDO ERGOLÓGICO”, sob a responsabilidade de Divino Manoel Teixeira. Este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, impresso em duas vias, conta com a assinatura e rubrica em todas as páginas de ambos os envolvidos, pesquisador e participante.

JUSTIFICATIVA

Reconhecendo a atividade profissional do cabeleireiro como parte integrante do mundo organizacional e, portanto, passiva de estudos dedicados a este campo, esta pesquisa pretende lançar um olhar ergológico sobre esta profissão de modo que possa melhor conhecer suas atividades de trabalho, intervir e transformá-las.

OBJETIVO (S) DA PESQUISA

O objetivo desta pesquisa é compreender as dramáticas do uso do corpo si no exercício cotidiano das atividades profissionais de cabeleireiros inseridos num salão de médio porte e os saberes acumulados para se manterem na profissão.

PROCEDIMENTOS

A produção de dados será feita por meio de observação direta e entrevista semiestruturada. Para a observação direta, o pesquisador fará duas visitas por semana ao salão por um período de quatro semanas consecutivas. Essas visitas compreenderão um período de quatro horas pela manhã em todas as terças-feiras e um período de quatro horas pela tarde em todas as quintas-feiras durante o intervalo de tempo destinado à observação direta. Após esse período, o (a) sr. (a) responderá a um questionário de entrevista semiestruturada com duração máxima de uma hora em local reservado somente na presença do pesquisador. As entrevistas serão

RUBRICAS

gravadas por meio de gravador digital de voz, e posterior à realização, serão armazenadas na nuvem digital e transcritas no processador de texto Word. A pesquisa ocorrerá no seu local de trabalho em ambiente reservado.

DURAÇÃO E LOCAL DA PESQUISA

Será realizada no mês de novembro de 2019, no local de trabalho dos participantes, aqui denominado Salão Belezura, entre os dias 1 e 30, sendo entrevistado cada um individualmente, com duração de no máximo uma hora.

RISCOS E DESCONFORTOS

Caso o (a) senhor (a) não se sinta à vontade para conversar durante a entrevista sobre algum acontecimento que não lhe traga boas lembranças, o (a) senhor (a) terá todo direito de não tocar no assunto. Assim, sinta-se à vontade em não responder a qualquer pergunta, bem como a solicitar o encerramento da entrevista a qualquer tempo. Se preciso, podemos conversar sem realizar gravação, não sendo essa conversa sob nenhuma hipótese material de pesquisa.

BENEFÍCIOS

Os relatos e reflexões decorrentes deste trabalho pretendem corroborar os estudos do campo da Ergologia que têm como objetivo conhecer melhor as atividades de trabalho, intervir e transformá-las. Pretende-se lançar um olhar ergológico sobre a profissão de cabeleireiro para que esses profissionais, ao se apropriarem mais de sua profissão, se sintam mais valorizados e alcancem melhor qualidade de vida.

GARANTIA DE RECUSA EM PARTICIPAR DA PESQUISA

O (A) Sr. (a) não é obrigado (a) a participar da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento de sua execução, sem que haja penalidades ou prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, o (a) Sr. (a) não mais será contatado (a) e observado (a) pelo pesquisador.

RUBRICAS

GARANTIA DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E PRIVACIDADE

O pesquisador coletará informações que serão mantidas de forma confidencial. Entendo que a minha identidade não será revelada em nenhuma circunstância. Os dados coletados somente poderão ser utilizados em eventos ou publicações científicas, mas jamais identificará os participantes.

GARANTIA DE RESSARCIMENTO

Na hipótese de eventuais custos/despesas em virtude da participação da pesquisa, estes serão reembolsados mediante comprovação logo após a participação da pesquisa. Na impossibilidade de comprovação do custo/despesa imediatamente após a participação na pesquisa, esta poderá ocorrer nos dias seguintes, conforme acordado com o pesquisador. O reembolso se dará no limite do valor comprovado.

GARANTIA DE INDENIZAÇÃO

Fica garantido ao participante o direito a buscar indenização em casos de danos comprovadamente decorrentes, tão somente, da participação desta pesquisa, conforme o que vier a ser decidido judicialmente.

ESCLARECIMENTO DE DÚVIDAS

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, devo contatar o pesquisador Divino Manoel Teixeira, no telefone (27)99852-3435 e pelo e-mail div.t@hotmail.com. Em caso de denúncia e ou intercorrências/problemas, poderei contatar o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos pelo telefone (27) 3145-9820, pelo e-mail cep.goiabeiras@gmail.com, pessoalmente ou pelos correios, no seguinte endereço: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória-ES, CEP 29.075-910. O Comitê de Ética e Pesquisa tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o teor do presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, de que a entrevista será

RUBRICAS

gravada, como também os meus direitos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter conhecimento de assinar duas vias de igual teor deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente assinado pelo pesquisador, ficando uma em minha posse e outra em posse do pesquisador.

Participante da pesquisa

Na qualidade de pesquisador responsável pela pesquisa “O USO DO CORPO SI NA ATIVIDADE PROFISSIONAL DE CABELEIREIROS: UM ESTUDO ERGOLÓGICO”, eu, Divino Manoel Teixeira, declaro ter cumprido as exigências do (s) item (s) IV.3 e IV.4 da Resolução CNS 466/12, a qual estabelece diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

_____, ____ de _____ de 2019.

Divino Manoel Teixeira

RUBRICAS

ANEXO B – ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS PROPRIETÁRIOS DOS SALÕES

Nome: _____ **Data:** _____ **Idade:** _____ **Escolaridade:** _____
Gênero: _____ **Idade:** _____ **Tempo de profissão:** _____

- 1 - O que levou você a se tornar uma profissional de beleza? Conte-me como foi o início de sua carreira profissional.
- 2 - Percebi que além de administrar o seu negócio, você também trabalha na produção de serviços. Como você consegue fazer isso? Quais as consequências desta dupla função?
- 3 - Na sua opinião, quais serviços prestados no seu salão exigem do profissional maior grau de conhecimento teórico/técnico?
- 4 - O seu salão proporciona algum treinamento para os seus profissionais? Quais e por quê?
- 5 - E você? Como está a sua motivação com o seu negócio neste momento?
- 6 - O que lhe dá mais satisfação?
- 7 - Quais são maiores alegrias e tristezas que o seu negócio lhe proporciona?
- 8 - Olhando para o futuro, o que você espera do seu negócio? Quais são as suas perspectivas?
- 9 - Quanto à sua atividade de trabalho, ela é mais prazerosa ou traz mais sofrimento?
- 10 - Você sai de casa animado para vir trabalhar? Já chega cansado no serviço? Por quê?
- 11 - Quantas horas por dia você trabalha? Quais as consequências da sua carga horária de trabalho? Sente dores? Como você lida com este desgaste?
- 12 - Como você se sente ao final do dia de trabalho?
- 13 - Se lhe fosse dada outra oportunidade de começar a sua carreira profissional, você escolheria outra profissão? Qual e por quê?
- 14 - Olhando para o seu futuro, o que você consegue enxergar?
- 15 - Há algo que não tenha sido perguntado que você considera importante falar?

